ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO

Apresentado ao

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas,

DD. Presidente da República,

pelo

General Osvaldo Cordeiro de Farias,

Interventor Federal no

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,

durante o período 1938 – 1943

◆

1943
OF. GRÁF. DA IMPRENSA OFICIAL
PÔRTO ALEGRE

EXMO SN

Ao deixar o govêrno do Rio Grande do Sul, após uma gestão de cinco anos, diz-me a conciência não haver faltado aos compromissos que assumi ao aceitar missão de tão severas responsabilidades.

Árdua, sem dúvida, a incumbência de administrar, em quaisquer circunstâncias, um Estado com as características políticas, econômicas e sociais desta unidade federativa brasileira. Multiforme e complexa a soma dos problemas e encargos governativos de um pôsto de tal relevância, quando o Estado moderno, vencendo a fase individualista da concepção clássica, mais e mais se entrosa na realidade da vida coletiva, mais e mais nela interfere, por ela é solicitado com instância indeclinável e deve, em consequência, alargar, em ritmo trepidante, a esfera de ação de seus órgãos e poderes.

Se a arte de governar foi, em todos os tempos, a de mais dificil e delicada execução, dado que enfrenta o eterno conflito entre a liberdade e a autoridade, passou a ser, em nosso século, de assoberbante e dramático conteúdo, em face do mundo novo de problemas e questões a que a evolução das ideias político-sociais irresistivelmente a compeliu.

Em Estados como o nosso, por fôrça do nivel da educação popular e devido à agitação política em que sempre viveram govêrnos anteriores, aqueles altos problemas de sadia administração adquiriram vulto e contornos de esmagadoras proporções.

Devo, por isto, ressaltar o grau de minha responsabilidade ao investir-me na governação do Rio Grande.

Sucedia eu ao inesquecível gan. Daltro Filho, circunstância ainda mais comprometedora para o novo gestor dos negocios civis.

Aquele glorioso soldado, entretanto, mal pudera dominar o complexo da administração riograndense, quando a morte o colheu. E, assim, a carga que fôra proporcional à sua envergadura, parecia sobrepôr-se ao meu modesto, mas honrado propósito de compreender e acertar.

História de ontem, abstenho-me de relembrar as circunstâncias e as côres que ensombreciam, então, nossa estremecida terra. Fio que a memória dos homens se não tenha esmaecido ao ponto de esquecer o estado de inquietação política que vinha inevitavelmente tumultuar o trabalho da administração gaúcha.

Sabe Deus, sabe-o V. Excia., e sabem os homens que se não tenham deixado cegar pelas paixões, o ingente e diuturno esfôrço reclamado por aqueles tumultuosos dias de 1938.

Seja-me lícito pôr ainda em relêvo as novas conjunturas que se antolharam à minha gestão.

Mal amainada a borrasca inicial, e quando tentava os primeiros empreendimentos de meu govêrno, eis que em novo turbilhão o vejo arrastado com a deflagração da guerra em 1939. Era agora, não mais a política, já em calma, nem mais a administração, já em ordem e atividade, que sofria o abalo; era a economia do Rio Grande e a tranquilidade espiritual de seus homens que entravam em justo sobressalto ante as tôrvas perspectivas do maior cataclismo conhecido pelo mundo.

E se, por favor divino, não se concretizaram, desde logo, os prejuizos temidos pelo mundo econômico sulino, gerou-se, para o governante, problema não menos áspero e apremiante a jugular. Refiro-me, bem é ver, à peculiaridade dos Estados meridionais do Brasil acêrca da infiltração e atividades nazi-fascistas.

Reivindico, com sobrada ufania, o título de pioneiro na luta contra a treda maquinação do nazismo para o cumprimento de sua torpeza em ação de conquista à nossa terra. E com isto, relembrando a destemerosa atuação de meu govêrno, em momento incerto, quando todas as probabilidades da guerra inflamavam as esperanças germânicas e de seus adeptos, relembrando o brio com que demos caça e desarticulamos, os primeiros, talvez, no hemisfério americano, a rede dos envenenadores do espírito nacional, dispensámo-nos de retraçar os pormenores e os dramáticos episódios tão bem relatados na exposição publicada, e tornada famosa, do Chefe de Polícia riograndense.

Extirpado, porém, o cancro que em nosso seio criara a sanha nazista, com novas fráguas e provações se havia de deparar meu govêrno.

1941 e 1942 registram, no calendário riograndense, dois dos maiores flagelos de suas intempéries: — o da inundação, no primeiro, o da sêca, no segundo.

Após as chuvas intermináveis de 41, depois das enchentes devastadoras de campos e cidades, e consequente submersão de riquezas vultosas, eis que a estiagem, um ano passado, cresta e estiola os campos, arraza colheitas e searas, calcina as pastagens e desola os rebanhos. Em ambos os quadros, dôr, pobreza, prejuizo inestimáveis.

Roubado se via o homem, pela inclemência da natureza, do fruto honrado de sua labuta. E talvez menores sejam os danos materiais que os do desalento ante a iniquidade que fere inocentes, mudando em miséria o galardão que seu trabalho devera propiciar.

Não impede a sobriedade oficial de um relatório afirmar que jamais conheceu o Rio Grande estiagem ou cheia maiores que as de 42 e 41. Isto dito, frizo ainda uma vez os marcos de adversidade que pontilharam o quinquênio de minha direção governamental.

Se o faço e insisto assim em reavivar os tropeços e perturbações que me foram impostos, à revelia de vontade minha e dos riograndenses, é que preciso exculpar-me perante V. Excia., como diante do povo generoso e nobre a quem tudo devo, das falhas, insucessos e êrros que certamente se hão de apontar em minha gestão.

Conheço-os eu e os sinto, pois fôra tola presunção só encontrar acertos e benemerências numa administração assim sulcada de dissabores e dificuldades.

Contestarei, entretanto, a quem os levante e me incrimine, se por êles me pretender imputar dolo e propósito de mal servir a coletividade, em meu próprio interêsse ou de terceiros. Êrros e falhas, muitos sejam, e graves, hão de certamente encontrar desculpa legítima, na boa fé dos que me quizerem julgar, em face das circunstâncias que me peiaram a vontade, das parcas possibilidades dos recursos a meu dispor, submetendo a quasi sobrehumana prova a capacidade de providências do administrador.

E se vencí, apezar de tudo, e posso de conciência serena encarar os meus patrícios, certo de não os haver desservido ou enganado, se consegui, sem falsa modéstia, um saldo que me é largamente favorável, devo-o, antes de tudo, à nobreza e amizade que os riograndenses nunca me negaram.

Sómente êste civismo que tanto singulariza o gaúcho, êste espírito público, que o opulenta, sua incrivel pertinácia ante os reveses e sua capacidade de trabalho, e sua fôrça de vida e de riqueza, e sua fibra e sua têmpera, e, sobretudo, sua constante colaboração a meu govêrno, explicam que êste tenha sobrepujado minhas possibilidades vencendo as barreiras que se lhe antepuzeram.

Disto oferece provas sobejas a sobranceira situação do Rio Grande, após 4 anos de guerra e dois de calamidades climatéricas.

Poucos Estados brasileiros mais foram atingidos em sua economia, pela hecatombe desta nova conflagração, do que o do extremo sul.

Sua posição geográfica e a natureza de sua produção não permitiram, em verdade, que a desgraça universal da guerra lhe trouxesse motivos de maior expansão produtora e afluxo de capitais criadores· Ao contrário, fundamente perturbada a navegação marítima, nenhum mais do que o Rio Grande passou a sofrer as angústias do insuficiente transporte terrestre. E a carência dos combustíveis liquidos, não apenas agravou ao extremo a penúria das correntes comerciais internas, como acarretou embaraços até então desconhecidos à lavoura e à indústria.

Isto não obstante, mau grado ainda a terrivel escassez, senão falta total de muitas matérias primas essenciais, hauriu nosso organismo econômico alento, que se diria inexplicável, para continuar a marcha ascencional dos principais índices de sua prosperidade.

Assim, a produção industrial em 1941, ultrapassou de 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, a agrícola foi superior a um bilhão e a pecuária subiu à casa dos 900 milhões, enquanto o movimento comercial interno atingiu a Cr$ 8.758.592.504,00.

A exportação, apezar da penosíssima situação dos transportes, apresentou, mesmo em 1942, as mais altas cifras registradas, quer no imenso aumento de valor — Cr$ 1.617.083.000,00 — quer também quanto ao volume físico — 915.092 toneladas.

Demonstra-se, pois, que através das vicissitudes da guerra e apezar dos flagelos dêsses anos, a estrutura econômica do Estado, graças às excepcionais qualidades de seus obreiros, tem condições insuperáveis de solidez e resistência.

Os altos índices de opulência acima referidos explicam, d'outra parte, que não haja a fazenda pública sofrido os abalos daqueles eventos pela estagnação de suas fontes de receita.

Bem ao contrário, refletindo a pujança da produção e das correntes exportadoras, não fizeram senão crescer as arrecadações fiscais nos cinco anos em exame:

RECEITA GERAL DO ESTADO

Anos	Receita Cr$	Ns. Índices
1937	262.880.160,89	100
1938	287.077.259,06	109
1939	328.065.661,72	124
1940	340.601.087,36	129
1941	349.736.076,60	133
1942	433.267.977,50	164

Seja frisado, do mesmo passo, que tão extraordinários resultados não derivaram da exasperação de aumentos tributários, de molde a asfixiar a economia pelo esgotamento de sua capacidade contributiva. Longe disto, a progressão das receitas deve ser atribuida, muito menos a pequenos aumentos de tarifas, do que à prosperidade da produção do Rio Grande e à incessante valorização de seus artigos.

Foram tais e assim abundantes recursos financeiros que permitiram a meu govêrno imprimir o acelerado ritmo de suas reformas e realizações.

Desencadeado o impulso, que só a confiança explica e permite, avolumou-se a produção que forneceu as receitas e estas, convertidas em iniciativas de interêsse geral e fomento e estímulo às fôrças econômicas, propiciaram novos surtos de riqueza.

Entre os Govêrnos e as coletividades existe, portanto, profunda vinculação de recíproca dependência, que não permite a uns e a outras, senão a custa de tremendas penas, operar isoladamente. O êxito de minha gestão, eu o considero fruto direto do espírito de cooperação e da vontade de realizar que animam a gente riograndense. Nada mais ela pede do que lhe prometi e lhe poude dar: — ambiente de tranquilidade e confiança, ordem e disciplina, filhas da liberdade e do respeito, que não da violência e da fôrça, amparo e auxílio do Estado para a eclosão da potencialidade econômica.

Nestas poucas linhas poderia resumir o programa de govêrno que V. Excia. me traçou e espero haver cumprido·

Ao iniciar uma visão panorâmica de desdobramento de atividades de meu quinquênio orgulho-me de poder asseverar que nenhum setor do organismo estatal deixa de apresentar sensíveis marcas de reformas, inovações ou desenvolvimentos, operados sob minha administração.

Grande era a obra a enfrentar, neste sentido, em 1938 pois que a máquina governamental de então se não achava à altura das necessidades de um Estado atual e dos reclamos da coletividade.

Fácil me foi, por isto, e aos dirigentes dos principais departamentos da administração, encontrar campo para fecunda atividade.

E por isto, também, o opulento acervo de empreendimentos, reformas e felizes realizações que enche, com os devidos esclarecimentos e comprovantes quadros estatísticos, os relatórios parciais dos titulares de Secretarias e Departamentos do Estado.

Remetendo o leitor ao exame dessas minudentes exposições, limitar-me-ei a bosquejar em largos traços, quanto a cada um daqueles setores, a parte essencial da tarefa cumprida.

O quadro de distribuição da despesa pública, pelos diversos serviços estaduais, no lustro em aprêço, denota e evidencia desde logo as preferências e características de meu período de govêrno.

Comprovam as cifras as preocupações cardiais que me guiaram a ação. O velho trinômio — educação, saúde e estradas — seduziu e empolgou meu govêrno porque entre nós as necessidades que êle exprime clamam com a fôrça da mais crua realidade.

São verdadeiramente os três problemas fundamentais de nosso meio.

Sómente com homens instruidos e profissionalmente aptos, e com um povo sadio e forte, poderémos tentar a imensidade da obra civilizadora a que o Brasil está chamado. Nem doutra forma teremos capacidade para realizar a esmagadora grandeza de nossa potencialidade econômica, nem teremos títulos que nos mantenham merecedores de uma das maiores e mais felizes extensões da terra.

De estradas carecemos e, especialmente carecia o Rio Grande em 1938, para que se não esclerose a incipiente circulação de nossos produtos e para que possamos entrar na posse efetiva da nossa vastidão territorial.

Ao trinômio poderia acrescentar, se dêle não fôsse decorrência inevitável, o estímulo à produção.

Também a esta sediça verdade não fugiu meu govêrno e o desvelado amparo que emprestei à ação da Secretaria da Agricultura e às autarquias econômicas disso fornece exuberante comprovação.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Não perderei palavras em ressaltar a precípua e fundamental importância do ensino e da educação públicas em Estados brasileiros. Passaram já à categoria dos lugares-comuns, à força de conhecidas e reeditadas.

Limitar-me-ei, entretanto, a frisar que, no Rio Grande, o problema não tange apenas à necessidade primordial de preparar e capacitar, social, política e economicamente, as novas gerações, mas também, em grande parte de seu território, à não menos substancial necessidade de conquistar jovens brasileiros para integrá-los no espírito e na conciência nacionais.

E' que em grande área de nosso território, justamente a de maior densidade demográfica e econômica, a concentração de colônias teutas e italianas, de uma parte, e o descuro e indiferença dos poderes públicos, de outra, criaram problema peculiar aos Estados sulinos, matriz de imensos e gravíssimos perigos à unidade espiritual e à coesão política da nacionalidade.

Com o deflagar da guerra europeia, em 1939, já alertado meu govêrno para a maquinação nazista em plena atividade corruptora, bem se delineou a profundidade do mal, revelando a projeção que lhe daria o futuro, se medidas radicais não fôssem adotadas desde logo.

E se a luta contra a monstruosa conspiração estrangeira, cúpida de nossas riquezas, fez a glória da organização policial riograndense, pelo brilhantismo do triunfo conquistado, não menores devem ser os títulos de benemerência devidos à orientação traçada e desenvolvida pela política educacional do Estado.

Se a polícia, com bravura e energia logrou desmantelar a rede armada sôbre o Rio Grande para sufocá-lo e incorporá-lo ao delirio do pangermanismo fascista, se, portanto, coube à polícia reprimir e extirpar o perigo já existente — coube à Secretaria da Educação tarefa não menos brilhante e de frutos não menos opimos e duradouros: a missão de erradicar de nosso meio o terreno propício à eclosão de futuros surtos desnacionalizantes.

Imperioso se fazia prender e banir os agitadores nazistas que nos minavam o organismo nacional; não menos imperativo era, porém, pôr têrmo ao estado moral de poderosos núcleos populacionais cuja mentalidade era moldada, desde a infância, pela língua, pela cultura e pela tradição estrangeiras.

A polícia sanara o mal momentâneo, a crise; cabia à educação curar a causa da endemia, para que se não repetisse. Impunha-se, pois, condenar definitivamente a indiferença e a desatenção do Estado para com esta verdadeira nacionalização dos brasileiros oriundos das correntes imigratórias do último século. Era preciso penetrar nesses densos aglomerados teuto e ítalo-brasileiros não apenas com a administração pública e a autoridade policial, mas tambem e principalmente com a escola, e, por intermédio desta, com a língua, a história, o civismo e o culto da tradição pátrias.

Pensando nestas incontestáveis verdades e pesando o saldo das realizações verificadas, rememorando as penas e as dificuldades vencidas, creio que nenhum outro título pode mais honrar meu lustro de administrador. Sem falsa modéstia, julgo poder afirmar que foi atacado, com a única terapêutica adequada, um problema de importância e gravidade impares.

Assim, visando o duplo objetivo acima referido, dedicou o govêrno o máximo de seus esforços e possibilidades à causa da instrução pública.

Seus resultados são conhecidos e proclamados, mercê de Deus, dentro e fóra do Rio Grande.

Generosa demasia do eminente pedagogo Lourenço Filho chegou a asseverar que o programa realizado neste lustro da vida estadual constitui empreendimento sem paralelo na história da educação brasileira.

Sem vaidade, é-me lícito afirmar que, dentro de nossos limites orçamentários e do tempo decorrido, tudo foi feito, em todos os setores e aspectos do problema.

A começar pela face material das escolas, prédios, instalações e aparelhamento.

Nestes poucos anos foram construidas, para dar à população das escolas primárias prédios condignos que substituissem as pobres e, por vezes, míseras casas particulares alugadas de antes, nada menos de

10 com capacidade para 200 alunos;
13 com capacidade para 350 alunos;
7 com capacidade para 500 alunos; e

3 com capacidade para 750 alunos — num total de 33 novos edifícios escolares, exclusivamente em sedes municipais.

No programa de construções para a zona rural erigimos 71 novas unidades, sendo 34 de alvenaria e 37 de madeira.

Em plano assim ousado de edificações mais de 20 MILHÕES DE CRUZEIROS foram aplicados (incluido nesse total o auxílio federal de 5 milhões).

A localização dessas novas escolas obedeceu critério racional e seguro, tendo em vista, inalteravelmente, as necessidades derivadas da concentração demográfica e, d'outra parte, o imperativo, já focado, de infiltrar, no mais alto grau, o ensino nacionalista nas zonas de maior condensação de escolas estrangeiras. Era preciso levar a luta ao seu próprio terreno. Quasi inexistiam escolas públicas nacionais nas zonas de maior população teuta e ítalo-brasileira. E as escassas aulas, tão desprovidas eram de material e eficiência, que, embora gratuitas, não podiam competir com as abastadas unidades particulares, fartamente subvencionadas por cofres políticos dos países conquistadores.

Ás escolas, agora sediadas em prédios construidos sob orientação técnica, ou, quando menos, em casas reformadas, adptadas e limpas, foram distribuidos aparelhamento, instalações e material didático, se não opulento, conveniente e satisfatório. Nos cinco anos, mais de TRÊS MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS inverteram-se nessas aplicações, afim de que o ensino pudesse dar seus frutos e resultados.

Com os novos edifícios, mais os antigos e inúmeros locados, foi a Secretaria de Educação alargando seu movimento de expansão.

Abandonando o tipo de "escolas isoladas", condenado técnica e administrativamente, substituindo-as sempre que possivel, fundindo-as em "escolas reunidas", registrou o Rio Grande, no período em exame, um surto de criação de "grupos escolares" como jamais se conhecera.

A simples indicação numérica fala por sí.

Grupos Escolares existentes e em funcionamento:

Anos:	1937	1938	1939	1940	1941	1942
Ns.:	170	281	365	422	456	518

Em cinco anos — 348!

Ao mesmo ritmo e sob o mesmo impulso do govêrno do Estado, iam as Prefeituras aumentando o número das escolas municipais, especialmente na zona rural, passando o número destas, de 2.830, em 1938, para 3.325, no ano findo.

Diminuiu no período, entretanto, o número das escolas particulares que, de 1.841, passaram a 1.512.

O fenômeno é altamente sugestivo. Certo que a 241 se viu o Govêrno forçado a fechar, porque pretenderam fraudar a vigilância e as normas asseguradoras do espírito nacionalista que deve animar a obra de educação. Baldados os esforços e a ação suasória para mantê-las ativas, porém ao serviço do Brasil, sempre que esgotados os recursos amigáveis característicos da atuação desta fase governamental, tivemos de recorrer à medida drástica da ablação dos focos desnacionalizadores. Mas, além dessas, muitas dezenas de outras cerraram as portas sem qualquer coação da autoridade. E nisto se deve colher prova de que as novas escolas públicas, com prédios e aparelhamento condignos e sob magistério competente, puderam mover mortal concorrência aos estabelecimentos privados.

Somadas, porém, as escolas estaduais, as particulares e as municipais, contava o Rio Grande, em 1942, com 5.655 unidades de ensino primário que registraram, nesse ano, a matrícula real e efetiva de 317.986 alunos.

Representa tal cifra 86,2 % da população infantil em idade escolar, entre 7 e 10 anos, tomando por base os resultados preliminares do recenseamento de 40.

E se considerarmos apenas a população urbana, em idade escolar, vemos que das 98.358 crianças existentes, nada menos de 88.683, ou 90,1%, tiveram matrícula real em colégios primários.

O obstáculo que tolhe resultado mais completo, ainda é, praticamente, irremovível: reside na baixíssima densidade demográfica dos municípios pastorís, onde apenas 5,3 habitantes se registram por quilometro quadrado.

Tão expressivos índices poderiam dispensar maior desenvolvimento a êste capítulo.

Devo, entretanto, ressaltar que não apenas numéricamente ou quantitativamente se reflete a atuação do setor educacional de meu govêrno. Embora não se lhe possa dar expressão concreta e objetiva, penso poder asseverar que igualmente desvanecedores foram os progressos do ensino quanto à qualidade, à eficiência e à técnica.

Antes de mais nada, a assertiva assenta na qualidade do elemento humano chamado ao magistério.

Encerrando o vezo tradicional do nepotismo e o arbítrio, promulgou a Secretaria leis orgânicas que fixaram critérios infrangíveis para a nomeação, sempre por concurso, e os acessos, na carreira de professor.

1.534 mestres novos foram nomeados em cinco anos, todos diplomados e selecionados por concurso de títulos.

E o entusiasmo, a dedicação e a proficiência da maioria dessas jovens, assim lançadas a todos os quadrantes do Rio Grande, para ensinar a ler e a servir o Brasil, foram excelente material e o eficiente instrumento através do qual as mais fecundas e racionais técnicas pedagógicas puderam ser adotadas entre nós.

Constante e incansável aplicação dos órgãos superiores do ensino não cessa de realizar cursos, reuniões e conferências, mensais, umas, semanais outras; de promover a vinda de especialistas e professores, até nós; de renovar extensões e aperfeiçoamentos; de levar mestras riograndenses aos maiores centros brasileiros de ensino; e de ensaiar, pesquizar e experimentar métodos e processos científicos, adaptando-os ao meio e à psicologia infantil riograndenses, afim de que o ensino se torne cada vez mais adiantado e perfeito.

Neste mesmo sentido faz-se digno de menção o cuidado de ministrar ensino integral, levando às crianças também o cultivo físico e ainda o da música e dos trabalhos manuais.

Outro empreendimento, que se tornará da maior valia e proveito, é o relativo à orientação técnica a que, desde o último ano, passaram a se sujeitar os professores primários das escolas municipais. Continuando administrativamente submetidos à esfera comunal, poderão agora, sob a direção técnica de competentes professoras estaduais, especialmente eleitas para o mistér, enriquecer sua benemérita tarefa com as luzes dos progressos científicos de que tão opulenta se mostra a pedagogia moderna.

Não me seria lícito encerrar o assunto sem dar o merecido destaque às generosas instituições escolares mantidas ou desenvolvidas em minha gestão.

Dentre outras, não menos nobres, quero destacar a Associação Cooperadora da Escola, em Pôrto Alegre, e as Associações de Amigos da Escola, no interior.

A assistência alimentar, através da chamada "sopa escolar" constituiu uma das medidas mais alevantadas e salutares, em benefício do ensino e das classes proletárias.

De Julho de 40, quando foi instituida, a Dezembro de 41, nela gastou o govêrno cêrca de duzentos mil cruzeiros, e instalou, desde então até o ano findo, 48 cozinhas.

A caixa escolar, mantida por livre contribuição dos alunos para favo-

recer as crianças pobres, obteve, em 1942, a impressionante importância de Cr$ 527.889,00.

A partir de Janeiro de 1938, a realização de 12 colônias de férias, para menores débeis, permitiu a 791 dêles gozarem as vantagens dessas estações de recreio e saúde.

Assim como para o ensino primário, esmerou-se o órgão educacional no desenvolvimento e progresso do ensino normal e do secundário.

E' fundamental, o primeiro, à obra da instrução pública, já que deve fornecer o elemento humano que a ministra. Assim, além do Instituto de Educação, paradigma que honra o Estado, em Pôrto Alegre, pela perfeição de seu aparelhamento e de seus cursos, mais três Escolas Normais e três Complementares funcionam no Rio Grande, com o máximo de eficiência possivel. Afora estas, 15 estabelecimentos particulares foram equiparados às escolas complementares e, sob a assistência e vigilância da Secretaria da Educação, ministram ensino normal. Também fiscalizadas e subvencionadas, existem três Escolas Normais rurais, preparando professores especializados para o ensino nas zonas agricolas· Dispendeu o erário, só em 1942, quasi DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS com êste grau de ensino, seguro índice para avaliar de seu acuro e proficiência.

Quanto ao secundário, coube a meu govêrno reiniciá-lo, com a reabertura do tradicional Ginásio Júlio de Castilhos, e ainda mais ampliá-lo, criando-o no Instituto de Educação, na Capital, e nas Escolas Normais de Alegrete e Santa Maria. Subvenciona, ainda, ginásios municipais em Rio Grande, São Gabriel, Taquara e São Borja, e distribue, anualmente, entre crianças necessitadas, cinco matrículas gratuitas em cada estabelecimento particular reconhecido. Graças a isto poude o Estado outorgar instrução secundária gratuita a 1.336 escolares, em 1942.

No ensino superior há a registrar, como maior conquista de meu govêrno, a resolução de torná-lo inteiramente gratuito, atendendo, assim, uma das mais antigas aspirações da classe acadêmica e facultando a todas as camadas populares o acesso aos graus superiores do ensino. A deliberação foi tomada no corrente ano e deverá entrar em vigor a partir do próximo exercício.

Penso que o Rio Grande, com esta medida, se coloca na vanguarda do Brasil e da América do Sul em assunto de tanta relevância e repercussão.

Registra, também o período em aprêço a instalação, em 1942, da

Faculdade de Filosofia que fôra criada por decreto de 1936, ainda não efetivado.

Autorizada a funcionar, por decreto federal de Junho do último ano, desde logo inaugurou e manteve em plena atividade os cursos de matemática e física, química e história natural, com invulgar entusiasmo dos corpos docente e dicente.

Os demais institutos e faculdades de ensino superior mantiveram sua perfeita normalidade e eficiência, havendo novas ampliações e aparelhamentos em todos êles, de acôrdo com as necessidades e desenvolvimento de seus cursos.

Há a mencionar, especialmente, a instalação do Instituto de Ciências Naturais, com excelente aparelhamento, sediado no pavimento térreo da Faculdade de Direito.

As despesas gerais do ensino superior, suprem o laconismo dos tópicos que lhe dedico: de 2.763.000 cruzeiros, em 1938, passaram a 3.833.000, no ano findo.

Posso, portanto, fechar êste capítulo, oferecendo o quadro das verbas dispendidas em todos os graus de ensino, confiando à eloquência das cifras o comentário que não devo fazer. E não preciso mais para a tranquilidade de minha conciência, quanto aos deveres de um governante para com êste fundamental setor de atividade pública.

DESPESAS EFETUADAS COM O ENSINO, SEGUNDO OS SEUS DIVERSOS GRAUS — 1938/1942

Grau de ensino	1938	1939	1940	1941	1942
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
Primário	15.281.368	21.937.580	31.692.007	25.770.883	25.135.291
Secundário ...	—	321.970	1.352.225	1.458.084	1.480.510
Normal	1.204.320	1.202.391	920.000	897.000	964.200
Superior	2.763.337	2.737.103	3.553.852	3.433.874	3.870.841
Técnico Profisional	—	600.000	600.000	600.000	600.000
Artístico	400.437	—	—	—	—
Emendativo ..	216.760	461.800	536.400	536.400	1.001.100
Militar	60.000	60.000	60.000	60.000	168.000
Ed. Física ...	25.542	32.000	97.000	150.000	150.000
TOTAL	19.951.764	27.352.844	38.811.484	32.906.241	33.369.942

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DESPESAS COM A EDUCAÇÃO E ENSINO — 1937/1942

ANOS	DESPESA ORÇADA		DESPESA EFETUADA		
	Valor em cruzeiros	N.º Indice	Valor em cruzeiros	N.º Indices	% s/a Despesa orçada
1937	18.184.317	100	20.099.934	100	+ 10,53
1938	18.125.895	99	22.071.510	109	+ 21,76
1939	25.608.185	140	29.890.674	148	+ 16,72
1940	37.916.305	208	40.872.882	203	+ 7,69
1941	37.545.249	208	35.615.799	177	— 5,14
1942	35.581.997	195	36.176.776	179	+ 1,67

DESPESAS EFETUADAS COM O ENSINO PRIMÁRIO — 1937/1942

A N O S	Valor em Cruzeiros	% sôbre o total despendido com a Educação e o Ensino
1937	13.937.459	69,3
1938	15.281.368	69,2
1939	21.937.580	73,3
1940	31.692.007	77,5
1941	25.770.883	71,7
1942	25.135.291	71,6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DILATAÇÃO DA RÊDE ESCOLAR — UNIDADES DE ENSINO PRIMARIO MANTIDOS PELO ESTADO — 1937/1942

ANOS	GRUPOS ESCOLARES		ESCOLAS ISOLADAS		TOTAL	
	Unidades	Indices	Unidades	Indices	Unidades	Indices
1937	170	100	732	100	902	100
1938	281	165	564	76	845	93
1939	365	214	465	63	830	92
1940	422	248	378	51	807	89
1941	456	268	362	49	818	90
1942	518	304	360	49	870	96

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO PRIMÁRIO EXISTENTES NO ESTADO — 1937/1941

A N O S	Estaduais	Municipais	Particulares	TOTAL
1937	902	2.830	1.841	5.573
1938	845	2.888	1.987	5.720
1939	830	3.023	1.644	5.497
1940	807	3.273	1.598	5.678
1941	818	3.325	1.512	5.655

SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA

PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUIDOS PELO ESTADO NAS SÉDES MUNICIPAIS E ZONAS RURAIS — 1937/1942

MUNICÍPIOS	NAS SÉDES MUNICIPAIS, COM CAPACIDADE PARA					NAS ZONAS RURAIS				TOTAL
						De alvenaria		De madeira		
	200 alunos	350 alunos	500 alunos	750 alunos	Total	c/residencia	s/residencia	c/residencia	Total	
Alegrete	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Alfredo Chaves	—	—	1	—	1	—	—	1	1	2
Arroio do Meio	1	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Bagé	—	—	—	1	1	—	—	1	1	2
Bom Jesus	—	1	—	—	1	—	—	—	—	1
Caçapava	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Cachoeira	—	—	—	1	1	—	1	—	1	2
Caí	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Camaquã	—	1	—	—	1	—	—	1	1	2
Candelaria	1	—	—	—	1	—	—	1	1	2
Cangussú	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Caxias	—	1	—	—	1	—	—	1	1	2
Cruz Alta	—	—	—	—	—	—	1	1	2	2
D. Pedrito	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Encantado	1	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Estrela	—	1	—	—	1	—	—	—	—	1
Farroupilha	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Flores da Cunha	1	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Garibaldi	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Getulio Vargas	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Gravataí	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Guaíba	—	1	—	—	1	—	—	—	—	1
Guaporé	—	1	—	—	1	—	—	1	1	2
Ijuí	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Iraí	1	—	—	—	1	—	—	1	1	2
Itaquí	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Jaguarão	—	—	1	—	1	—	1	—	1	2
Jaguarí	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
José Bonifácio	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Julio de Castilhos	—	—	—	—	—	—	—	3	3	3
Lajeado	—	1	—	—	1	—	—	—	—	1
Lagôa Vermelha	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Livramento	—	—	—	—	—	—	—	2	2	2
Montenegro	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Novo Hamburgo	—	—	1	—	1	—	1	—	1	2
Osório	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Palmeira	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Passo Fundo	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Pelotas	—	—	—	1	1	—	1	—	1	2
Pinheiro Machado	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Piratiní	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Pôrto Alegre	—	—	1	—	1	—	1	—	1	2
Prata	1	—	—	—	1	—	—	1	1	2
Rio Pardo	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUIDOS PELO ESTADO NAS SÉDES MUNICIPAIS E ZONAS RURAIS — 1937/1942

MUNICÍPIOS	NAS SÉDES MUNICIPAIS, COM CAPACIDADE PARA					NAS ZONAS RURAIS				TOTAL
	200 alunos	350 alunos	500 alunos	750 alunos	Total	De alvenaria c/residencia	De alvenaria s/residencia	De madeira c/residencia	Total	
Santa Cruz	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Santa Maria	—	1	—	—	1	—	3	—	3	4
Santa Rosa	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Santa Vitória ..	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1
Santiago	—	—	1	—	1	—	—	1	1	2
Santo Angelo ...	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Santo Antônio ..	1	—	—	—	1	—	—	1	1	2
São Borja	—	—	—	—	—	2	—	—	2	2
São Fco. de Assis	—	1	—	—	1	1	—	—	1	2
São Fco. de Paula	—	1	—	—	1	—	—	1	1	2
São Gabriel	—	—	1	—	1	—	1	—	1	2
São Jerônimo ...	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
São José do Norte	1	—	—	—	1	—	—	1	1	2
São Leopoldo ..	—	—	—	—	—	—	2	—	2	2
São Lourenço ..	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
S. L. Gonzaga...	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
São Pedro	—	1	—	—	1	—	—	1	1	2
São Vicente	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Soledade	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Tapes	—	1	—	—	1	—	—	—	—	1
Taquara	—	—	—	—	—	—	—	2	2	2
Taquarí	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Torres	1	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Tupanciretã	—	—	1	—	1	—	1	—	1	2
Uruguaiana	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Venancio Aires..	1	—	—	—	1	—	—	1	1	2
Viamão	—	1	—	—	1	—	—	1	1	2
TOTAL	10	13	7	3	33	4	30	37	71	104

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROFESSORAS NOMEADAS PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO — 1938/1942

ANOS	NÚMERO DE PROFESSORAS				
	De letras	ESPECIALIZADAS			TOTAL
		Musica	Desenho	Educação física	
1938	384	33	3	—	420
1939	429	12	4	—	445
1940	276	—	—	—	276
1941	199	11	—	57	267
1942	246	8	8	—	262

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TABELA DE VENCIMENTOS MENSAIS DO PROFESSORADO ESTADUAL — 1942

ESPECIFICAÇÃO	CRUZEIROS
Professor contratado (antigo subvencionado) Classe A	300,00
Idem " (privativo ou letras) Classe C	400,00
Estagiario, Classe C	400,00
Professor de 1.ª entrância, Classe D	450,00
Idem " 2.ª " " E	500,00
Idem " 3.ª " " F	600,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO — 1940/1942

NOME DA INSTITUIÇÃO	FUNCIONAMENTO		
	1940	1941	1942
Caixa Escolar	145	399	500
Merenda Escolar	52	145	119
Círculo de Pais e Mestres	49	133	141
Clube Agrícola	11	73	119
Cooperativa Escolar	9	44	62
Biblioteca	4	259	268
Clube de Leitura	18	58	59
Grêmio Cívico	—	32	58
Liga da Bondade	—	16	6
Pelotão de Saúde	1	65	123
Clube de ex-alunos	—	—	3
Jornal Escolar	6	32	54
Museu	11	52	65
Gremio Esportivo	—	12	17
Clube Musical	—	9	15
Ligas das Boas Maneiras	—	4	7
Grupo de Escoteiros	—	1	7
Outras Instituições	—	17	69

A renda global das caixas escolares atingiu, em 1942, á extraordinária importancia de Cr$ 527.889,00.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUIÇÕES ESCOLARES — MOVIMENTO GERAL DA SOPA ESCOLAR NA CAPITAL — 1940 / 1941

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMERICOS		
	1940	1941	TOTAL
SOPA ESCOLAR			
Custo de Julho a Dezembro (Cr$)	60.742,00	120.000,00	180.742,00
Número de cozinhas e refeitórios	24	16	40
Número de crianças atendidas	5.191	9.481	14.672

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

COLONIAS DE FÉRIAS — REALIZADAS DE 1938/1943

LOCALIZAÇÃO	N.º de colônias	Periodo de duração - dias	ALUNOS			CUSTO Cr$		Aproveitamento médico - grs.
			Masculino	Feminino	Total	Total	Por aluno	
Pôrto Alegre — Yate Club	1	13	40	—	40	6.666,00	166,65	770
Pôrto Alegre — Country Club	1	15	40	—	40	6.666,00	166,65	870
Pôrto Alegre — G. E. B. Novo	1	14	75	—	75	7.934,50	105,79	1.150
Pôrto Alegre — G. E. B. Novo	1	15	75	—	75	7.934,50	105,79	1.581
Pôrto Alegre — G. E. B. Novo	1	15	73	—	73	7.162,50	98,12	1.606
Farroupilha — G. Esc.	1	13	48	—	48	6.666,00	138,87	1.520
Farroupilha — G. Esc.	1	16	71	—	71	9.216,50	129,80	1.350
Farroupilha — G. Esc.	1	15	42	38	80	9.013,20	112,66	916
Farroupilha — G. Esc.	1	15	20	51	71	10.706,00	150,78	696
F. da Cunha — G. Esc.	1	45	45	—	45	23.400,00	520,00	1.817
Torres — G. Escolar	1	15	40	41	81	22.226,90	274,40	1.200
Torres — G. Escolar	1	16	43	41	84	27.800,00	330,95	874
TOTAL	12	207	612	171	783	145.592,10	185,68	14.350

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CURSOS E REUNIÕES DE CARÁTER TÉCNICO, REALIZADOS NO PERIODO DE 1939 / 1942

ANOS	NÚMERO DE CURSOS E REUNIÕES	NÚMERO DE SESSÕES
1939	12	—
1940	7	142
1941	4	65
1942	9	208
TOTAL	32	415

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ENSINO NORMAL — ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EXISTENTES EM 1943

LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO	CATEGORIA
Pôrto Alegre	Instituto de Educação	Oficial
Alegrete	Escola Normal "Osvaldo Aranha"..	Oficial
Santa Maria	Escola Normal "Olavo Bilac"	Oficial
Pelotas	Escola Normal "Assis Brasil"	Oficial
Cachoeira	Escola Complementar	Oficial
Caxias	Escola Complementar	Oficial
Passo Fundo	Escola Complementar	Oficial
Bagé	Escola Espirito Santo	Equiparada
Cruz Alta	Escola Santissima Trindade	Equiparada
Montenegro	Escola São José	Equiparada
Uruguaiana	Escola Nossa Senhora do Horto..	Equiparada
Uruguaiana	Escola União	Equiparada
Itaquí	Escola S. C. de Jesus	Equiparada
D. Pedrito	Escola Nossa Senhora do Horto ..	Equiparada
Novo Hamburgo	Escola Santa Catarina	Equiparada
Livramento	Escola Santa Tereza	Equiparada
Rio Grande	Escola Santa Joana D'Arc	Equiparada
Vacaria	Escola São José	Equiparada
São Leopoldo	Escola São José	Equiparada
Bento Gonçalves	Escola São Carlos	Equiparada
Lajeado	Escola Madre Barbara	Equiparada
Guaporé	Escola Monsenhor Scalabrini	Equiparada
Pôrto Alegre	Escola Normal Arquidiocese	Rural
São Luiz Gonzaga	Escola Normal Cerro Azul	Rural
Caxias	Escola Normal Murialdo	Rural

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ENSINO NORMAL — DESPESA TOTAL DO ESTADO — 1933/1942

ANOS	DESPESA em Cr$
1937	1.190.712
1938	1.204.320
1939	
1940	1.624.800
1941	1.624.800
1942	1.860.000

Não estão incluídas nas verbas acima as subvenções às Escolas Normais Rurais, que somam Cr$ 90.000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ENSINO SECUNDÁRIO — ESTABELECIMENTOS MANTIDOS E SUBVENCIONADOS PELO ESTADO — 1943

LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO	CATEGORIA	MANUTENÇÃO
Pôrto Alegre ...	Instituto de Educação	Oficial	Governo do Estado
Pôrto Alegre ...	Colégio Julio de Castilhos ...	Oficial	" " "
Alegrete	Escola Normal "Osvaldo Aranha" — curso anexo	Oficial	" " "
Santa Maria	Escola Normal "Olavo Bilac" — curso anexo	Oficial	" " "
Rio Grande	Ginásio "Lemos Junior"	Subvencionado	Municipal
São Gabriel	Ginásio Municipal	Idem	"
São Borja	Ginásio Municipal	Idem	"
Taquara	Ginásio Municipal	Idem	"

ENSINO SECUNDÁRIO — MATRICULAS GRATUITAS DISTRIBUIDAS E DESPESAS EFETUADAS COM O ENSINO — 1939/1940/1942

	Discriminação	Dados numéricos
Matriculas	Em 1939	—
	Em 1940	86
	Em 1942	193
Despesas	Em 1939	Cr$ 321.970,00
	Em 1940	Cr$ 1.352.225,00
	Em 1942	Cr$ 1.864.012,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO FÍSICA — ALUNOS DIPLOMADOS NA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA — 1940/1942

ESPECIFICAÇÃO DOS CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS EM			
	1940	1941	1942	TOTAL
Normal	107	50	44	201
Superior	—	—	11	11
Medicina	—	4	2	6
Técnica desportiva	—	4	5	9
Treinamento e massagem	—	—	1	1
TOTAL	107	58	63	228

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇAO FÍSICA — PESSOAL DOCENTE E ALUNOS DIPLOMADOS — 1940/1942

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	1940	1941	1942
PESSOAL DOCENTE			
No Departamento Estadual de Educação Física	11	—	11
Nos Grupos Escolares da Capital	47	—	65
Nos Grupos Escolares do Interior	19	—	43
TOTAL	77	—	119
ALUNOS DIPLOMADOS			
Masculinos	20	8	10
Femininos	87	50	53
TOTAL	107	58	63

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIADE DE PÔRTO ALEGRE — DESPESA REALIZADA — 1938/1942

DADOS, POR INSTITUTOS — 1938/1942

INSTITUTOS	ARRECADAÇÃO EM Cr$					
	1938	1939	1940	1941	1942	TOTAL
Faculdade de Direito	145.535,00	121.996,00	120.130,00	102.115,00	78.380,00	568.156,00
Escola de Comércio	19.545,00	8.985,00	33.480,00	30.085,00	37.440,00	129.535,00
Escola de Agronomia	26.590,00	35.574,00	45.068,00	39.090,00	37.875,00	184.197,00
Escola de Engenharia ...	25.693,00	31.155,00	26.336,10	42.121,50	55.547,00	180.872,60
I. de Belas Artes	71.385,00	—	—	—	—	71.385,00
Faculdade de Filosofia ..	—	—	—	—	5.405,00	5.405,00
TOTAIS	288.748,00	197.710,00	225.014,10	213.431,50	214.647,00	1.139.550,60

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE DE PÔRTO ALEGRE — ALUNOS MATRICULADOS NOS DIVERSOS CURSOS — 1938/1942

ESPECIFICAÇÃO DOS CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS					
	1938	1939	1940	1941	1942	1943
Direito	493	419	312	276	248	293
Escola de Comércio (Comércio)	77	49	92	121	107	143
Escola de Comércio (Adm. e Fin.)	19	13	19	31	37	45
Agronomia	19	19	22	24	32	44
Veterinária	42	73	85	72	60	40
Engenharia Civil	55	56	47	69	89	123
Engenheiros Mecânicos e Eletricistas ..	5	5	2	7	14	20
Químicos Industriais	2	2	4	6	14	34
Filosofia					22	137
TOTAL	712	636	583	606	623	879

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE DE PÔRTO ALEGRE — ALUNOS MATRICULADOS NOS

ANOS	VALOR EM Cr$	
	TOTAL	DIFERENÇA
1938	2.763.337,00	—
1939	2.737.103,00	— 26.234,00
1940	3.553.852,00	+ 816.749,00
1941	3.433.874,00	— 119.978,00
1942	3.833.521,00	+ 399.647,50

SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA

BIBLIOTÉCA PÚBLICA — OBRAS DOADAS A' BIBLIOTÉCA E POR ESTA ADQUIRIDAS — 1937/1941

ANOS	DOADAS		ADQUIRIDAS		TOTAL	
	Obras	Volumes	Obras	Volumes	Obras	Volumes
1937	361	427	104	170	485	597
1938	641	850	252	858	893	1.708
1939	450	500	1.227	1.480	1.677	1.980
1940	455	691	246	282	701	973
1941	4.862	5.065	3.449	3.497	8.311	8.562

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

BIBLIOTÉCA PÚBLICA — OBRAS EXISTENTES E NÚMERO DE CONSULENTES

1937/1942

ANOS	OBRAS EXISTENTES		Número de consulentes
	Número	Volumes	
1937	24.350	42.256	19.039
1938	26.354	47.704	20.782
1939	27.247	49.412	22.585
1940	27.910	50.465	29.368
1941	36.273	58.465	32.887
1942	44.584	67.425	33.743

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TEATRO SÃO PEDRO — ESPETÁCULOS REALIZADOS — 1937/1942

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE ESPETÁCULOS						
	1937	1938	1939	1940	1941	1942	Total
Audição orfeônica e instrumental	—	5	—	—	—	—	5
Audição orfeônica	—	2	—	9	5	2	18
Audição musical	—	—	—	—	1	—	7
Bailados	6	7	14	8	5	7	47
Colação de grau	4	—	—	5	8	9	26
Comédia	1	6	—	3	1	22	33
Concerto sinfônico	3	8	8	10	8	5	42
Idem de canto	5	8	7	8	4	15	47
Idem de piano	3	3	8	10	5	12	41
Idem de violino	2	5	1	4	5	3	20
Idem de música de câmera	3	—	—	6	3	—	12
Idem de Harpa e Flauta	—	—	—	—	1	—	1
Idem de Violoncelo	—	—	—	—	1	1	2
Idem de Violão	—	—	—	—	1	1	2
Idem de Acordeona	—	—	—	—	—	1	1
Drama	—	58	96	2	65	15	236
Opera	3	—	—	—	—	—	3
Opereta	45	43	9	—	8	—	105
Sessão cívica	10	12	6	5	—	2	35
Idem religiosa	8	2	—	3	—	—	13
Revista	—	—	2	4	2	2	10
Variedades	2	2	—	3	—	—	7
Diversos	4	8	24	—	26	68	130
TOTAL	99	169	175	80	149	165	837

HIGIENE E SAÚDE PÚBLICAS

Tarefa primordial de qualquer Estado, a da higiene e saúde pública avulta, muito particularmente, em nosso país. Vale o asserto por um truismo, tanto são conhecidas as míseras condições sanitárias em que vivem nossas populações rurais e, nas cidades, as grandes camadas proletárias. Sem instrução e esclarecimento, guiadas quasi que exclusivamente pela ignorância, superstições e hábitos anti-racionais, sem disporem de recursos mesmo para obter alimentação sadia e satisfatória, vestimenta apropriada ao clima e habitação rudimentarmente adequada, sem possibilidade de assistência médica e dentária — grande massa de nossas populações se faz presa inerme da tuberculose, da sifilis e das verminoses, enquanto as crianças perecem nos primeiros anos de vida, vitimadas pela alimentação perniciosa e as perturbações digestivas dela derivadas.

Curar de tal estado de cousas é sabidamente, não apenas imperativo de humanidade, como obra de defesa social inadiável e ditame de patriotismo.

Assim compenetrado da transcendência do problema, fiz ponto de honra enfrentá-lo em minha gestão e, se não resolvê-lo integralmente, deixá-lo equacionado e atendido em suas linhas mestras.

Lançada a estrutura de uma eficiente organização e posta em atividade na elaboração e execução dos planos e das providências, caberia a mim, como competirá a meus sucessores, permitir os desenvolvimentos ulteriores afim de, paulatina e porfiadamente, completar a obra multiforme que a ciência e a técnica vão traçando à órbita da ação do Estado no campo da saúde coletiva.

Para cumprir o desiderato, solicitei do Departamento Nacional de Saúde a vinda de um competente especialista, o dr. José Bonifácio Paranhos da Costa, e só tenho motivos para me congratular com o Rio Grande pelo acêrto da escolha, tal o êxito da missão por êle desempenhada.

Decidido a dar a êste relatório feitio o mais possivel esquemático e objetivo, creio que os quadros estatísticos da prestação de contas daquele técnico, relativos às atividades de seu Departamentò, bem comprovam a excelência, a multiplicidade e a proficiência dos serviços realizados.

O esfôrço de meu govêrno, a respeito, desde logo se reflete nos meios orçamentários de que dispunha o antigo órgão, em 1937, e os de que passou a usufruir o novo, sempre em maior grau, de 1938/1942, assim como na decisão, tomada pelo decreto-lei n.º 31 de 8 de Setembro de 1940, que desligou o Departamento de Saúde da Secretaria de Educação, dando-lhe completa autonomia administrativa.

VERBAS ORÇAMENTÁRIAS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE — 1938/1942

Anos	Material	Números Indices	Pessoal	Números Indices	Total	Números Indices
	Cr$		Cr$		Cr$	
1938 .	1.947.020	100	3.030.840	100	4.977.860	100
1939 .	5.774.900	297	7.223.150	238	12.998.050	261
1940 .	5.604.660	288	8.093.200	267	13.697.860	275
1941 .	7.069.583	363	8.884.753	293	15.954.336	320
1942 .	7.792.565	400	10.205.469	337	17.998.034	362

Como se vê, as dotações de material cresceram 300 % em cinco anos, e as de pessoal 237 %, dando o aumento global de 262 %.

Igual impressão de desenvolvimento se colhe do exame do quadro especificando o pessoal técnico e administrativo de que dispoz êsse órgão através dos anos em causa, revelador de seu contínuo enriquecimento, quanto ao elemento humano, para o cumprimento de suas finalidades.

PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO — 1937/1942

Discriminação	Número de Funcionários					
	1937	1938	1939	1940	1941	1942
Funcionários administrativos ...	21	21	97	125	140	157
Fiscais sanitários	96	96	212	179	218	242
Laboratoristas	—	—	45	59	72	83
Enfermeiros	7	7	7	79	79	79
Educadoras sanitárias	19	19	92	135	154	185
Médicos	50	50	117	194	205	226
Dentistas	—	—	13	15	17	23
Químicos	4	4	11	11	11	11
Auxiliares de dispensário......	—	—	35	35	37	57
Vacinadores	5	5	10	14	15	15
Desinfetadores	10	10	10	10	10	10
Extranumerários diversos	71	71	115	267	291	477
TOTAL	283	283	764	1.123	1.249	1.565

Com tais recursos e pessoal, nenhum de seus setores deixou de apresentar substanciais reformas e ampliações. Os serviços de bio-estatística, de epidemiologia, educação e propaganda sanitária, de inspeções de saúde, de fiscalização do exercício profissional, fiscalização de gêneros alimentícios, higiene escolar e de laboratórios, ou foram inteiramente criados, ou renovados e desenvolvidos à altura das necessidades ou, quando menos, das possibilidades atuais. O aparelhamento laboratorial, por exemplo, antes escasso e antiquado, foi enriquecido de instrumentos modernos de trabalho, quer no campo da microbiologia, quer no da química e da parazitologia, contando êste com microscópio entomológico e mais instalações aperfeiçoadas. Foram ainda instituidos, com aparelhamento condigno, o serviço de anatomia patológica e o serviço de profilaxia da raiva.

CENTROS DE SAÚDE E POSTOS DE HIGIENE. Para a execução de seu imenso programa, impunha-se, porém, inicialmente, dotar o Estado de uma rede completa de assistência médico-sanitária. Enquanto isto não fôsse feito, continuaria a sede do organismo a limitar-se à capital do Estado, ou a mais uma ou duas de suas grandes cidades, deixando ao desamparo a grande massa da população urbana e rural do Rio Grande. Seria manter uma timidez de ação que implicava a vacuidade de um sistema de fachada.

Começaram a ser criados, em consequência, progressivamente, centros de saúde e postos de higiene, em cada sede municipal.

3 Centros de Saúde existem hoje em Pôrto Alegre, dada a extensão da tarefa na maior aglomeração urbana e proletária do Estado, sendo que um dêles, construido como paradigma, é talvez o maior da América do Sul, havendo seu edifício e instalações somado o valor de dois milhões de cruzeiros.

Em Pelotas e Rio Grande, as maiores cidades depois da capital, foram localizados os outros dois Centros.

Os Postos de Higiene haviam atingido, até 1942, nada menos de 70 sedes comunais, todos devidamente montados e em pleno funcionamento. E o decreto-lei n.º 367, de 24 de Agôsto último, acaba de criar mais 15 postos a serem instalados em breve. Temos assim todo o território riograndense recoberto da rede médico sanitária capaz de realizar a obra de saúde pública de que carecíamos.

Através de seus funcionários técnicos, os Centros e Postos proporcionam à população do Estado:

a) higiene da alimentação, pela fiscalização dos gêneros e artigos de consumo;

b) higiene do trabalho, pela visitação médica dos operários e inspeção dos estabelecimentos fabrís, impondo-lhes condições higiênicas;

c) higiene pré-natal, pela assistência desvelada às gestantes, e sua adequada educação;

d) higiene infantil pela assistência aos recém nascidos e instrução de suas mães, imunização contra a tuberculose, difteria, varíola, e, ainda, fornecimento de alimentos próprios;

e) higiene pré-escolar, pela assistência às crianças de 2 a 6 anos, curando de sua saúde e desenvolvimento físico e mental, dando-lhes hábitos higiênicos e imunizando-as contra a varíola, difteria, tifoses, desinterias e combatendo a verminose;

f) higiene escolar, pela assistência às crianças escolares, continuando e desenvolvendo a recebida no estágio anterior, e pelo afastamento das que são portadoras de moléstias contagiosas;

g) higiene dentária, pela assistência às gestantes, aos pré-escolares, escolares e frequentadores de dispensários, dando-lhes, outrossim, instrução sôbre a higiene da boca;

h) polícia sanitária e saneamento, promovendo a higienização das habitações, proibindo construções sem os requisitos necessários e incrementando o seneamento das agremiações urbanas;

i) luta contra as verminoses, a malária e a doença de Chagas, pela extirpação dos focos de mosquitos e "barbeiros";

j) luta contra o tracoma, pela profilaxia e instrução das populações acêrca dêste mal, tão cruelmente disseminado no meio rural brasileiro;

l) combate à lepra, pelo registro e fichamento de casos novos, seguido pelo isolamento dos contagiantes, assim como pelo tratamento das formas fechadas e afastamento das crianças;

m) combate à tuberculose, pela mesma forma;

n) combate às moléstias venereas, pela descoberta de doentes, seu fichamento e tratamento;

o) combate às moléstias transmissíveis agudas, pela forma acima indicada, isolamento e vacinação.

Especial menção deve ser feita à criação do corpo de Educadoras Sanitárias cuja missão consiste em realizar nos Postos, e levar ao próprio domicílio dos necessitados, as tarefas de higiene e educação sanitária acima arroladas. Instituido em 1938, as candidatas a êste novo mistér são submetidas a um curso intenso e, após aprovação em exame, podem ser nomeadas para o exercício de suas nobres funções. Já atualmente 185 Educadoras estão disseminadas pelo Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO SOCIAL. Também às instituições de assistência médico social foram prodigalizados a atenção e os recursos que nossas posses financeiras permitiam.

A assistência a psicopatas, inteiramente a cargo do Estado, teve notável desenvolvimento, sendo incontáveis os melhoramentos e ampliações verificados nos cinco anos. As verbas orçamentárias que se lhe destinaram cresceram de dois milhões e duzentos mil cruzeiros, em 1938, para quatro milhões e duzentos mil, isto é 94 % maior.

Aos lázaros o Rio Grande pode orgulhar-se de ministrar modelar amparo e assistência. A Colônia Itapoã, cuja construção começára em 1937, veiu a inaugurar-se em 1940 e constituiu a perfeita solução ao doloroso problema médico social da morféa. O custo de suas áreas, construções e instalações montaram a seis milhões de cruzeiros e a manutenção dos hansenianos recolhidos somára, até 31-12-1942, cêrca de três milhões. E'

de 447 doentes sua atual população, que representa alta percentagem do total de morféticos registrados no Rio Grande.

Completando a obra do Leprosário, a iniciativa particular construiu o AMPARO SANTA CRUZ, para o isolamento e assistência dos filhos de lázaros, invertendo quantia aproximada a novecentos mil cruzeiros, que bem fala de suas proporções. O Departamento de Saúde presta todo auxílio médico, dentário, farmacêutico, e mesmo alimentar, à humanitária instituição.

Igual assistência outorga o Departamento aos infantários existentes no Rio Grande que são ainda, exceção feita do da Fábrica Renner, eficazmente subvencionados pelo Govêrno.

Aos hospitais, ambulatórios e recolhimentos particulares, fiscaliza e assiste o D. E. S., prescrevendo-lhes normas técnicas, determinando o fechamento de alguns e orientando devidamente a instalação de novos. Já atualmente há 5 leitos hospitalares, no Estado, para cada 1.000 habitantes e, em futuro não remoto, graças às determinações do Departamento, a respeito da reserva de leitos a indigentes, 62,5% dos leitos existentes serão destinados à assistência médico social gratuita.

Para o magnânimo desiderato contribue o Estado com largas subvenções que alcançaram no quinquênio a Cr$ 14.000.000,00.

Merece ser destacado, neste passo, o PAVILHÃO DALTRO FILHO, na Santa Casa de Misericórdia de Pôrto Alegre, inteiramente a cargo do Govêrno que alí dispendeu Cr$ 3.285.000,00. O chamado Pavilhão Daltro Filho constitui, em verdade, um bloco hospitalar completo, contendo clinicas médicas, cirúrgicas, gerais e especializadas, ambulatórios, dispensários, etc.

Quanto ficou dito, se demonstra o desvêlo e preocupação governamentais pela higiene e saúde públicas, longe está de pretender a benemerência de uma realização sem lacunas e imperfeições.

Do pouco que encontramos, chegamos hoje, graças à capacidade dos corpos técnicos e administrativos do D. E. S., a alguma cousa digna de ser apresentada com legítima ufania·

Não se perde, entanto, minha conciência de administrador na vaidade das conquistas, e antes se abisma na imensidade do programa a cumprir para o futuro.

Pingues, ou mesmo impressionantes, podem parecer as verbas destinadas a êstes problemas, quando postas em cotêjo com as encontradas. Minguadas se tornam, porém, se postas em face da magnitude do que resta a corrigir e executar.

Desde logo, os problemas de engenharia sanitária, de abastecimento de águas saudáveis e de instalações de esgôtos aos maiores centros urbanos, são de molde a absorver as possibilidades financeiras do Rio Grande por prolongados lustros.

A construção de novos Centros de Saúde, o acabamento da rede de Postos de Higiene, a construção de sedes condignas, o aumento das assistências que se afanam em ministrar, a multiplicação das colônias de férias, a ampliação dos serviços médicos e dentários às gestantes, às crianças e escolares — todos são aspectos que se impõem ao administrador, reclamando recursos materiais e humanos que o Govêrno longe está de possuir.

Nem aludí ao angustiante flagelo da peste branca, porque, tornado lugar comum, constitue problema que entrosa, não apenas no campo médico social, como no econômico e de política distributiva. Para enfrentá-lo proficientemente, com a disseminação de hospitais, sanatórios e da assistência preventiva, cumpre melhorar o padrão de vida de nossas classes proletárias, permitindo-lhes alimentação sadia e abundante. E' mister que o aumento da riqueza e sua melhor distribuição marche a par da polícia sanitária e da educação higiênica das populações.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

POLÍCIA SANITÁRIA E SANEAMENTO — HIGIENE DO TRABALHO — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
SERVIÇO DE MÉDICOS:				
Visitas a casas vazias	3.528	4.711	4.734	5.873
Visitas para atender reclamações	2.240	2.313	1.720	2.178
Visitas de polícia sistemática	20.615	27.799	29.682	32.201
Verificação de intimações ..	4.091	6.372	7.460	8.032
SERVIÇO DOS FISCAIS:				
Visitas a casas vazias	12.996	20.170	21.566	24.803
Visitas para atender reclamações	4.494	5.212	4.758	5.211
Visitas de polícia sistemática	261.819	351.354	433.880	522.976
Verificações de intimações .	33.045	55.116	58.106	63.924
Outras visitas	51.831	91.442	87.423	87.264
HIGIENE DO TRABALHO				
SERVIÇO DOS MÉDICOS:				
Visitas para licenciamento de estabelecimentos	654	644	795	695
Visitas de inspeção sistemática a fábricas e oficinas .	1.590	2.878	4.238	5.319
Outras visitas	3.323	3.842	4.706	6.352

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
SERVIÇO DOS MÉDICOS:				
Visitas para licenciamento de estabelecimentos	1.369	1.493	1.347	1.279
Visitas para atender reclamações	984	1.161	1.139	1.006
Visitas de polícia sistemática a feiras	458	580	715	333
Outras visitas de polícia sistemática	8.612	15.073	13.148	14.540
Visitas de inspeção a matadouros avícolas, armazens, trapiches e mercados	6.067	8.719	10.496	17.166
Aves e pequenos animais inspecionados nos matadouros avícolas	518.575	755.862	564.332	406.920
Aves e pequenos animais inutilizados por impróprios para o consumo	12.200	4.831	10.981	5.068
Carteiras de manipuladores fornecidas	26.418	24.660	22.466	23.433
Carteiras de manipuladores revalidadas	4.578	15.599	23.726	31.488
SERVIÇO DOS FISCAIS:				
Visitas de inspeção a matadouros avícolas, armados	53.961	87.257	85.967	133.733
Gêneros inspecionados nos armazens e trapiches (toneladas)	478.884	659.208	588.265	411.845
Gêneros inutilizados por impróprios para o consumo (quilos)	93.075	311.283	9.076.261 (*)	100.033

(*) Enchente de 1941

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

HIGIENE ESCOLAR — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
Estabelecimentos de ensino visitados	1.135	1.671	1.802	1.864
Estabelecimentos de ensino fichados	303	181	125	243
Escolares examinados	20.465	53.103	64.544	66.463
Escolares fichados	29.417	41.570	51.769	61.306
Escolares afastados por doença	618	1.079	1.104	1.169
Escolares afastados por doença em pessoa da família	41	360	195	335
Escolares transferidos de aula	22	16	52	267
Escolares encaminhados a serviços médico-dentários	2.390	9.121	14.834	20.662
Cartas aos pais	3.547	4.854	9.910	11.003
Preleções nas escolas	839	1.178	907	1.019
Professores e funcionários examinados	475	1.795	1.702	911
Professores e funcionários afastados	53	183	78	132

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

HIGIENE DENTÁRIA — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
PARA CRIANÇAS				
Total de comparecimentos .	15.829	46.135	55.531	71.205
Extrações	4.717	11.861	15.872	19.770
Obturações	4.029	13.508	18.529	25.053
Curativos	19.285	62.168	65.595	83.397
PARA GESTANTES:				
Total de comparecimentos ..	2.094	6.621	10.210	14.558
Extrações	1.073	2.780	5.026	7.611
Obturações	479	1.670	2.950	4.599
Curativos	2.804	9.007	10.712	16.196

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS AGUDAS — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
Casos de doenças transmissíveis notificados	13.994	18.489	17.605	20.161
Casos de doenças transmissíveis confirmados	9.713	12.111	13.513	16.257
Investigações epidemiológicas realizadas por médicos .	5.082	5.689	5.813	9.181
Investigações epidemiológicas realizadas por Educadoras Sanitárias	3.954	3.875	4.189	6.248
Vacinações contra a varíola .	172.924	134.741	130.383	129.243
Revacinações contra a varíola	78.073	95.642	92.917	109.464
Pessoas imunizadas contra febre tifóide	78.283	146.136	253.060	270.672
Pessoas imunizadas com anatoxina diftérica	5.014	16.223	19.566	19.570
Pacientes medicados com sôro antidiftérico	456	1.029	1.306	763
Contagiantes internados em hospitais	1.408	1.410	1.489	1.659
Visitas de Educadoras Sanitárias	14.097	14.181	15.651	20.202

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS — SÍFILIS — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
Comparecimento para 1.º exame	13.059	20.734	20.469	37.192
Comparecimentos de suspeitos para reexame	16.760	26.628	30.982	56.931
Doentes com manifestações primárias	3.314	3.403	3.251	4.936
Doentes com manifestações secundárias	6.492	9.610	14.144	14.387
Doentes com manifestações viscerais	2.621	6.902	7.946	14.308
Total de consultas	29.819	47.362	51.451	94.123
Injeções Arsenicais	11.743	17.316	15.266	33.285
Injeções de Bismuto	52.609	121.147	152.055	355.983
Injeções Mercuriais	20.956	32.482	23.473	21.443
Outras injeções	24.336	57.191	53.554	85.981
Total das injeções	109.644	228.136	244.348	496.692
Amostras de sangue colhidas para Wassermann	4.785	8.152	7.876	16.194

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

TUBERCULOSE — LEPRA — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
TUBERCULOSE				
Comparecimento para 1.º exame	8.760	15.930	13.643	18.552
Comparecimentos para re-classificação	3.422	6.665	5.426	11.612
Reconhecidos como tuberculosos	4.744	2.687	2.348	2.387
Comparecimentos para consulta	12.889	35.040	36.257	36.821
Comparecimentos para pneumotorax	3.042	7.145	6.570	9.032
Total de consultas	28.113	64.780	61.896	76.017
Comunicantes que compareceram a 1.º exame	1.807	2.890	2.222	3.718
Radioscopias executadas ...	5.380	6.978	4.592	4.583
Radiografias executadas (incluidas abreugrafias)	7.651	41.740	47.634	70.130
Fórmulas medicamentosas fornecidas	19.378	40.695	53.651	79.953
Injeções de preparados de ouro	1.171	3.330	3.175	2.634
Outras injeções	55.264	144.761	159.038	209.990
Tuberculosos internados em hospitais	578	600	635	806
Visitas de Educadoras Sanitárias	4.822	9.996	9.910	14.600
Imunizações por B C G efetuadas por Educadoras Sanitárias	3.797	6.172	7.282	8.684
Reações tuberculínicas	1.594	5.657	4.539	6.260
Intervenções cirúrgicas	0	8	183	13
LEPRA				
Comparecimentos para 1.º exame	894	2.888	2.974	3.852
Total de pacientes atendidos por médicos	3.514	4.650	3.481	4.301
Reconhecidos como leprosos	192	230	153	108
Comparecimentos para injeções de preparados chaulmoógricos	2.147	2.726	1.710	1.091
Visitas de Educadoras Sanitárias	338	570	398	237

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA — 1939/1942

ESPTCIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
Sôro diagnóstico da sífilis	12.051	19.089	18.633	37.211
Total dos exames bacterio-lógicos — Infecções tíficas	1.402	1.737	2.158	2.990
Disenterias	265	163	130	178
Difteria	5.029	6.995	3.461	1.843
Tuberculose	2.885	3.317	2.249	1.161
Outras doenças .	1.507	921	395	3.686
Pesquisas diversas	15.306	13.721	9.898	22.172
DÓSES PREPARADAS DE VACINAS				
Antitifodisentérica	55.286	148.154	223.708	131.229
Antitífica A e B	172.908	248.480	274.739	331.182
Antivariólica	110.940	119.822	95.976	36.755
Antidiftérica	12.667	29.553	26.982	24.950
B C G	16.617	33.177	36.660	53.323
Antirrábica	10.790	8.363	8.585	18.913
Outros produtos	892	350	7.328	7.809
DÓSES DISTRIBUIDAS DE VACINAS				
Antitifodisentérica	72.074	133.508	221.340	136.404
Antitífica A e B	150.703	218.234	260.604	356.817
Antivariólica	270.757	216.060	79.070	44.700
Antidiftérica	13.929	29.892	23.817	24.252
B C G	15.185	30.473	35.149	49.812
Antirrábica	17.671	8.363	8.555	17.162
Outros produtos	722	760	5.806	7.708
ANÁLISES BROMATOLÓGICAS				
Prévias	336	475	396	410
Fiscais	494.193	514.468	481.623	540.850
Outras análises	1.599	9.102	6.727	4.523
Serviço de química analítica e experimental	5.138	7.958	6.566	11.300

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

LABORATÓRIOS DOS CENTROS DE SAÚDE E POSTOS DE HIGIENE — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
EXAMES REALIZADOS:				
Tuberculose	4.000	6.384	7.950	10.272
Lepra	516	827	993	857
Blenorragia	482	565	1.129	2.772
Verminoses	2.932	8.429	20.641	20.698
Malária	1.256	792	308	139
Exames de urina	11.410	29.179	30.253	35.605
Outros exames praticados	1.847	7.066	48.329	136.379
Total de exames praticados	22.443	53.242	109.603	206.722
OFTALMOLOGIA				
Comparecimentos para 1.º exame	3.607	7.066	8.269	8.782
Reexames e consultas simples	3.474	6.975	10.604	12.478
Tratamentos	13.102	15.349	18.764	24.166
Prescrição de vidros corretivos	319	960	4.021	3.102
OTORRINOLARINGOLOGIA				
Comparecimentos para 1.º exame	2.880	6.329	5.778	6.081
Reexames e consultas simples	2.058	6.050	6.321	7.576
Amigdalectomias	137	380	272	151
Adenoitectomias	310	399	300	234
Tratamentos	2.202	6.829	9.017	14.377

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

PROFILAXIA DA RAIVA — PROPAGANDA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
PROFILAXIA DA RAIVA				
Consultas	1.976	1.455	1.624	1.609
Existiam em tratamento (no último dia do ano anterior)	28	30	19	14
Começaram tratamento	847	541	568	496
Abandonaram tratamento ...	74	20	29	36
Terminaram o tratamento ...	771	532	544	454
Estão em tratamento	30	19	14	20
Injeções feitas	13.023	8.265	8.512	0.351
PROPAGANDA E EDUCAÇÃO SANITÁRIO				
Notas e conselhos enviados à Imprensa	3.745	9.069	10.277	10.798
Notas e conselhos enviados às estações de rádio	13.776	14.206	17.084	22.584
Publicações distribuidas	271.006	247.048	233.815	204.579
Palestras realizadas	1.600	1.522	3.087	2.684
Filmes projetados (conselhos)	12.842	13.531	14.583	17.190

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO		1939	1940	1941	1942
Diplomas registados		195	137	137	108
Estabelecimentos registados		162	133	90	83
Licenças de farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres		186	292	242	334
Renovação de licenças a farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres		631	669	693	647
Visitas a farmácias, drogarias e laboratórios		1.785	2.704	3.185	4.147
Consultórios visitados		1.167	1.478	1.765	2.353
Receitas de entorpecentes visadas		40.094	37.506	36.193	39.045
Requisições de entorpecentes		2.109	1.491	1.428	1.541
Visitas para licenciamento de estabelecimentos		137	83	42	173
Exames médicos	Licenças	1.491	2.380	3.623	4.473
	Aposentadorias	473	325	375	345
	Concurso	1.998	423	1.146	68
	Ingresso	1.869	2.446	2.997	2.705
	Efetividade	1.028	132	45	22
	Prénupciais	0	0	88	170
	Outros exames	0	0	2.979	9.271
	Total dos exames	6.859	5.706	11.253	17.054

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

Assistência a Psicopatas — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
Doentes passados do ano anterior	1.961	1.967	2.054	2.243
Doentes entrados durante o ano	1.388	1.636	1.796	1.681
Óbitos	354	372	443	350
Altas	1.175	1.177	1.164	1.223
DAS ALTAS VERIFICADAS:				
Curados	529	602	511	575
Melhorados	293	236	272	264
Sem melhoras	146	120	128	125
Provisórias	133	120	129	103
Fugas	41	68	80	97
Sem moléstia mental	30	28	38	53
Transferidos para a Santa Casa	3	2	4	0
Transferidos para o Manicômio Judiciário	0	0	1	1
Transferidos para o Serviço Aberto	0	0	0	1
Sem diagnóstico	0	1	1	4
Injeções aplicadas	191.701	176.605	136.800	164.424
Fórmulas aviadas	36.560	37.906	39.541	44.132
Curativos	4.957	10.882	53.274	43.211
Pequenas intervenções	164	186	187	142
Grandes intervenções	51	36	31	47
Doentes atendidos em ambulatório	29.795	33.113	17.826	7.576

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

HOSPITAL DE ISOLAMENTO E COLONIA ITAPOÃ — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
HOSPITAL DE ISOLAMENTO				
Doentes passados do ano anterior	21	4	14	19
Doentes entrados durante o ano	75	113	355	227
O'bitos	2	15	44	37
Altas	90	88	306	185
Injeções aplicadas	193	625	5.326	4.859
Fórmulas aviadas	398	492	3.818	2.327
Curativos	903	78	981	0
Pequenas intervenções	0	8	160	0
Grandes intervenções	0	20	70	0
COLONIA DE ITAPOÃ				
Doentes passados no ano anterior	0	0	348	456
Doentes entrados durante o ano	33	244	155	138
Doentes passados do Hospital de Emergência, em junho de 1940	0	100	0	0
O'bitos	1	11	18	18
Altas	3	2	29	137
Injeções aplicadas	11.780	18.304	43.861	49.314
Fórmulas aviadas	3.490	5.344	8.101	13.286
Curativos	19.796	56.058	115.173	82.476
Pequenas intervenções	9	20	42	26
Grandes intervenções	1	4	3	17

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

SERVIÇOS ESPECIAIS — 1939/1942

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941	1942
SERVIÇO DE POLÍCIA DE MOSQUITOS				
Número de prédios inspecionados	647.018	767.349	766.293	900.702
Números de predios com focos de mosquitos	37.880	35.818	24.962	20.529
Número de prédios com focos externos de mosquitos	15.887	14.678	11.853	18.136
SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO				
Número de doses de raticida preparadas	598.003	543.448	575.721	406.165
Número de doses de raticida distribuidas	706.328	546.768	513.299	273.343
Número de prédios inspecionados	43.891	29.810	73.112	33.169

AGRICULTURA

É o Rio Grande um Estado essencialmente agro-pecuário. Certo, não lhe faltam atividades maquinofatureiras e seu parque industrial, o terceiro do país, constitue justo orgulho da capacidade criadora de seus filhos. Mas, ressalvadas exceções, que se vão tornando numerosas, sua produção transformativa é ainda decorrência da riqueza agrícola e pastoril.

A aplicação fabríl na indústria da alimentação representa 50 % (Cr$ 1.174.564.000,00) do total de dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, o que bem comprova o asserto.

E se êsses valores são altamente confortadores e dignos de aprêço, não menos verdade é que, por ora, os artigos que enchem as pautas de nossas exportações ou derivam da agricultura e da pecuária, ou da transformação de produtos delas oriundos.

Assim, no valor global de nossas vendas, em 1942, como evidencía o quadro abaixo, 31 % cabem às matérias agricolas, 30 % às pecuárias, 6 % a produtos agricolas manipulados e 17 % aos da transformação pecuária.

EXPORTAÇÃO GERAL DO ESTADO — 1942

PRODUTOS	Pêso em quilos	%	Valor (Em Cr$)	%
Prod. de origem vegetal	462.083.513	50,52	505.782.527	31,28
Prod. agrícolas industrializados	41.699.380	4,55	90.995.504	5,62
TOTAL DOS PROD. AGRÍCOLAS	503.782.993	55,07	596.778.031	36,90
Prod. de origem animal	96.950.779	10,59	480.713.077	29,75
Prod. da pecuária industrializados	44.620.280	4,87	268.261.924	16,58
TOTAL DOS PROD. DA PECUÁRIA	141.571.059	1546	748.975.001	46,33
Prod. manufaturados	16.094.650	1,75	219.129.907	13,33
Prod. minerais	247.175.482	27,02	26.931.191	1,66
Outros prod. não classif.	6.467.699	0,70	25.268.545	1,56
TOTAL DOS PROD. INDUSTRIAIS	269.737.831	29,47	271.329.643	16,77
TOTAL DA EXPORTAÇÃO ..	915.091.883	100,00	1.617.082.675	100,00

Estatìsticamente demonstrando esta indiscutível verdade, desejo, por esta forma objetiva, fundamentar o reconhecido imperativo governamental de estimular e aprimorar a atividade agricola e pastoril do Rio Grande.

No campo econômico esta é, sem dúvida, a preocupação primária do gestor estadual. Somos já o proclamado "celeiro" do Brasil, constituimos importante mercado produtor de carnes e cereais, universalmente conhecido. Mas longo e árduo é ainda o caminho a trilhar, no sentido de desenvolver quantitativa e qualitativamente estas preciosas fontes de produção. Repisemos o velho mandamento econômico: precisamos produzir mais, melhor e mais barato, que áspera desde já é a concorrência nacional e estrangeira a enfrentar.

O desfavor de nossa posição geográfica e os ônus de um caríssimo sistema de transportes, exigem-nos dobrados e incessantes esforços. Somente a abundância, a qualidade e o baixo custo nos permitem vencer êsses fatores adversos.

Cumpre, d'outra parte, reconhecer que à iniciativa particular e à capacidade produtora de seus filhos, deve o Rio Grande quási exclusivamente a brilhante posição econômica que desfruta. Desajudado e sem estimulo governamental, construiu o gaúcho, à custa de sua tenacidade, de sua têmpera e de um clíma propício, a grandeza de sua civilização.

Nada o comprova melhor que o fato de ser a repartição pública encarregada do amparo à agricultura e à pecuária, à indústria e ao comércio, representada por uma simples "diretoria" até 1936, e somente a partir de 1929, ano de sua instalação na Secretaria de Obras Públicas.

Em consequência, a não ser eventual e indiretamente, não contava o Estado, até 14 anos atrás, qualquer órgão técnico para essa missão fundamental.

Criada a atual Secretaria de Estado, em 1936, só para o ano seguinte obteve o primeiro titular verbas relativamente capazes de dar início a uma atividade fecunda. Havendo estas, porém, se mantido praticamente intactas, ainda em 1937, somente em 1938, em realidade, com dotações condignas e efetivamente aplicadas, começou o govêrno riograndense a cumprir seu comezinho dever para com o produtor.

Conciente destas verdades, tudo empreendeu meu govêrno, no límite de suas posses, para remediar o mal e ganhar um pouco do tempo perdido.

O substancial crescimento das cifras orçamentárias, agora realmente dispendidas, fala eloquentemente dêste critério.

De cinco milhões e setecentos mil cruzeiros, em 1936, passou a Secretaria a dispor de dezenove milhões e duzentos mil, no último ano, ou seja um aumento de 233 %.

Os esquemas e quadros estatísticos que se encontram anexos, e pormenorizado relatório do titular da pasta, dizem suficientemente da forma pela qual foram os recursos aplicados. Tudo estando, praticamente, por fazer, a todos os setores e aspectos do problema teve aquele departamento de levar o surto de suas atividades, reformas e desenvolvimentos. As cifras arroladas o denotam: as construções materiais multiplicaram-se, disseminaram-se as estações experimentais, os campos de multiplicação de sementes, os de cooperação, os postos zootécnicos, os de monta, os laboratórios, os institutos, a distribuição de sementes, mudas, reprodutores. Quando se não criava, inteiramente novo, o que inexistia, aparelhava-se a instituição antiga, duplicando e triplicando as áreas, os prédios e as instalações. Qualquer confronto o comprova, nos inúmeros quadros indicativos do que havia e do que foi feito.

Enfrentamos, portanto, o problema, com bravura e sem medir sacrificios. E a obra realizada não deve ser medida pelas messes colhidas, pois que neste terreno, como no da fábula célebre, hoje se planta para que colham as gerações futuras. No campo da experimentação e do aprimoramento agrícola e pecuário, longo tempo se requer para os verdadeiros resultados se manifestarem em toda a grandeza.

Anos a fio consome o beneditino esfôrço que, muito a miude, baldado se torna, diante de fôrças naturais adversas e insubjugáveis. Vence por fim a ciência, mas o tempo e a paciência hão de ser seus aliados.

Posso afirmar, portanto, que, sob minha administração, foram lançadas, em sólidas bases e sob rigoroso critério, as linhas mestras do organismo técnico e científico de proteção, fomento e aperfeiçoamento de nossas imensas possibilidades agrícolas.

E adiantando que os enormes êxitos já obtidos representam parte mínima, se postos em cotejo com os resultados próximo vindouros, tenho feito o louvor que merece o desvelado corpo de funcionários daquela Secretaria.

Isto ressalta, por exemplo, do infatigável trabalho experimental das estações fitotécnicas. Quanto ao trigo, que desde 1929 constitui um de seus maiores desideratos, já se podem alinhar conquistas que se fizeram conhecidas e gabadas por institutos e autoridades de renome mundial. Não cessou, antes muito se desenvolveu, o labor de pesquizas, experimentações, cruzamentos e seleções. Infatigavelmente são procuradas as varidades

mais próprias a nosso meio físico, corroborando a verdade de que para a genética moderna todos os milagres se tornam possiveis: o cruzamento, a hibridação e a seleção alcançam sempre os típos capazes de se adaptarem às condições ambientes.

Assim, depois das famosas variedades do trigo "Fronteira" e "Surpresa", já comprovadamente excelentes, a novas se têm dedicado os genetistas estaduais, no afã de chegarem a espécies de melhor maturação, maior resistência e mais altos rendimentos industriais e alimenticios. O "Rio Negro" e o "Frontana I", para citar apenas as mais recentes descobertas, são novos laureis de nossa atividade científica.

Esta atividade, mais a do intensivo fomento tríticola, expressa pela distribuição constante de sementes e pela zelosa assistência ao agricultor, refletem-se nas crescentes colheitas do rei dos cereais, sempre que as condições climatéricas não fraudam as esperanças e os sacrifícios do camponês.

Valem iguais esclarecimentos e descrições para o milho, a mandioca, a batata, os bulhos, o linho, a vide, a cevada, o lúpulo, o arroz, os citrus, as rosáceas. As principais espécies vegetais que fazem a riqueza riograndense estão sendo objeto das mesmas pesquizas e do mesmo esfôrço de seleção, aprimoramento e disseminação. Estudam-se as pestes que frustam colheitas e labores, procuram-se as causas e os remédios, selecionam-se as variedades resistentes, distribuem-se as mudas e sementes, dá-se assistência técnica ao lavrador.

E poderia citar, ilustrando a tese, quanto se tem feito a respeito da viti-vinicultura e da rizicultura.

Quanto à primeira, além dos descritos processos seletivos, e da farta distribuição de enxertos e bacelos, ésmera-se a Secretaria, através da modelar estação de Caxias, em prestar assídua assistência ao agricultor, corrigindo a rotina e o empirismo, levando-o a cultivar castas finas e ensinando-lhe os cuidados que estas reclamam. Dá-se-lhes cursos práticos de poda sêca e poda verde. Realizada a vindima, depois de garantido justo prêço ao agricultor, exercem os corpos fiscais rigorosa vigilância sôbre a qualidade e as condições da uva entregue às cantinas e da própria fabricação do vinho, havendo em 1942, 70 % da safra passado sob a rigorosa fiscalização da autoridade pública.

Quanto ao arroz, afora as instalações adequadas e os trabalhos experimentais referidos, dispõe a Estação de Gravataí de uma hospedaria

para abrigar os rizicultores que ali recebem orientação e instruções técnicas para a melhoria da graminea que é um dos esteios da agricultura e da riqueza riograndense.

Manda a justiça que se destaque, a propósito, a ação de alta benemerência do Instituto Rio-Grandense do Vinho e do Instituto Rio-Grandense do Arroz.

Reorganizado aquele pelo decreto e regulamento de 7 de Julho de 1939 e ainda pelo de 31 de Agôsto do mesmo ano, afim de colocá-lo em suas verdadeiras funções de órgão de amparo da viticultura e proteção, progresso e defesa da vinicultura, passou a autarquia a desenvolver fecunda atuação através de mil providências que têm assegurado a prosperidade das classes rurais, assim como de industriais e comerciantes do vinho. Êste produto, moralizado em sua fabricação e seu comércio, graças à inflexivel fiscalização exercida diretamente nos estabelecimentos vinificadores, continua mantendo destacada posição em nossa corrente exportadora e a calma e satisfação reinantes nos setores econômicos interessados atestam a excelência de seu órgão controlador.

Iguais assertos comporta a autarquia rizícola. Reconstituida em normas sadias no ano de 1938, passou a dispor, a partir de 1939, de organização e meios necessários para o cumprimento de suas finalidades. A aplicação da taxa de defesa, então criada, permitiu-lhe êxito sem precedentes na história da agricultura sulina, através do sistema de financiamentos instituido em favor dos lavoureiros. Interveiu sempre o Estado, avalizando os empréstimos, obtendo-os ou adiantando-os, convicto de que a custosíssima cultura carece, mais do que outra qualquer, do apôio financeiro do poder público.

Trata-se de empreendimento excepcionalmente arriscado e que requer amplas inversões de capital e de trabalho. Ou o Estado e a Autarquia protejem eficazmente o homem da terra, ou êste se vê despojado pela ganância onzenária do financista e do "atravessador".

A carteira agricola do Banco do Brasil deve ser especialmente citada, neste passo, pelo largo e patriótico apôio que dispensou, nas últimas safras, a êste setor de nossa produção, fazendo-se credora do reconhecimento da economia sulina.

Graças à multiforme proteção da Secretaria da Agricultura, do Instituto do Arroz e do Banco do Brasil, teve o produto progresso excepcional na escala dos valores estaduais, e, reconhecido como um dos melhores do

mundo, tem sido disputado pelos mercados americanos e europeus. Tão sólida a situação e eficiente a defesa que mesmo as tremendas adversidades climatéricas dos últimos anos não trouxeram prejuizos sensíveis a nossos rizicultores.

No zelo de reforçar estrutura protetora de tão vital importância e, especialmente, afim de prevenir os abalos que a cultura pode sofrer após guerra, aconselharam a previdência e a cautela a promulgação de nova decreto-lei, em 1942, outorgando ao Instituto maiores recursos e poderes para o desempenho de sua missão. Com êstes, poderá a autarquia, nos anos de prosperidade, devida especialmente ao fechamento dos mercados concorrentes, armazenar os meios de proteção eficiente para quando a dureza da competição, depois da guerra, puder fazer periclitar a abundância de nossa produção. Renovo aqui a confiança que deposito nas disposições do novo diploma legislativo e espero que o Rio Grande lhe há de reconhecer os benfazejos resultados.

Inúmeras outras iniciativas e trabalhos da Diretoria de Produção Agrícola deveriam merecer exame e esplanação, se quizesse fielmente retraçar-lhe toda a atividade.

A tal ponto é esta multiforme que, atendo-me às grandes linhas acima, a respeito das tarefas de maior envergadura, não posso sequer enumerar os serviços desenvolvidos em favor do linho, da cevada, do centeio, assim como das árvores frutíferas de clíma temperado, do fumo, da oliveira, e de outras tantas espécies de funda significação na economia atual, como nas futuras possibilidades agrícolas de nossa terra.

Devem ainda citação os serviços de horticultura e de silvicultura. Para ambos, possue a Secretaria Campos Experimentais próprios, onde se procedem aos mesmos estudos, investigações e pesquizas que acima foram indicados, assim como à máxima distribuição possivel de sementes e mudas. O Campo de Silvicultura, particularmente, responde a uma necessidade há muito sentida entre nós. Cuida da expansão de nossas essências florestais, tão preciosas quão maltratadas, recolhendo-as e multiplicando-as afim de dar inicio à obra de nosso reflorestamento. Examina, outrossim, as variedades adaptáveis a nosso meio, já vulgarizadas ou não, afim de estabelecer quais as mais úteis e vantajosas.

Ainda serviço de mérito é o que visa a fixação das dunas, básico para o desenvolvimento da região litorânea. Árduo e penoso, mantém sem de-

sânimo a luta inglória contra os azares da natureza, conseguindo sempre, à custa de duras penas, ir aumentando a área fixada.

Para encerrar a parte agrícola, menciono o fecundo trabalho cumprido na antiga região canavieira do Estado, abrangendo largas extensões dos municípios de Tôrres, Osório, Gravataí e Santo Antônio. Arrimada antes na indústria do açúcar, a decisão do Instituto Nacional dêste artigo, proibindo-lhe a fabricação, lançou à miséria grande massa de agricultores. Para curar a situação, e levantar o teor econômico desta zona de vales e terras promissores, traçou a Secretaria um interessante programa de fomento visando incrementar alí a cultura simultânea de oleaginosas, tubérculos, cereais, mandioca e arvores frutíferas e, d'outra parte, a das pequenas indústrias rurais, como avicultura, apicultura e suinocultura. O plano vem tendo segura execução, com crescente distribuição e vigilante assistência, já sendo tangíveis os resultados obtidos, com o reerguimento econômico da região, ora sob novo influxo de esperanças e atividades.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

ORÇAMENTOS — 1936/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS INDICES
1936	5.779.472	100
1937	11.657.375	202
1938	12.476.315	216
1939	16.084.100	278
1940	15.669.400	271
1941	16.843.200	291
1942	19.272.000	333

SECRETARIA DA AGRICULTURA

ORGANIZAÇAO DA DIRETORIA DE AGRICULTURA

1.ª SECÇÃO: AGRONOMIA E INSPEÇÃO ....

Unidade	Local
Campo Experimental Horticultura..	R. Grande
Campo Experimental de Mandioca..	Caí
Estação Experimental Fitotécnica..	Alfredo Chaves
Estação Experimental Fitotécnica..	Bagé
Estação Experimental Fitotécnica..	Osório
Estação Experimental de Arroz......	Gravataí
Campo de Cooperação...............	S. J. do Norte
Campo de Cooperação...............	L. Vermelha

2.ª SECÇÃO: ASSISTÊNCIA E DEFESA ....

- Inspetoria de Fumo .... Santa Cruz
- Inspetoria de Apicultura .... Taquarí
- Inspetoria de Silvicultura
  - Serviço fixação de Dunas
  - Estação Experimental
- Inspetoria de trigo
  - Campos de Multiplicação de Sementes
    - J. de Castilhos
    - Encruzilhada
    - Vacaria
    - D. Pedrito
    - Palmeira
- Entreposto de Sementes .... Passo Fundo
- Campo de Cooperação .... Soledade

3.ª SECÇÃO: FRUTICULTURA ....

- Estação Experimental Pomicultura — Taquarí
- Estação Experimental de Viticultura e Enologia .... Caxias
- Serviço de Assistência à Fruticultura
- Campos de Cooperação ....
  - Garibaldi
  - Farroupilha
  - Livramento

LABORATÓRIO DE BIOLOGIA AGRÍCOLA

LABORATÓRIO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

ESTAÇAO EXPERIMENTAL E FITOTÉCNICA DA FRONTEIRA — BAGE'

Data da instalação 1928
Área ocupada 2.673.900 m2
Construções existentes .... 3 casas residenciais

NOVAS CONSTRUÇÕES, INSTALAÇÕES E AUMENTOS

1 9 3 7 —	Valor Cr$	1 9 3 8 —	Valor	1 9 3 9 —	Valor Cr$
1 Celeiro 1 Hangar	— 86.491	2 casas ... 1 Edifício Central ..	— 139.517	+ 2.210.000m2 1 casa ..... 2 galpões ..	— 270.000

1 9 4 1			
	Construções	2 Casas de Material .... Edifício para usina ... 1 Depósito .... 1 Celeiro	Valor Cr$ 135.000
	Aparelhagem	Para tratamento — por água quente — Valor Cr$ 27.000 Laboratório Brabender — Valor Cr$ 120.000 Pelschenk — Valor Cr$ 17.000	
	Usina de luz e fôrça		29.804

T O T A I S —	Número de prédios	14
	Área da estação, m2	4.883.900
	Verba empregada em instalações e construções Cr$	824.812

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

ESTAÇAO EXPERIMENTAL VITICULTURA E ENOLOGIA — CAXIAS

ANOS	ÁREA EM M2	CONSTRUÇÕES	VALOR EM CR$
1929	210.000	1 Edifício Central	
		1 Casa alvenaria	
1938	—	1 Casa residencial	
		1 Edifício para enxertia	145.863
		1 Estábulo	
		1 Estrumeira	
		1 Reservatório	
1942	+ 210.000		100.000
TOTAIS	420.000	7	245.863

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL — OSÓRIO

ANOS	ÁREA EM M2	CONSTRUÇÕES	VALOR EM CR$
1929	1.460.000	1 Edifício Central	—
1939		1 Pocilga	
		1 Estábulo	
		1 Estrumeira	119.187
		1 Aviário	
		1 Reforma	
TOTAIS	1.460.000	6	119.187

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SILVICULTURA — SANTA MARIA

	CONSTRUÇÕES	VALOR EM CR$
Instalada em 1942	2 Casas residenciais	
	1 Hangar	
	1 Estábulo	295.673
Área em m2 5.462.800	1 Estrumeira	
	1 Ripado	

CAMPO EXPERIMENTAL DE HORTICULTURA — RIO GRANDE

ANOS	ÁREA EM M2	CONSTRUÇÕES	VALOR EM CR$
1936	1.110.000	—	—
1938		1 Casa residencial	
		1 Hangar	
1939		1 Casa residencial	
		1 Estábulo	279.718
		1 Estrumeira	
1942		1 Celeiro	
1942	+ 430.000		60.000
TOTAL	1.540.000	6	339.718

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE MANDIOCA — CAÍ

ANOS	ÁREA EM M2	CONSTRUÇÕES	VALOR EM CR$
1937	1.440.000		
1939		1 Casa residencial	
		1 Hangar	
1940		1 Casa residencial	152.871
		1 Estábulo	
		1 Estrumeira	
TOTAL	1.440.000	5	152.871

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE POMICULTURA E PARQUE APÍCOLA — TAQUARÍ

A N O S	ÁREA EM M2	CONSTRUÇÕES	VALOR EM Cr$
1937	2.610.000	1 Casa residencial	—
1938	—	1 Casa residencial .... 1 Hangar	73.170
1939	—	1 Casa residencial .... 1 Laboratório .... 1 Edifício central .... 1 Reservatório .... 1 Estábulo .... 1 Aviário .... 1 Estrumeira	169.940
TOTAL	2.610.000	10	243.110

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ARROZ — GRAVATAÍ

	A N O S	ÁREA EM M2	CONSTRUÇÕES	VALOR EM Cr$
FUNDAÇÃO	1939		5 Casas residenciais .. 1 Galpão .... 1 Depósito	582.152
	1940		2 Celeiros .... 1 Hospedaria .... 1 Hangar .... 1 Garage	
ÁREA		60.000		1.500.000
TOTAIS			12	2.082.152

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

CAMPOS DE MULTIPLICAÇAO DE SEMENTES

ANOS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA EM M2	CONSTRUÇÕES	VALOR EM Cr$
1938 1939 1940	J. de Castilhos	1.837.930	2 Casas residenciais 1 Celeiro 1 Casa p.ª máquinas 1 Estábulo	179.111
1941		+ 1.060.000	—	
1938 1942	Encruzilhada	3.484.800	1 Casa residencial 1 Hangar 1 Celeiro	211.673
1939 1942	Vacaria	3.753.713	1 Casa residencial 1 Hangar 1 Estábulo 1 Celeiro	261.768
1939	D. Pedrito	3.822.816	1 Casa residencial 1 Hangar	73.477
TOTAL		13.959.259		726.029

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

CAMPOS DE COOPERAÇÃO — 1938/1942

DATA DA INSTALAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREAS EM M2	CONSTRUÇÕES EXISTENTES	VALOR TOTAL DAS CONSTRUÇÕES
1938	Garibaldi	160.000	Uma	
1939	Farroupilha	250.000	Residência	
1940	Soledade	800.000	e	
1941	Lagôa Vermelha.	1.000.000	Construções	Cr$ 130.000,00
1941	S. José do Norte..	700.000	Auxiliares	
1942	Livramento	2.450.000	Em	
1943	Palmeira	1.600.000	Cada	
TOTAL	....	6.960.000	Campo	

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

CONSTRUÇÕES NAS ESTAÇÕES E CAMPOS DO INTERIOR

ESPÉCIES	1929-1938	ESPÉCIES	1938-1942	VALOS DAS CONSTRUÇÕES 1938/1942
Casas residenciais	6	Casas residenciais	38	
Celeiros	1	Celeiros	10	
Hangar	—	Hangar	9	
Estábulo	1	Estábulo	9	
Edifícios centrais.	3	Edifícios centrais.	6	
Estrumeira	—	Estrumeira	6	
Reservatórios ...	—	Reservatórios ...	3	
Depósitos	1	Depósitos	3	Cr$ 5.046.708
—	—	Casa de Máquinas	2	
—	—	Aviários	2	
—	—	Pocilga	1	
—	—	Edifício p.ª Labrt.	1	
—	—	Hospedarias	1	
—	—	Garage e Almox...	1	
—	—	Ripado	1	

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA — FOMENTO AGRICOLA

Distribuição de sementes, mudas, etc.

1938-1942

ESPÉCIES	Unidade	ANOS				
		1938	1939	1940	1941	1942
1. CEREAIS						
Arroz	Kg.	—	—	123.300	—	—
Aveia	"	2.580	4.780	1.200	1.440	5.975
Centeio	"	3.000	835	1.080	450	1.020
Cevada	"	2.200	700	960	300	450
Milho	"	12.000	16.640	42.000	5.082	145.519
Trigo	"	279.204	420.000	237.865	238.920	290.760
2. RAIZES, TUBÉRCULOS E BULBOS						
Mandioca e aipim	Muda	—	—	—	62.000	244.605
Batata inglesa	Caixa	—	6.500	1.970	1.000	—
Batata inglesa	Kg.	—	—	—	—	282.229
Cebola semente	"	—	—	22	325	25
Cebola	Muda	—	—	—	—	367.100
3. LEGUMINOSAS						
Ervilhas	Kg.	—	—	—	—	7.290
Feijão	"	—	1.190	420	34.800	301.365
Feijão soja	"	—	480	—	—	—
Lentilhas	"	—	—	—	1.200	32.650
Tremoços	"	—	—	60	—	—
4. OLEAGINOSAS						
Amendoim	Kg.	—	—	—	—	175.400
Girasol	"	—	650	2.000	120	—
Linho	"	8.000	9.650	9.000	1.740	15.550
Tungue	"	—	14	30	19	—
5. FORRAJEIRAS						
Alfafa	Kg.	—	—	—	—	9.396
6. FRUTÍFERAS						
Bananeiras	Muda	—	—	700	—	—
Morangueiros	"	—	—	28.000	—	—
Videiras	"	122.243	112.000	174.000	92.547	82.653
Diversas	"	16.493	14.750	17.164	11.388	15.105
7. DIVERSOS						
Fumo	Kg.	—	—	22	5	9
Hortaliças	"	—	—	—	—	471
Lúpulo	"	—	—	—	2.500	—
Essencias Florestais		—	—	—	—	—

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA — FOMENTO A' APICULTURA

Distribuição de abelhas e plantas melíferas

1939/1942

ANOS	DISCRIMINAÇÃO					
	PLANTAS MELÍFERAS			Estacas	ABELHAS	
	Coleções	Sementes Kg	Mudas		Familias	Mestras
1939	125	—	—	—	—	—
1940	284	312	3.437	4.960	18	72
1941	500	675	18.000	3.500	158	206
1942	437	636	—	—	227	455

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DA AGRICULTURA

PUBLICAÇÕES, CONSULTAS, ETC.

1939/1942

DISCRIMINAÇÃO		ANOS			
		1939	1940	1941	1942
Trabalhos científicos publicados		18	—	—	—
Laboratório de Biologia Agrícola	Consultas	—	474	533	308
	Receitas	—	211	166	—
	Classif. de espécimes	—	359	396	—
	Trabalhos científicos publicados	—	21	12	12
Laboratório de Química Agrícola	Análises de terras	—	81	—	353
	Trabalhos técnicos publicados	—	—	2	—

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SERVIÇO DO VINHO

1940/1942

TÍTULOS	1940	1941	1942
Amostras p/ exame	32.546	28.108	21.949
Determinações	132.729	123.175	116.114
Guias de trânsito	23.673	30.330	34.420
Estabelecimentos fiscalizados	—	125	221
Uva fiscalizada (Kg)	61.007.813	16.537.719	76.304.516
Uva refugada (Kg)	—	—	1.107.630
% da safra alcançada pela fiscalização	60%	62%	70%
N.º de fiscais	—	141	320
N.º de Km. percorridos em fiscalização	—	15.846	25.042

FISCALIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

1941/1942

PORTOS	Número de certificados expedidos		Taxa arrecadada em Cr$	
	1941	1942	1941	1942
Pôrto Alegre	1.340	5.589	102.236	565.628
Pelotas	514	4.615	44.758	265.568
Rio Grande	—	—	—	140.763

PECUÁRIA

Os cuidados, o amparo, fomento e assistência técnica, referidos quanto à parte agrícola, estendem-se e aplicam-se no que à pecuária diz respeito. Esta é, por excelência, a riqueza tradicional de nosso Estado. Ela o caracteriza desde que êste se tornou conhecido e muito antes de qualquer iniciação de agricultura propriamente dita.

Hoje, não obstante o extraordinário incremento desta, mau grado o honroso título de "celeiro" de que desfrutamos, ainda é da pecuária que haurimos as maiores parcelas de nosso comércio exportador. A afirmativa adquire maior evidência na parte concernente às nossas vendas para o exterior, em que cêrca de 85% do valor global das exportações procedem dos produtos de origem animal. As carnes, as gorduras, couros, lãs e os sub-produtos, constituem a base principal das correntes comerciais riograndenses para o estrangeiro e, no momento atual, nossa maior contribuição para o esforço de guerra das nações aliadas.

Sabido é, entretanto, que as atividades pastoris no Estado tem sido animadas exclusivamente pela iniciativa privada.

O extraordinário desenvolvimento que alcançaram e o elevado grau de qualidade a que chegou a criação bovina e ovina em grandes zonas do Estado, atestam o admirável espírito progressista, a tenacidade e o arrôjo da gente gaúcha.

É realmente surpreendente o apuro atingido por grande número de fazendeiros na criação das mais nobres raças e linhagens animais, evidenciadas em exposições pecuárias, nacionais e estrangeiras, embora desajudados dos poderes públicos e sem outro estímulo que o de seu proprio patriotismo.

Urgia, portanto, que o Estado começasse a partilhar com seus filhos dos generosos esforços em prol do aprimoramento de nossa criação. Impunha-se levar-lhes a contribuição de uma zeloza assistência, de experimentações zootécnicas, de disseminação de exemplares caros e proteção e defesa sanitária.

Êstes mandamentos, verdadeiros para gado vacum, maior aplicação encontram para o ovino e o porcino.

Quanto aos últimos, e especialmente ao suíno, ainda muito há a fazer, predominando o atraso e a rotina entre os criadores. Para as ovelhas, exige-se, não somente larga distribuição de bons reprodutores, afim de melhorar o rebanho, procurando as espécies mais aconselhadas a nosso meio e de maior produtividade de lãs, como e principalmente se faz imperioso dar combate incessante às duas pragas que mais comprometem nossos esforços: a sarna e a lombriga.

A respeito do porco, cuja criação tem estado entregue à economia colonial, maiores estímulos e cuidados se reclama dos govêrnos. Imperativo se faz propiciar aos humildes suinocultores maiores elementos de amparo, fornecendo-lhes, em condições favoráveis, bons reprodutores das raças mais vantajosas aos interêsses da indústria. Nossos rebanhos suinos, por uma série de circunstâncias desfavoráveis, naturais e econômicas, acham-se seriamente comprometidos, quer quanto ao número, quer quanto à qualidade. Ao Poder Público corre, portanto, cuidar desta situação, fornecendo os meios e assistência a uma classe de produtores que, ao invés do que se passa com os criadores de bovinos e ovinos não tem, em geral, recursos, nem espírito de iniciativa, nem esclarecimento necessários para tomar a si a penosa tarefa.

Assim convencido dêstes princípios, envidou meu govêrno permanente esfôrço em benefício do melhoramento dos rebanhos e da assistência e defesa sanitária animal.

Nos postos zootécnicos, nas inspetorias veterinárias, elevadas de 10 para 24, nos postos de monta e nos laboratórios e pesquizas científicas, incessante foi o trabalho nos cinco anos em aprêço.

Assim, v.g., no Pôsto Zootécnico da Serra, em Tupanciretã, procedeu-se a adiantadas experimentações e observações sôbre diversas raças, investigando de seus tratamentos e métodos de engorde. Nas inspetorias veterinárias e nos laboratórios curou-se, continuamente, da assistência e defesa sanitárias, pesquizando as causas de várias epizootias, especialmente a raiva bovina, responsável por grandes perdas, nestes últimos anos, e procurando sanar os males ou dar-lhes remédio. Somam a centenas de milhares as vacinas e doses de sôro distribuidas, como especificam os quadros estatísticos anexos. Fez-se, outrossim, a maior distribuição possivel de reprodutores, por empréstimo ou por venda, a preços e condições excelentes, assim como se realizaram centenas de coberturas aos animais de agricultores pobres. Pen-

so que em nenhum outro lustro, tais atividades jamais atingiram a igual vulto, em favor do melhoramento dos rebanhos. Para alimentar os plantéis finos de nossos Postos não perdemos oportunidade de importar espécimes das mais reputadas procedências e mais altas linhagens, quer acêrca de bovinos de corte ou de leite, quer de ovinos e suínos, como ainda de cavalares. Animais houve que custaram 80.000 cruzeiros, preço revelador da excelência de seus pédigrees. Animou e favoreceu o Govêrno, d'outra parte, a compra por particulares de animais importados.

Dignas de menção especial são, neste assunto, duas grandes iniciativas da Secretaria da Agricultura: o Serviço de Peles e Lãs e o Serviço de Agrostologia.

Foi particularmente fecunda a atividade do Serviço de Peles e Lãs que, dotado de moderno aparelhamento técnico e competentes especialistas, tem multiplicado sua atuação, já no campo de pesquizas e classificação de lãs, já no da assistência aos criadores, já no da propaganda e divulgação de métodos, processos e tratamentos, aconselhando-os e estimulando-os para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos rebanhos, e instruindo-os no combate às epizootias e moléstias.

O Serviço Agrostológico, embora não tenha disposto do tempo suficiente para colher os resultados de suas laboriosas finalidades, está fixando, com seus trabalhos de experimentação, as linhas mestras de um grandioso programa, de cujos ensinamentos muito deve esperar o Rio Grande. Trata-se alí do exame e dos ensaios das pastagens naturais do Estado, assim como das que lhe são mais próprias e convenientes. Estudam-se variedades e espécies, em função do meio e de nossas necessidades, primeiro passo no sentido do melhoramento de nossa criação, dando-lhe seguro assento científico e econômico.

Outra preocupação de grande alcance constituiu na fiscalização dos reprodutores importados. Vencendo resistências, oriundas de interêsses feridos, já se exerceu esta vigilância sôbre muitos milhares de animais estrangeiros destinados a nossos rebanhos, com resultados que bem justificam sua benemerência em favor da pecuária gaúcha.

A Diretoria da Produção Animal tem dedicado sua atenção também à apicultura, mantendo um parque em Taquarí e distribuindo fartamente sementes de árvores melíferas e famílias de abelhas.

Regulamentou a caça e pesca e, quanto a esta, promoveu a organização de uma cooperativa de pescadores em Tramandaí. Sob a sua assistência e

carinhoso amparo material, os míseros pescadores daquela costa atlântica puderam vender peixe fresco, diariamente, à capital riograndense, colhendo magnificos resultados.

Também o Registro Genealógico se mantém ativo, prosseguindo em sua útil tarefa. O mesmo se diz do serviço de contrôle leiteiro e do de auxílio a exposições.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

ORGANIZAÇAO DA DIRETORIA DE PRODUÇAO ANIMAL

1.ª Secção Zootécnica	Serviço de Agrostologia Serviço de Registro Genealogico Serviço de Marcas e Sinais Serviço de Leite e Laticinios Serviço de Peles e Pesca Posto Zootécnico da Fronteira - Uruguaiana " " " Serra - Tupanciretã " " " Colonia - Montenegro
2.ª Secção de Defêsa Sanitária...	Com 10 Inspetorias Veterinarias + 14 Inspetorias Veterinárias (criadas entre 1938/1942)
De	1938 / 1942
3.ª Serviço de Biologia Animal...	3 Laboratórios Estação Experimental de Agrostologia

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS, INSPETORIAS E INSTALAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	1938	1938/1942	VALOR DAS OBRAS Cr$ 1938/1942
N.º de funcionários técnicos	23	54	
Inspetorias veterinárias	10	24	
Casas e instalações.	6 Casas residenciais 2 Galpões .... 4 Estábulos .... 1 Pocilga .... 3 Aviários .... 1 Caixa d'água ... 1 Paiol	5 Casas residenciais 2 Silos .... 5 Estábulos .... 2 Pocilgas .... 1 Depósito de Máquinas .... 1 Caixa d'água ... 1 Paiol .... 4 Edificios centrais 1 Fab. de lacticinios .... 3 Estrumeiras .... 2 Banheiros ...... 1 Casa de máquinas .... 1 Poço .... Aramado 30.440 metros	1.475.235
Trabalhos preliminares e aquisição de terras para o Parque Modêlo de Exposição e Feira Permanente			905.000
TOTAL			2.380.235

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

FOMENTO ANIMAL

REPRODUTORES CEDIDOS POR EMPRÉSTIMO — 1939/1942

I — BOVINOS

RAÇAS	ANOS				TOTAL
	1939	1940	1941	1942	
HOLANDESA	14	16	9	28	67
JERSEY	11	9	16	37	73
NORMANDA	15	6	8	6	35
CHAROLÊSA	2	4	5	3	14
HEREFORD	38	14	40	45	137
DEVON	5	—	—	—	5
BED POLLED	1	1	—	—	2
	3	1	—	—	4
TOTAL	89	51	78	119	337

II — OVINOS

RAÇAS	1939	1940	1941	1942	TOTAL
ROMEY MARSH	13	4	5	8	30

III — EQUINOS

RAÇAS	1939	1940	1941	1942	TOTAL
ARABE	5	4	1	4	14

IV — SUÍNOS

RAÇAS	1939	1940	1941	1942	TOTAL
DUROE JERSEY	15	33	7	73	128
POLLAN CHINA	14	29	10	47	100
BERKSHIRE	—	3	7	29	39
HAMPSHIRE	—	3	2	76	81
TOTAL	29	68	26	225	348

V — AVES

RAÇAS	1939	1940	1941	1942	TOTAL
LEGHORN	603	134	25	15	777
RHODE ISLAND RED	343	120	5	3	471
TOTAL	946	254	30	18	1.248

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

EMPRESTIMOS E COBERTURAS NOS POSTOS

1938/1942

A N O S	EMPRESTIMOS DE REPRODUTORES	NÚMERO DE COBERTURAS
1938	153	416
1939	136	401
1940	128	489
1941	110	273
1942	356	400
TOTAL	883	1.979

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

REPRODUTORES SUÍNOS VENDIDOS E DOADOS

1938/1942

A N O S	NÚMERO DE REPRODUTORES
1938	118
1939	75
1940	99
1941	104
1942	212

REGULAMENTAÇÃO DA ENTRADA DE REPRODUTORES

1940/1942

A N O S	ANIMAIS INSPECIONADOS			
	Bovinos	Ovinos	TOTAL	Recusados
1940	1.044	3.304	4.348	—
1941	(...)	(...)	4.455	576
1942	(...)	(...)	4.738	383

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

INSPEÇÕES E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA

1938/1942

ESPECIFICAÇÃO	1938	1939	1940	1941	1942
Tuberculinização	3.746	—	—	8.971	4.909
Sôro-Aglutinações	852	—	—	—	3.316
Contra tristeza	31	—	2.324	—	46
Inspeç. de tropas nos frigorif.	—	394.114	347.439	247.149	—
Pedidos de assist. aos criad.	—	5.530	1.193	1.708	1.543
Provas de Hudeson	—	—	—	1.900	—
Vacinas anti-rábicas	—	—	—	—	150.172

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

SERVIÇO DE BIOLOGIA ANIMAL

1938/1942

ESPECIFICAÇÃO	1938	1939	1940	1941	1942
Inoculações experimentais ..	—	473	—	—	248
Sôro-aglutinações	—	300	—	802	496
Exames	—	32	—	—	339
Ampolas	—	600	1.337	—	—
Indices de Velez	—	100	—	—	—
Indices bucocitários	—	100	—	—	—
Inclusões em parafina	—	112	—	—	—
Vacinas distribuidas	762.496	323.313	200.615	317.654	307.371
Tubos de sôros	2.710	1.282	—	—	1.635

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

1937/1942

ANOS	NÚMERO DE EXPOSIÇÕES	AUXILIOS DO ESTUDO (Cr$)	MOVIM. DAS EXPOSIÇÕES	
			ANIMAIS VENDIDOS	VALOR DAS VENDAS (Cr$)
1937	—	35.000,00	—	—
1938	16	201.000,00	—	—
1939	—	—	—	—
1940	27	278.000,00	5.504	4.290.459,00
1941	20	214.000,00	4.664	4.537.520,00
1942	21	237.000,00	5.873	5.885.400,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA

MOVIMENTO DO REGISTRO GENEALÓGICO

1937/1942

ANOS	NÚMERO DE REGISTROS				
	Pedigree	Puro para cruza	Mestiços	TOTAL	Valor das taxas (Cr$)
Até 1937	—	—	—	13.198	93.334,50
1938	741	629	818	2.188	13.905,00
1939	767	572	449	1.988	—
1940	707	847	665	2.219	15.135,00
1941	—	—	—	1.548	—
1942	—	—	—	1.575	8.225,00

INDUSTRIALIZAÇÃO E DEFESA DA PECUÁRIA

O extraordinário desenvolvimento de seu rebanho bovino, justamente reconhecido, pelo número e qualidade, como o primeiro do Brasil, criou para o Rio Grande dois graves problemas, intimamente conjugados: o da industrialização de seus produtos e o da defesa dos criadores.

Entre nós a atividade transformativa não soube acompanhar a pastoril. Nesta granjeou o gaúcho os laureis, que tanto o nobilitam e que apontei páginas atrás. Mas, na parte fabril, não conseguiu evoluir e continuou na rotina de charqueadas obsoletas e anti-econômicas.

Foram o capital e a técnica estrangeiros que iniciaram aqui a exploração industrial moderna com os Frigorificos instalados pelas Companhias Swift e Armour, por ocasião da 1.ª guerra mundial.

Ao concurso dessas emprêsas deve o Rio Grande o progresso de sua industrialização, a exportação de carnes frigorificadas e a de corned-beef. Em consequência, grandemente beneficiado foi o criador gaúcho, primeiro porque passou a desfrutar das vantagens de maior concorrência entre os compradores de gados gordos, pois antes dependia unicamente da procura saladeril, e segundo porque passou a ter mercado para o gado magro, antes repelido e agora aproveitado para conserva.

Queixam-se, entretanto, fazendeiros, invernadores e charqueadores, com irrecusável verdade, da contra-partida dêsses méritos. É que, graças ao integral aproveitamento da matéria prima, decorrência de suas magnificas instalações fabrís e graças aos proveitos derivados das relações com os mercados internacionais de consumo, podem os frigorificos manter esmagadora concorrência na industrialização do charque e na disputa dos mercados internos. As cifras o comprovam. Em 1939, mataram,, para charquear, ... 152.054 rêses, ou sejam 29,75% da safra riograndense de carne sêca, e no ano passado 111.176 cabeças que representaram nada menos de 52,64% do total da produção riograndense de charque. Se dissermos que além dessas matanças, abateram ainda 418.359 bovinos, em 1939, para carnes frias e em conservas, e em 1942 elevaram a exploração com estas finalidades para

511.144, teremos evidenciado que, praticamente, eles se assenhoraram da procura de gados e estão em condições de impor os preços a seu talante. Não os podem enfrentar os vendedores, porque não terão outros a quem oferecer seus animais, já que os charqueadores, dado o máu aproveitamento econômico de seus estabelecimentos, estão impossibilitados de competir.

Como resultado dessa situação, não tem subido o preço do boi na proporção do aumento geral dos outros produtos, na proporção em que o preço das carnes se elevou nos mercados consumidores externos e na proporção dos lucros que, portanto, êle está propiciando a seus industrialistas. De 1940 a 1943, a elevação dos preços do arame, sal, carrapaticida, cimento, grampos, pás, machados e enxadas — tomado o conjunto dêstes artigos — foi de 111,85%, enquanto, no mesmo periodo, o boi teve seu valor aumentado apenas em 55,05%. De 41 para 42 o preço do quilo-vivo subiu Cr$ 0,28, enquanto de 42 para a safra do ano corrente aumentou apenas 15 centavos.

Em face de tais dados e circunstâncias, parece óbvio que somente será fecunda e proveitosa a política que corrigir os êrros de que padecemos.

Precisamos praticar largamente a associação cooperativa, abandonando a estéril atitude individualista que tornou possiveis os males atuais. A existência florescente de 5 cooperativas demonstra à evidência a exequibilidade do princípio entre nós, e, ainda, a possibilidade de a associação resistir vitoriosamente à pressão dos fatores acima referidos.

E necessitamos dispor de estabelecimentos que nos permitam a industrialização econômica do boi.

Para tais objetivos, vem o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes desdobrando sábio programa de ação.

Criado em 1934, pela transformação da Cooperativa Sul Rio-Grandense de Carnes Ltda., somente em Junho de 1938 veiu a ser instalado, havendo sofrido reformas por decretos de Agosto e Outubro de 1939. Em Julho de 1938, em sessão do Secretariado de meu govêrno, ficou definitivamente assentado o plano de construções de matadouros, após discussões e projetos que se prolongaram por vários anos.

De acôrdo com êle, poz mãos à obra o Instituto, abrindo logo concorrência pública para a apresentação das plantas dos matadouros de Bagé e Tupanciretã. Como nenhuma proposta fôsse satisfatória, decidiu-se criar uma Divisão de Engenharia no próprio Instituto para elaborar diretamente as plantas e mais estudos técnicos. Isso feito com pleno êxito, depois de longos e pacientes esforços, foram os projetos do Matadouro da Serra aprovados pelo Ministério da Agricultura, em fins de 1942.

Passando à fase de realizações, foram já assinalados os seguintes contratos de construção, todos em andamento ou a serem iniciados imediatamente :

	Cr$
a) Estaqueamento das fundações do edifício principal (já concluido) por	485.464,20
b) Construção de açude (em adiantada execução) por	133.721,01
c) Construção de 3 blocos de casas geminadas	179.960,78
d) Construção das redes de água e esgotos — por	940.454,00
e) Desmontagem das instalações do Matadouro da Serraria e montagem em Tupanciretã — valor provável	1.200.000,00
f) Construção de desvio ferroviário — por	183.198,50
g) Construção dos edifícios da charqueada e emalação do charque, (contráto a ser assinado, mas já com a concorrência julgada) — mais de	1.129.000,00

Acham-se ainda aguardando a solução de concorrências abertas, mais os seguintes:

a) Compra de máquinas para a central de fôrça e luz elétricas, estimada em 2.600 milhares de cruzeiros (3.ª concorrência);

b) Construção do edifício principal — avaliado em Cr$ 6.619.858,90;

c) Compra de materiais de construção.

Espera o Instituto ver concluido êste seu primeiro estabelecimento dentro de 18 mêses.

O de Bagé acha-se em fase de estudos e elaboração das inúmeras plantas, especificações, projetos e orçamentos requeridos por obras dêsse vulto.

Já estão prontas, entretanto, cêrca de 40 plantas e, incluindo o valor do terreno, já foram dispendidos Cr$ 632.928,40.

Pôsto em ação, porém, o matadouro da Serra, dêle advirão para o Rio Grande e, particularmente para os criadores, as vantagens esperadas, capazes de sanar os males de que hoje justificadamente se queixam.

Terão os próprios riograndenses um estabelecimento capaz de industrializar, integral e economicamente, a sua matéria prima. Devem, para

tanto, associar-se em cooperativas, passando a tirar todo o proveito de sua larga e penosa faina de 4 anos com a criação de um novilho, sem permitir que a maior parte do lucro se escoe, como até hoje, para outras mãos.

Terá a econômia do Estado o imediato benefício da elevação do preço do boi, pois que, diminuida vai ser a oferta geral, graças ao estabelecimento que poderá absorver a produção serrana, em proveito dela própria e das demais zonas de engorde.

Haverá ainda as demais vantagens locais, próprias da instalação de uma indústria dessa natureza, e, por último o alívio para o tráfego sobrecarregado da Viação Férrea e a econômia de fretes resultante de remeter produtos industriais ao invés de gado em pé. Enquanto um animal vivo paga Cr$ 48,57 e 53,31, da Serra respectivamente a Pôrto Alegre e a Rio Grande, transformado em charque e sub-produtos pagará apenas Cr$ 24,46 e 28,39.

Bem é de ver que com os estabelecimentos de Tupanciretã, Bagé e Alegrete, êste tambem já em estudos preliminares, terá o Rio Grande resolvido o problema da industrialização e o da defesa dos criadores. Basta que êstes saibam tirar os benefícios dos instrumentos de que vão dispor e, sob a forma cooperativista, passem a usufruir totalmente o lucro de seus rebanhos. Terão assegurado, por esta maneira, o mercado interno do charque, cujas perspectivas de estabilidade e desenvolvimento facilmente podem ser medidas pela resistência de que está dando provas no momento presente, enfrentando as mais difíceis condições e uma elevação de preços que fôra julgada impossivel. E terão, outrossim, os meios hábeis para a fabricação de conservas e a exportação de carnes frias, à medida que as possibilidades se oferecerem.

Creio, portanto, que a meu período governativo coube a fortuna de assentar as bases e as linhas cardiais da estrutura industrial de sua econômia pastoril.

Além das obras e planos indicados, o Instituto de Carnes desenvolveu a atividade seguinte:

1) Aquisição da charqueada Modêlo de Dom Pedrito, com todas as instalações, edifícios e maquinismo, por Cr$ 1.495.822,50.

2) Montagem de um entreposto frigorífico provisório no Armazem B-1 do Pôrto do Rio Grande, de inadiável necessidade para nossa exportação de carnes e outros artigos, dispendendo 962.299 cruzeiros.

3) Exploração, durante um ano, do Matadouro da Serraria, afim de garantir o fornecimento de carne à população pôrto-alegrense, por preço baixo. Cumprindo esta resolução, ditada pelo intúito de amenizar o custo da vida, teve o Instituto o prejuizo de Cr$ 4.530.375,70.

4) Contribuição para a montagem do Laboratório de Defesa Sanitária Animal, da Secretaria da Agricultura, Cr$ 200.000,00.

Assim, o total das inversões do Instituto, nas obras, aquisições e atividades descritas, foi de Cr$ 9.486.654,50, nestes cinco anos. Dispõe atualmente de um patrimônio líquido de Cr$ 24.642.026,80 e, em caixa e à disposição nos bancos e no Tesouro do Estado, Cr$ 19.366.219,10.

Sua receita provém, como é sabido, da "taxa de cooperação", cuja última arrecadação montou a Cr$ 3.317.000,00, percebendo, ainda, em juros, arrendamentos e eventuais cêrca de 760 mil cruzeiros que contribuem com 88% das despesas normais de pessoal, material e encargos de sua administração.

PRODUÇÃO MINERAL

Pôsto que o Rio Grande conte com rico sub-solo, famoso por suas jazidas de cobre, estanho, tungstênio, carvão, ouro e calcáreos, mantinham-se inexploradas suas minas, salvo a exceção da bacia carbonífera de São Jerônimo.

Mau grado a profunda significação daqueles minérios na economia moderna, nenhuma providência séria fôra ainda tomada pelo Poder Público sulino e a iniciativa particular, fraca para tentame de tal envergadura, tímida permanência.

Somente em 1938 a Diretoria da Produçãa Mineral, da Secretaria da Agricultura, foi munida de recursos, aparelhagem e elementos técnicos capazes de lançar mão à tarefa.

Mas, desde que isto feito, infatigável se mostrou na execução de seu imenso programa. Sabido é que encargos dêste gênero reclamam grandes recursos, inúmero pessoal e largo tempo. Dentro, porém, das possibilidades orçamentárias do Estado e do conjunto dos especialistas de que dispomos, são verdadeiramente admiráveis os trabalhos cumpridos e os resultados já obtidos.

Assim, por exemplo, após as medidas tomadas em Lavras, ainda em 1939, a extração mensal de ouro subiu de 6 para 10 quilogramos.

Estudaram-se jazidas de plumbagina, no município de Estrêla, ocorrências de manganês, em Rosário, jazidas de estanho e tungstênio no município de Encruzilhada, às margens do rio Camaquã, estimando a cubagem, só da mina de estanho de Campinas, em 50.000 toneladas. Examinaram-se ainda os depósitos de xisto betuminoso de São Gabriel, prosseguiu-se a prospecção da região de calcáreos de Vacacaí, estudando, tambem, uma afloração de calcopirita e molibdenita.

O grande triunfo, porém, da Diretoria constituiu na conclusão dos estudos versando as jazidas cupríferas em Seival, cêrro dos Martins, e nas minas Primavera e Andradas. No Cêrro dos Martins foi encontrada a cubagem de 441.000 toneladas de minérios; na mina do Seival, num só depósito a cubagem vai além de 80.000 toneladas de minério a 4%, em média.

Em vista de tais resultados, concluidos os estudos necessários, o Govêrno do Estado promoveu a constituição de uma emprêsa de exploração — A Companhia Brasileira de Cobre — com capitais mixtos, havendo logo adquirido o aparelhamento completo para a finalidade, pela soma de Cr$ 4.796.000,00. Atualmente, já instalado o maquinário, deverá começar em breve a atividade extrativa em larga escala. Reputo esta uma das mais felizes e adiantadas iniciativas de minha gestão, capaz de exercer profundos reflexos na economia estadual.

Outra pesquiza vitoriosa da Diretoria de Produção Mineral foi a da bacia carbonífera do Rio Negro, em Bagé. Completados os levantamentos e estudos, e determinada a possibilidade da exploração de quatro milhões de toneladas de bom minério por galerias de encostas, decidiu tambem o Estado dar início à sua extração. Foi constituida a Comissão Estadual de Mineração que se acha em pleno funcionamento e aumenta gradativamente o ritmo de seus trabalhos e a tonelagem diária da exploração, com magnificos resultados econômicos.

Outras numerosas investigações e exames procedidos pelos técnicos da Diretoria demonstram os benefícios trazidos ao Rio Grande por êste Departamento da Secretaria da Agricultura, aconselhando a alargar-se-lhes os recursos para novos progressos no estudo de nosso sub-solo.

COLONIZAÇÃO

Ainda no âmbito dessa Secretaria, faz-se merecedora de especial referência a atividade da Diretoria de Terras e Colonização. Uma das mais antigas, na máquina administrativa do Estado, tem feito jús, por intermédio de seus dedicados funcionários, ao apreço e ao reconhecimento do Rio Grande. A êles se deve a exploração de imensas áreas de campos e florestas sulinas, desbravando-as, demarcando-as, dando-lhes estradas e condições de colonização e exploração econômica. Toda a grandiosa obra colonizadora, realizada entre nós diretamente pelo Poder Público, deve seu êxito a êstes abnegados servidores que, vencendo as mais duras provas e vivendo a mais áspera luta, garantiram ao Estado a base de sua prosperidade. Nem é menor, no presente, sua benemerência. Continúa a ingente tarefa a exercer-se na região noroeste do Rio Grande, atraindo para a fertilidade de suas terras virgens grande massa de colonos que, d'outra fórma, prosseguiriam a evadir-se das antigas comunas, onde terras caras e exhauridas lhes tornava penosa a atividade.

Graças, portanto, ao serviço de desbravação de terras, demarcação de lotes, aberturas de estradas e concessão de tractos coloniais, mantido por aquela Diretoria, em cadência de que os quadros estatísticos dão noticia minuciosa, tem se desenvolvido a extremos estraordinários uma das mais férteis, ricas e futurosas zonas geográficas do Estado.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇAO

COLONIZAÇÃO

1938/1942

DISCRIMINAÇÃO	ANOS				
	1938	1939	1940	1941	1942
Autos de legitimação	32	—	24	—	159
Area legitimada (M2)	61.214.869	—	12.743.645	27.683.308	21.180.883
Concessões de lotes..	1.313	1.165	660	805	965
Titulos de propriedade expedidos	—	2.925	595	557	402
Arrecadação da divida colonial (Cr$)	3.085.634	—	1.896.356	2.119.929	3.354.090
Area das terras discriminadas (M2)....	103.141	—	400.976	39.752.000	359.790.000
Quantidade de lotes demarcados	1.042	1.677	65.276	2.601	7.392

Observação — Na área legitimada, no ano de 1941, foram incluidos 18.035.308 metros quadrados de terra legitimavel, transformada, de acôrdo com o regulamento, em concessão pelo preço da medição.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

SERVIÇOS, OBRAS E DESPESAS

1938 / 1942

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	IMPORTANCIA DISPENDIDA Cr$
Discriminação de terras	283,977
Demarcação de lotes	1.378,296
Construção de estradas de rodagem	3.981,025
Construção de pontes	882,385
Construção e reparação de edificios	190,788
Estudos e instalações urbanas	80,436
Contratos com a firma "Dahne e Conceição & Cia."	1.017,569
Assistência aos nacionais	86,475
Assistência aos selvicolas	78,904
Serviços florestais	242,581
TOTAL	8.222,434

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

SERVIÇO FLORESTAL

1938/1942

DISCRIMINAÇÃO	ANOS				
	1938	1939	1940	1941	1942
Desmatamento (Km)	—	—	8	96	100
Destocamento (Km)	—	—	—	97	72
Exploração de estradas e caminhos de rodagem (Km)	77	—	325	288	319
Construção de estradas (Km)	38	212	111	—	—
Conservação (Km)	2.868	22	481	185	271
Obras de arte	2	93	171	149	201

OBRAS PÚBLICAS — VIAS DE TRANSPORTE

No setor das obras públicas e particularmente em vias de transporte concentrou meu govêrno o máximo de seus esforços e recursos.

Carecia instantemente o Estado de um largo e audacioso programa de ação que lhe desse as condições primaciais para o surto de sua economia. Como já tive oportunidade de afirmar, imenso se apresentava, em 1838, o campo de aplicação para um govêrno imbuido da necessidade de dotar o Rio Grande, e sua máquina administrativa, do aparelhamento e das instalações proprias a uma organização atual. Quasi tudo estava por fazer e cuidei, imediatamente, de recuperar um pouco do tempo perdido.

À Secretaria das Obras Públicas, com suas diversas diretorias, com o Departamento de Estradas de Rodagem e a Viação Férrea, cabia a imensa tarefa.

Passemos, pois, sem mais preâmbulos, à descrição sumária de suas principais iniciativas e realizações.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Competiu a esta dar começo à renovação das edificações públicas. Eram, e ainda são, verdadeiramente lamentáveis as condições dos próprios em que estão sediadas as Secretarias de Estado, repartições autônomas, escolas, foros e demais serviços riograndenses. Sem dúvida, longe estamos de possuir sedes materiais condignas com nosso progresso e com as necessidades administrativas. Por via de regra, exceção feita das Secretarias da Fazenda e das Obras Públicas, os departamentos e serviços localizam-se, quer no interior como na capital, em casas velhas, destinadas a domicilio familiar, ou, quando muito, em prédios antiquíssimos que mal atendiam as necessidades de há dois decênios. Disseminam-se, em consequência, por múltiplos edifícios, desarticuladamente, as seções e diretorias de u'a mesma repartição, todas mal instaladas e com angústia de espaço,

com grave prejuizo para sua eficiência e para os interêsses do público e da administração.

Muito há a empreender a êste respeito e minha gestão mal poude dar início à resolução do problema, pois que outras necessidades, mais imperiosas, reclamavam os recursos a meu alcance.

Ataquei, por isso, apenas o aspecto da edificação escolar e, em pequena escala, o de alguns foros e outras repartições.

Aquele, como o demonstra a exposição relativa ao ensino, mereceu um plano de grandiosa envergadura, nêle se aplicando 15 milhões de cruzeiros, obtidos por empréstimo, além de um auxílio de 5 milhões, fornecido pelo govêrno federal, e de verbas orçamentárias normais.

A Diretoria de Obras revelou, em tal emergência, a dedicação de seu limitado corpo de engenheiros dando integral cumprimento aos encargos de elaborar as plantas, proceder aos estudos técnicos, organizar as concorrências públicas e fiscalizar, após, a construção 76 prédios rurais e 42 grandes edifícios urbanos, sem incluir o do grupo Juvenal Muller, para 1.000 alunos, em Rio Grande.

Projetou e poz em construção os prédios para o forum de Santa Maria, orçado em 400 mil cruzeiros, assim como de Santana e Cachoeira, além de outros menores. Assim também a respeito da Maternidade de Passo Fundo, de valor aproximado a 350 mil cruzeiros, dos múltiplos pavilhões do Leprosário de Itapoã, e de algumas dezenas de outros próprios estaduais e municipais, cuja enumeração seria ociosa.

Cumpriu-lhe d'outra parte, executar as reformas e ampliações dos prédios existentes e, especialmente, cuidar de sua limpeza e conservação, havendo dispendido somente por êste titulo, em 1942, cêrca de 750 mil cruzeiros.

DIRETORIA DE SANEAMENTO E URBANISMO

Imensas se apresentam as necessidades a que esta diretoria se destina. E como requerem recursos excepcionais, limitou-se o Estado a ir atacando e atendendo as mais urgentes e importantes.

Encampou, assim, os serviços de saneamento de Jaguarão e D. Pedrito, passando sua administração diretamente para esta Secretaria, com reais proveitos para as populações e os interêsses públicos.

Executou, também, os trabalhos de captação, filtragem, esterilização e distribuição de água, numa rede de 21.000 metros, para a cidade de São

Gabriel. Promoveu identicos serviços, mediante poços abissínios, em Tôrres. Projetou o aumento da rede de esgôtos de Bagé, a de abastecimento de água a São Leopoldo e ainda outros, incontáveis, de menor vulto.

Também quanto a urbanismo, atendeu a Diretoria as múltiplas solicitações feitas pelas Prefeituras Municipais, realizando estudos atinentes a calçamento, arborização, ajardinamento e planos urbanísticos para as cidades do Interior.

DIRETORIA DE ELETRICIDADE E DE FÔRÇAS HIDRAULICAS

Assim como a respeito de saneamento e urbanismo, procede esta diretoria aos trabalhos e projetos de que necessitam as usinas, hidro ou têrmo elétricas, e os serviços de luz e fôrça de todo o interior do Estado. Constitue isto um trabalho incessante que se cifra em centenas de projetos, orçamentos e fiscalizações e é de molde a absorver a atividade de seu reduzido número de técnicos. Têm êstes, ainda, a seu cargo, tudo quanto diz respeito às instalações elétricas dos edifícios públicos estaduais e municipais, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento, ampliando-as e reformando-as.

Realizou, entretanto, a partir de 1939, os estudos para o aproveitamento do potencial hidro elétrico do Jacuí, no local denominado Potreirinho do Salto. Trata-se, como se sabe, de um grandioso projeto, capaz de resolver as principais necessidades riograndenses em matéria de energia barata e abundante. Já se acham concluidos os levantamentos topográficos, os estudos hidrológicos e a maior parte do estudo geológico da região. Fizeram-se as observações linimétricas e pluviométricas e procedeu-se a quatro medições de descarga.

É mistér intensificar êstes trablhos, para ultimar os exames preliminares à monumental iniciativa. Tornarei, porém, ao assunto, na parte final dêste relatório.

PÔRTO DO RIO GRANDE — CANAIS INTERIORES — RÊDE FLUVIAL

A maior atenção de meu govêrno foi dedicada, porém, à realização e aperfeiçoamento do sistema de transportes. Êste me pareceu constituir o passo fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado, pelo qual clamavam com maior instância a indústria, a agricultura e o comércio. Peiado se achava qualquer surto de progresso no Rio Grande, pela

esclerose de sua rede de transporte, e urgia rasgá-la, para que a circulação da riqueza se processasse livremente. Sem isto, morto seria o estímulo à produção que não pode tolerar o espetáculo de assistir o apodrecimento de seus frutos, amontoados à espera de transporte, ou o aviltamento dos preços, que frauda os sacrifícios dispendidos sem proveito para ninguém.

Enorme a tarefa a empreender, já quanto às vias fluviais e aos canais interiores, já quanto ao sistema rodoviário.

Único acesso marítimo de que dispomos, o pôrto do Rio Grande mereceu, da repartição de obras e reparações que o tem a seu cargo, constante desvêlo, afim de que seus molhes e canais, sua sinalização, instalações e aparelhamento, se mantivessem em perfeito estado para atender sua função, de vital interêsse econômico.

A Diretoria de Obras do Pôrto e Barra, dispondo de material abundante, com um almoxarifado cujas existências montam, normalmente, a mais de dois milhões e meio de cruzeiros, e contando com pessoal apto e zeloso, soube manter nossa via de ingresso marítimo em excelentes condições de eficiência, jamais ocorrendo, neste quinquênio, qualquer falha ou irregularidade que perturbasse o livre movimento dos navios que nos procuram.

Isto pôsto, maior encargo se apresenta ao governante riograndense: — o de assegurar à navegação fácil e garantido acesso aos portos de Pelotas e Pôrto Alegre. Sabido é que somente pelo da capital se escoam cêrca de 50 % da tonelagem total de nossas exportações, sendo sua preponderância decisiva para as correntes comerciais de cabotagem pois que 62 %, em média, do pêso global de nossas vendas para o Brasil partem de Pôrto Alegre. Imperioso, em consequência, para a normalidade dêste tráfego essencial, que se mantenham largos e fundos os canais interiores que nos ligam ao mar.

Abertos em 1922, com 4,50 metros de profundidade, foi esta aumentada de mais um metro no ano de 1928. A partir de então, nada mais se fez, ficando os canais entregues a si mesmos e à ação do tempo. Ora, o assoreamento normal, proveniente do arrastamento e decantação de materiais, areia e lôdo, é, em média, de 390.000 metros cúbicos por ano.

Urgia, portanto, meter ombros à emprêsa, afim de restabelecer as condições imprescindíveis à normalidade e segurança do tráfego entre a Capital e Rio Grande. Ocorria, entretanto, circunstância gravemente pre-

judicial ao trabalho: o material naval e de dragagem, da Diretoria de Viação Fluvial, jazia em completo abandono, incapacitado para qualquer atividade.

A ação do Estado precisou condensar-se, por isto, nos primeiros anos de minha gestão, à integral restauração daquele parque. As despesas efetuadas mostram bem o vulto da obra.

Enquanto de 1929 a 1937, em 9 anos, se haviam dispendido Cr$ 5.058.927,60, somente nos 5 anos que medeiam entre 38 e 42, gastaram-se Cr$ 12.028.975,70 em reformas, consêrtos e reparação dêsse precioso material. A média anual de 562.103 cruzeiros, do primeiro período, cresceu quási quatro e meia vezes, passando a ser de 2.405 795 cruzeiros, no último.

Tornou-se preciso, também, renovar os árduos e morosos serviços de marcação dos canais submersos, restabelecendo triangulações, vértices desaparecidos e demais elementos complementares para determinar os taludes primitivos.

Feito isto, verificou-se ter havido, até 31/12/1942, um assoreamento total de 5.403.624 metros cúbicos, dos quais o aparelhamento de dragagem, já refeito, conseguira retirar, nesses anos, 3.342.308. Restam, portanto, mais dois milhões a expelir, além dos novos depósitos anuais. Serão necessários, portanto, ainda três anos de trabalho intenso, para obter a perfeita situação de largura e profundidade dos canais. Só no ano passado foram dragados e transportados 864 mil metros cúbicos, 60 % dos quais no canal da barra do São Gonçalo, cuja grande obstrução, motivada pela enchente de 1941, exigia que ali se intensificassem os serviços embora em detrimento de outros pontos.

Em despesas de dragagem haviam sido gastos nos 9 anos anteriores a 1938 Cr$ 2.665.790,00, ao passo que nos 5 posteriores, até 1942, consumíram-se Cr$ 3.184.309,00, elevando a média anual de 296.200 cruzeiros, no primeiro período, para a de 636.861 — mais de 100 % maior — no de meu govêrno.

Também o balizamento dêsses canais e dos baixios da Lagôa dos Patos mereceu o maior cuidado, com ele se dispendendo, apenas no último ano, cêrca de 500.000 cruzeiros.

Como é conhecido, os gastos com todos êstes trabalhos são providos pela chamada "taxa de barra", incidente sôbre as mercadorias impor-

tadas, que, cobrada pela União, é entregue ao Estado, sujeito êste, entretanto, a rigorosa prestação de contas do uso dessa receita.

Em 1938, porém, havia enorme atraso nos serviços de contabilidade respectivos, não se faziam as verificações e tomadas de contas anuais, desde 1934, e inúmeras obras não tinham sido submetidas à prévia aprovação do Govêrno Federal. Foram necessários ingentes esforços para restabelecer o ordem, refazer lançamentos, atualizar a escrituração e sanar as irregularidades, afim de promover as prestações passadas. Graças à dedicação dos funcionários estaduais incumbidos do encargo, já foram tomadas regularmente as contas até o fim de 1940, devendo, ainda no decurso de 1943, ser prestadas as demais, para ficarmos em dia com esta obrigação contratual.

Pelos exames e contas aprovadas, relativas ao período findo em 1940, verificou-se que o Estado recebera da União, pela "taxa de barra", cêrca de 110 milhões e 500 mil cruzeiros e que o saldo em seu poder, esperando aplicação, era ainda de Cr$ 9.389.835,17. Havíamos, portanto, em 3 anos de atividade, reduzido consideravelmente a dívida de .... Cr$ 16.586.819,90 que, por êste título tinhamos recebido. E considerando a diminuição da receita proveniente da Taxa, em face da diminuição das importações, e o crescente aumento das despesas com os serviços, é licito afirmar, com toda segurança, que já a 31/12/1942 conseguiu o Estado quitar-se dêste compromisso.

A Junta de Tomada de Contas poude verificar, outrossim, o montante do capital invertido nos 3 portos riograndenses, chegando às seguintes cifras, altamente expressivas de nosso aparelhamento portuário:

Pôrto do Rio Grande	—	até	31/12/1940	Cr$ 135.482.995,74
Pôrto de Pelotas	—	até	31/12/1940	" 5.905.006,00
Pôrto de Pôrto Alegre	—	até	31/12/1937	" 48.407.292,23

A Diretoria da Viação Fluvial realizou, ainda, diversas dragagens em canais fluviais e outros serviços de menor monta, assim como construiu novas oficinas de consêrtos em Pelotas e Rio Grande. Seus bens patrimoniais, graças aos novos serviços de contabilidade industrial em aplicação, podem ser estimados, feitas as depreciações de uso, em mais de 4 milhões e meio de cruzeiros.

A seu cargo está, outrossim, a manutenção do serviço de transporte entre Palmares e Tôrres, ferroviário até Osório e lacustre daí ao ponto terminal.

É extremamente penoso manter em bom estado de eficiência tal serviço, especialmente devido às grandes e constantes despesas com a dragagem dos canais lacustres. Sendo, porém, o único sistema regular de transporte da região, tem o Estado alí dispensado todo o acuro possivel e os recursos necessários, arcando com um déficit que, em média; tem sido superior a 500.000 cruzeiros. por ano.

Dentre as dádivas naturais de que desfruta nosso Estado, sua magnifica rede fluvial e lacustre merece especial relevo. A ela deve o Rio Grande o desenvolvimento econômico de extensas e ricas regiões; a ela, ainda nos dias atuais, não obstante o desenvolvimento da viação terrestre, recorre o maior volume de nossos transportes internos, e só ela nos permite a exportação de grande massa de produtos agricolas e minerais, cuja baixa densidade econômica não suportaria os altos fretes rodo e ferroviários.

Incrementar, expandir, desenvolver, ao máximo das possibilidades, o tráfego fluvial e lacustre, parece, portanto, um mandamento capital de bom senso e de prosperidade material. Já fiz sentir, noutro trecho desta exposição, a contingência que nos é imposta pela concorrência e por nossa posição geográfica: ou produzimos e exportamos a custos e preços baixos, ou seremos batidos nos mercados consumidores de nossos principais artigos. Nada poderá melhor o poder público empreender, neste sentido, do que baratear o transporte e nenhum meio de transporte oferece maiores possibilidades de barateamento do que os fluviais e lacustres. Creio, assim, que não pode o Estado esmorecer em sua ação enquanto não tiver posto em condições de navegação regular o máximo possivel da extensão de sua rede hidrográfica.

Com tal desiderato criou meu govêrno, em 1941, o órgão competente para promover os estudos e levantamentos técnicos preliminares e afim de ir dando execução às obras de mais imediato interêsse: a seção de Estudos Hidrográficos da Diretoria de Viação Fluvial.

Já naquele ano entrou em plena atividade e passou a cumprir seu largo programa de levantar as plantas hidrográficas e topográficas para o conhecimento do regime dos rios e lagôas riograndenses e suas possibilidades de aproveitamento.

Prosseguiu, também, o estudo do regime da costa marítima, em correlação com o regime das lagôas, afim de obter bases seguras ao projeto de ligação de Pôrto Alegre ao mar, quando as condições e interêsses econômicos o permitirem.

Deu início ao exame da possibilidade de uma via de comunicação lacustre, direta, de Tôrres a Palmares, e, consequentemente a Pôrto Alegre, evitando as embaraçosas baldeações que atualmente se impõem em Osório e Palmares.

Executou diversos levantamentos nos rios dos Sinos e Caí, Taquarí e Jacuí, especialmente nos últimos que são das maiores artérias fluviais de que dispomos.

Assim, no famoso baixio de Itaipava das Flores, do Taquarí, após as investigações preliminares, foi iniciada a dragagem de um canal com 852 metros de comprimento, 20 de largura e 1,80 de profundidade. Já se dragaram 450 metros, retirando 14.000 metros cúbicos de cascalho.

Também no baixio das Capivaras abriu-se um canal do mesmo tipo, com 206 metros de extensão, extraíndo mais de 12.000 metros cúbicos de material.

No rio Jacuí, está em estudos o projeto referente a seu aproveitamento por embarcações de maior calado, que muito há de favorecer o incremento da produção e do transporte de carvão. Será necessário vencer o baixio da Manga do Frade, na confluência do Taquarí com o Jacuí, e para isto elaboram-se os estudos do regime dêstes dois rios.

RODOVIAS

Lícito será afirmar que nenhum outro setor da administração era mais descurado, até 1938, do que o da rodoviação.

Três índices concretos o atestam:

A extensão total de estradas de rodagem, em condições de tráfego permanente, naquele ano, cifrava-se em 420 quilômetros.

Devido a isto e à situação da rede rodoviária, em geral, ocupava o Rio Grande do Sul o penúltimo lugar, entre as unidades federativas brasileiras, em matéria de estradas, estando em posição superior somente ao Território do Acre.

Nos 48 anos decorridos desde a proclamação da República, gastara o Estado, por êste título, apenas 62.108 milhares de cruzeiros.

Nada mais será preciso alinhar, depois de tais revelações incontestáveis, para exprimir o abandono a que fôra relegada a política dos transportes terrestres. Deve estar presente à lembrança de todos o aspecto que o Rio Grande oferecia. Suas cidades e povoações constituiam, por via de regra, como que um arquipélago, privadas de comunicação rodoviária entre si e com o interior, durante a maior parte do ano. No inverno, em verdade, e enquanto perduravam os efeitos da estação das chuvas, somente carros de bois ou tropas de equinos e muares se aventuravam a viagens de alguns quilômetros que, até para êles, apresentavam graves riscos e prejuizos.

Assim, era o sol do estio que reparava os caminhos naturais, desamparados de qualquer outro auxílio, e permitia se restabelecesse o precário trânsito rodoviário.

Afora aqueles escassos 420 quilômetros consolidados, era de pura terra o leito das estradas e seguia os traçados que o próprio tráfego fôra desdobrando, através dos anos, pelas linhas de menor resistência. Não se deverá, portanto, falar nas condições técnicas de tais vias para carretas. Bastará afirmar, sem temor à contradita, que os poucos trechos de melhor leito, como o das faixas de cimento de S. Leopoldo e Gravataí a Pôrto Ale-

gre, apresentavam os mais rudimentares defeitos técnicos, para dar idéia do que eram os demais.

Em consequência, padecia a circulação riograndense dos mais graves distúrbios, exposta a contínuos colapsos, e oferecendo as características opostas a um bom sistema de transportes: — incerteza, insegurança, morosidade, careza. Ninguém sabia ao certo quando poderia receber alguma pessoa ou mercadoria que viajasse em rodovia, ninguém podia asseverar se chegaria ao fim de seu percurso; os atrasos se não contavam em horas, mas em dias, ainda nos menores trechos a fazer; e o custo de qualquer transporte arcava as majorações decorrentes dessas circunstâncias.

Esta, portanto, sem exagêros, a situação rodoviária do Estado quando, logo ao começar de 1938, a 21 de Fevereiro, foi atendida a velha aspiração das classes conservadoras e dos engenheiros riograndenses com a instalação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Data daí a total transformação do sistema. A nenhuma outra obra dedicou minha administração maiores empenhos e recursos e talvez nenhuma outra tenha podido dar frutos tão imediatos e abundantes.

Para o novel Departamento foi convocada, juntamente com o antigo grupo de engenheiros da Diretoria de Viação Terrestre, numerosa pleiade de técnicos e especialistas. Saiu-se da rotina e do empirismo, para entrar a largos passos nas rotas da técnica e da planificação.

Foi o primeiro cuidado, realmente, o de estabelecer o plano geral das atividades, afim de determinar, dentro da totalidade da obra a empreender, a hierarquia das necessidades. Fôra impossivel proceder d'outra forma, tanto havia a realizar e tão generalizados e insistentes os clamores dos interêsses econômicos. E sendo impossivel, também, satisfazer convenientemente a todos, adotou-se o critério de, em primeira fase, concentrar os esforços na simples manutensão do tráfego no maior número de estradas. A par desta preocupação preliminar, iria sendo desdobrado o programa de estradas novas, com novos traçados e leitos de sólido revestimento.

A orientação foi nitidamente de critério econômico: urgia assegurar a circulação das riquezas e, em consequência, adensar os trabalhos onde esta era maior e mais frequente. Assim se distribuiram os recursos, sem menosprezar, porém, as conveniências políticas e militares. A todas as regiões era mistér levar o alento de novas vias e a esperança de melhores, para um futuro próximo.

Afim de executar os enormes encargos, tratou o D. A. E. R. de dividir o Estado em 8 zonas, em cada uma sediando uma "Residência" que seria paulatinamente dotada dos recursos hábeis. Hoje se encontram, em todas elas, abundante aparelhamento e material técnico e de obras, boas instalações, rico almoxarifado e completa oficina de reparos e consêrtos, garagens, depósitos, etc.

Aparelhou-se, portanto, convenientemente o novo órgão.

O valor total do que dispunha a Diretoria de Viação Terrestre alcançava apenas 600 mil cruzeiros, e isto diz da penúria de suas possibilidades.

Passados cinco anos, o valor do instrumental, instalações, máquinas, veículos e oficinas do Departamento sobe a VINTE E CINCO MILHÕES!

Foram maciças as aquisições de instrumentos e máquinas modernas, veículos e outros aparelhamentos, desde o primeiro instante.

Houve, então, quem se surpreendesse com o vulto de tais compras. Mas os eventos e realizações posteriores demonstraram a sabedoria dessa orientação. A guerra, pouco mais tarde deflagrada, teria impedido a compra daquela maquinária ou, na melhor hipótese, teria triplicado o seu preço. E há a considerar, ainda, que somente devido a ela foi possivel realizar tanto em tão pouco tempo.

Na situação em que nos achávamos, era decisivo êste fator: urgia realizar, urgia dar caminhos à riqueza gaúcha, urgia multiplicar as obras e as providências. Impossivel operar tal prodígio somente com processos manuais. Será suficiente lembrar que, embora dispondo dos recursos mecânicos obtidos, largos períodos houve em que mais de 4.000 homens operaram em estradas. Sem aquele processo, portanto, nem a metade das realizações teria sido conquistada.

Há, d'outra parte, a atentar para a economia de custo que a mecanização possibilitou. Rigorosas estatísticas do custo dos serviços mecanizados demonstram que êle é, em média, a metade dos manuais, estando devidamente computados, nas parcelas daquele, os juros do capital invertido e as quotas de amortização, calculadas estas em prazos inferiores à duração do material.

Tendo presentes êstes fatores, pode ser asseverado, sem medo de êrro, que toda a aparelhagem do DAER já está largamente resgatada com as economias que permitiu, além do benefício, inestimável, da aceleração das tarefas.

A luz da orientação econômica de seu programa, sob o comando de preceitos técnicos e com o rico e eficiente aparelhamento mecânico, cumpriu o Departamento riograndense obra sem parelhas, quer entre nós, quer mesmo no Brasil, levando-se em conta o prazo do trabalho.

Em consequência, os 420 Kms. de tráfego permanente, encontrados em 1938, alongaram-se em 5 anos para nada menos de 4.500, isto é, dez vezes mais.

Em consequência, também, saiu o Rio Grande do penúltimo lugar na classificação das unidades brasileiras, quanto a rodovias, e veiu ocupar honrosíssimo segundo lugar. Hoje, só é excedido por São Paulo, que através de vários lustros de constância e pertinácia, possue uma rede aproximada dos 7.000 quilômetros.

Apontando tais índices, dispensados ficamos de nos perder em pormenores da organização rodoviária construida. Implícita há de ficar a soma imensa de trabalhos, estudos, projetos, orçamentos, locações, investigações de materiais, plantas e cálculos realizados para cada nova estrada. Evidente há de ser o esforço de cada setor do organismo, quer quanto à administração, quer quanto à parte técnica e à executiva.

Poderia facilmente amontoar cifras, dados e elementos reveladores da magnitude da emprêsa.

Limitar-me-ei apenas a enumerar os resultados :

1) **Consolidação de estradas.**

Em cinco anos a extensão das estradas consolidadas atingiu a 1.822 kms. que representam 35% do total da rede a cargo do Estado.

Particularizando os tipos de revestimento, era a seguinte a situação rodoviária em fins de 1942 :

a)	Concreto de cimento Portland	42,0
b)	Macadã asfáltico e macadã com tratamento asfáltico	20,0
c)	Macadã hidráulico	352,0
d)	Calçamento de pedra irregular	12,0
e)	Encascalhamento com seixos	1.147,0
f)	Ensaibramento	271,0
g)	Terreno natural em bom estado	2.636,0
h)	Terreno natural com tráfego precário	738,0
	Total	5.218,0

2) **Pontes, Pontilhões e Boeiros**

No lustro em exame construiram-se 272 pontes novas e reconstruiram-se 129, dando o total de 401.

Dentre elas, devem menção, pela importância, as pontes de concreto armado sôbre os arroios Pelotas, Castelhano, Padre, Passo dos Báios, Carolina e Sampaio e as pontes metálicas do Passo do Inferno e do Forqueta.

Pontilhões novos — 334; reconstruidos — 64; total — 398.

Boeiros novos — 6.487; reconstruidos — 268; total — 6.755.

Para o riograndense, mais não preciso arrolar. Ele viajou em nossas estradas antigas e deve guardar sua amarga recordação. Ele passou a percorrer as novas ou as que ficaram sob os cuidados de manutenção e conservação do Departamento e pode fazer o confronto para medir a obra cumprida. Ele viu os automóveis e as linhas regulares de ônibus se multiplicarem em todos os recantos, onde antes mal se aventuravam carretas. Ele passou a usar o ônibus como meio mais vulgarizado, mais regular e rápido de transporte. Ele poude vir de Passo Fundo ou Carasinho a Pôrto Alegre no mesmo dia, com a naturalidade e a certeza de quem se serve da ferrovia.

A quem desconheça o Estado, além das cifras aduzidas, darei a das parcelas gastas por meu govêrno com a realização desta obra rodoviária, afim de permitir que avalie de sua extensão e dos sacrificios que não soube poupar para a finalidade.

Anos	Despesa acumulada	Despesa no ano	Rede em tráfego permanente
1938	26.800	26.800	2.635
1939	59.970	33.170	4.131
1940	99.770	39.800	4.260
1941	152.670	52.900	4.410
1942	197.530	44.860	4.458
1943 (x)	225.000	27.500	4.500

(x) Previsão até Setembro.

VIAÇÃO FÉRREA

Nossa rede ferroviária, mau grado as penosíssimas circunstâncias que lhe advieram da enchente de 1941 e das novas condições criadas pela guerra mundial, conseguiu manter um grau de regularidade e eficiência que não teme confronto com qualquer outro período.

Sem desejar descer a minúcias no que se refere à atividade desenvolvida por todos os departamentos e divisões, fáceis de imaginar como são as complexas tarefas de um tão vasto organismo, limitar-me-ei, a respeito, a remeter o leitor ao exame dos quadros anexos que bem traçam, em síntese, suas principais realizações.

Resumindo o aspecto financeiro da Viação Férrea, excluidas as contas patrimoniais — Fundo de Melhoramentos e Subvenção da União — os dados do quadro abaixo evidenciam que a exploração, cujo equilíbrio era instável, de 1938 até 1941, caindo facilmente em déficit, melhorou consideravelmente em 1942, como consequência da majoração de tarifas que entrou a vigorar em fevereiro do referido ano. Fica assim justificada essa majoração, pois que não seria possível fazer face a despesas crescentes dentro de receitas sem aumentos correspondentes.

ANOS	RECEITA BRUTA	DESPESA DE CUSTEIO	SALDO	COEFICIENTE DE TRÁFEGO
	Cr$	Cr$	Cr$	%
1938	104.117.900,25	108.744.942,40	— 4.627.042,15	104,44
1939	110.324.698,70	107.945.475,70	+ 2.379.223,00	97,84
1940	109.034.070,30	109.783.041,00	— 748.970,70	100,69
1941	101.568.876,10	105.283.748,30	— 3.714.872,20	103,66
1942	151.352.475,80	136.033.209,10	+ 15.319.266,70	89,88

A despesa relativa a materiais oferece uma elevação de cêrca de 39%, de 1941 para 1942, sem que a tonelagem movimentada tenha crescido em igual proporção. Deve-se o fenômeno ao encarecimento de todos os materiais de consumo, havido em consequência da guerra, e que avulta especialmente a respeito dos combustíveis, conforme se vê em quadro anexo.

O saldo de Cr$ 15.319.266,70, verificado em 1942, será absorvido pelo resgate do déficit da Conta Melhoramentos, mesmo sem prever o aumento geral de vencimentos do pessoal que se impõe em 1943, como decorrência do encarecimento do custo da vida.

Encarando o quinquênio de 1938 - 1943 e levando na devida conta as circunstâncias que o caracterizaram e que maiores proporções adquiriram nos dois últimos exercícios, observa-se que, de um modo geral, houve progresso na Viação Férrea, o qual, embora entravado sensivelmente, não chegou a ser anulado pelas dificuldades consequentes da situação internacional.

Com efeito, a maioria dos índices de 1942 confrontam-se vantajosamente com os correspondentes de 1938 e mesmo com os de outros exercícios do quinquênio.

A rarefação e, em determinadas épocas, a quasi completa paralisação dos transportes marítimos, no último ano, lançaram sôbre as ferrovias do sul do País uma sobrecarga imprevista e tanto mais pesada quanto menos aparelhadas elas se achavam para tal emergência e quanto mais escassas as possibilidades de importar os materiais indispensáveis ao desenvolvimento e até mesmo à boa conservação do aparelhamento que possuem e à eficiência dos serviços normais.

Entretanto, é de assinalar que a Viação Férrea, como atualmente se acha, não é uma rede adequada a produzir transporte realmente barato, nem o seu aparelhamento atual póde ser considerado satisfatório sob êsse aspecto.

As linhas principais, sôbre as quais circula o grosso da tonelagem movimentada, são justamente aquelas em que se encontram os trechos de condições técnicas mais pesadas, que fazem incidir, sôbre a quasi totalidade do tráfego, o encarecimento que produzem. As demais linhas e ramais com melhores condições técnicas, pouco fazem aproveitar com isso a economia geral da rede, pois o tráfego que por alí se processa representa parcela reduzida do total geral.

Ao mesmo tempo, devido à insuficiente renovação do parque de tração, a Viação Férrea é obrigada a manter em serviço ativo, ao lado de unidades modernas, eficientes e econômicas, um número excessivo de velhas locomotivas, cujas características já não correspondem às necessidades e que, além de deficientes e antieconômicas por todos os títulos, o são ainda por não terem sido construidas, nem ser possível adaptá-las, à queima do carvão nacional.

Decorre dessa situação, afora outros inconvenientes, que o consumo, e portanto a despesa de combustível, excede de muito à que se faria com iguais efeitos, si todas ou quási todas as locomotivas em serviço apresentassem as mesmas características e resultados que as modernas têm revelado.

As medidas que se impõem para corrigir êstes males, e evitar situações ainda mais graves e possivelmente intoleráveis, devem incluir em primeiro plano a melhoria das condições técnicas das linhas principais, por meio da construção de variantes, a começar pelas que estão em projeto para a linha Bagé-Rio Grande. Esta linha é a que maior tonelagem movimenta e há nela rampas de 30 por mil, coincidentes com curvas de 120 metros de raio.

Em segundo lugar e sem prejuizo da restauração e reforço da superestrutura, onde isso fôr requerido, deverá rejuvenecer-se o parque de tração, mediante a compra de novas locomotivas, logo que a situação internacional o permitir.

A administração da Viação Férrea orienta-se nesse sentido, já tendo mandado realizar estudos, projetos e orçamentos para as variantes consideradas mais urgentes e capazes de resultados econômicos suficientes para compensar a inversão dos capitais necessários.

Já tem prontas, além disso, as especificações técnicas e demais elementos que servirão de base às encomendas que se fizerem de material de tração, de via permanente e doutros, logo que possivel.

Deve levar-se em conta também o fator negativo que representa a contingência de operar em alguns ramais de fraquíssimo tráfego, construidos e mantidos com finalidades estratégicas, antes de econômicas.

Em face de tais circunstâncias é que deve ser julgado o resultado financeiro da exploração comercial da rede.

Só assim se compreenderá a dificuldade com que luta a administração para cobrir déficits inevitáveis de parte considerável da rede, com

as sobras da que é suscetivel de exploração remuneradora, mas que dá presentemente resultados inferiores aos de que seria capaz, precisamente por causa dos defeitos de tração e da deficiência de aparelhamento já apontados.

Além dêsses elementos, referentes às contas de custeio, cabe ligeira exposição das contas de capital ou patrimoniais: "Fundo de Melhoramentos" e "Subvenção da União".

FUNDO DE MELHORAMENTOS — Esta conta, criada pelo Decreto n.º 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que promoveu a novação do contrato da Viação Férrea, alimenta-se dos recursos seguintes:

1) produto de renda líquida que couber à União e ao Estado durante a execução dos melhoramentos;

2) produto de uma taxa adicional de 10% sôbre as tarifas em vigôr;

3) importâncias de contribuições do Estado autorizadas pela União e reembolsáveis pelas reservas dêsse fundo.

O vulto dos melhoramentos a executar, muitissimo superior à arrecadação proveniente dos itens 1.º e 2.º, obrigou o Estado a lançar mão da faculdade prevista no item 3.º

Até 31 de dezembro de 1942 a receita acumulada, proveniente dos recursos previstos nos itens 1.º e 2.º, elevou-se a Cr$ 168.555.101,23 e a despesa acumulada a Cr$ 284.538.429,35, havendo, pois, a diferença de Cr$ 115.983.328,12.

Essa diferença assim se distribue:

	Cr$
Déficit, até 31-12-42	29.490.758,27
Pagamentos a efetuar pela construção da Variante Barreto - Diretor A. Pestana, garantidos por emissão de apólices pelo Govêrno do Estado — Saldo	41.081.283,30
Pagamentos a efetuar pela construção do ramal de Severino Ribeiro a Quaraí	9.450.380,65

Pagamentos a efetuar pela aquisição de material, garantidos pela emissão de promissórias avalizadas pelo Govêrno do Estado — Saldo	35.960.905,70
Total	115.983.327,92

CONTA "SUBVENÇÃO DA UNIÃO" — O Decreto-lei n.º 552, de 12 de julho de 1938, autorizou o Govêrno Federal a conceder a subvenção de 200 milhões de cruzeiros para o reaparelhamento da Viação Férrea, em quotas anuais de 20 milhões.

Nos exercícios de 1939 a 1942 foram recebidos Cr$ 80.000.000,00.

A despesa realizada assim se distribue:

	Cr$
1942	18.703.177,80
1941	35.995.866,60
1940	12.541.104,91
1939	9.511.248,30
Total	76.751.397,61

O movimento total desta conta, é, pois, até 31 de dezembro de 1942:

	Cr$
Importância recebida	80.000.000,00
Despesas efetuadas	76.751.397,61
Saldo	3.248.602,39

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

MOVIMENTO FINANCEIRO, EXCLUINDO AS CONTAS PATRIMONIAIS, FUNDO DE MELHORAMENTOS E SUBVENÇÕES DA UNIÃO — 1838/1942

ANOS	RECEITA BRUTA		DESPESA DE CUSTEIO		DIFERENÇA
	Cr$	Números índices	Cr$	Números índices	
1938	104.117.900,25	100	108.744.942,40	100	— 4.627.042,15
1939	110.324.698,70	100	107.945.475,70	99	+ 2.379.223,00
1940	109.034.070,30	105	109.783.041,00	101	— 748.970,70
1941	101.568.876,10	97	105.283.748,30	97	— 3.714.872,20
1942	151.352.475,80	145	136.033.209,10	125	+ 15.319.266,70

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

CONFRONTO ENTRE A "RECEITA BRUTA" REALIZADA E A RECEITA ARRECADADA "POR CONTA DO PÚBLICO" — 1938/1942

ANOS	RECEITA EM MILHARES DE CRUZEIROS		
	Bruta	P/c do Público	%
1938	104.117	84.706	81,3
1939	110.324	89.601	81,2
1940	109.034	87.323	80,1
1941	101.568	83.241	81,9
1942	151.352	124.110	82,0

VIAÇAO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS — 1938/1942

ANOS	PASSAGEIROS							
	De 1.ª classe	De 2.ª classe	TOTAL	%		Números índices		
				De 1.ª classe	De 2.ª classe	De 1.ª classe	De 2.ª classe	Total
1938	1.241.032	1.021.624	2.262.656	54,9	45,1	100	100	100
1939	1.370.243	1.073.393	2.443.636	56,0	44,0	110	105	108
1940	1.413.722	1.102.279	2.518.001	56,2	43,8	114	108	111
1941	1.245.403	1.037.725	2.283.128	54,6	45,4	100	102	101
1942	1.294.593	1.036.244	2.330.837	55,5	44,5	104	101	103

RECEITA PROVENIENTE DA VENDA DE PASSAGENS — 1938/1942

ANOS	RECEITA							
	EM MILHARES DE CRUZEIROS			%		Números índices		
	De 1.ª classe	De 2.ª classe	TOTAL	De 1.ª classe	De 2.ª classe	De 1.ª classe	De 2.ª classe	Total
1938	12.956	6.562	19.518	66,4	33,6	100	100	100
1939	13.392	6.474	19.866	67,4	32,6	103	99	102
1940	13.820	6.799	20.619	67,1	32,9	107	104	106
1941	12.154	5.925	18.079	67,3	32,7	94	90	93
1942	16.294	7.488	23.782	68,6	31,4	126	114	122

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO DO TRANSPORTE DE ANIMAIS, BAGAGENS, ENCOMENDAS E MERCADORIAS — 1938/1942

ESPECIFICAÇÃO		TONELADAS		TONELADAS QUILÔMETRO	
		Número	Números índices	Número	Números índices
ANIMAIS	1938	100.509,150	100	31.302,909	100
	1939	118.548,300	118	41.287,464	131
	1940	156.839,750	156	60.188,546	192
	1941	123.644,700	123	50.992,419	163
	1942	153.715,450	153	62.604,667	200
BAGAGENS	1938	1.252,226	100	424,599	100
	1939	1.114,929	89	400,874	94
	1940	987,028	79	352,834	83
	1941	732,551	58	248,140	58
	1942	674,067	54	264,749	62
ENCOMENDAS	1938	33.812,064	100	6.285,386	100
	1939	33.323,535	98	5.887,701	94
	1940	35.444,841	105	6.241,672	99
	1941	31.671,285	93	5.247,990	83
	1942	34.206,235	101	6.303,143	101
MERCADORIAS	1938	1.259.325,646	100	479.156,334	100
	1939	1.694.423,379	135	546.783,077	114
	1940	1.522.779,234	121	521.959,910	109
	1941	1.467.667,726	117	481.009,400	101
	1942	1.589.858,583	127	603.658,369	126
RESUMO GERAL	1938	1.394.899,086	100	517.169,228	100
	1939	1.847.410,143	132	594.359,116	115
	1940	1.716.050,853	123	588.742,962	114
	1941	1.623.716,262	116	537.497,949	104
	1942	1.778.454,335	128	672.830,928	130

VIAÇAO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

RECEITA ARRECADADA, SEGUNDO AS DIVERSAS ESPECIES TRANSPORTADAS

1938/1942

ESPECIFICAÇÃO		RECEITA		Custo do transporte por unidade - Cr$
		Em Cr$	Números índices	
ANIMAIS	1938	5.579.866,10	100	55,51
	1939	6.792.084,70	122	57,29
	1940	9.189.226,80	165	58,59
	1941	7.491.343,40	134	60,58
	1942	11.954.280,10	214	77,76
BAGAGENS	1938	300.670,10	100	240,15
	1939	272.545,90	91	244,65
	1940	239.921,40	80	243,08
	1941	170.238,20	57	232,56
	1942	217.993,60	72	323,43
ENCOMENDAS	1938	4.006.042,60	100	118,47
	1939	3.784.526,80	94	113,57
	1940	3.895.129,90	97	109,89
	1941	3.428.806,50	86	108,26
	1942	5.407.758,70	135	158,09
MERCADORIAS	1938	62.278.045,40	100	49,45
	1939	66.361.351,80	107	39,16
	1940	62.340.253,40	100	40,93
	1941	60.757.249,30	97	41,39
	1942	92.885.626,50	149	58,42
RESUMO GERAL	1938	72.164.624,20	100	51,73
	1939	77.210.509,20	107	41,79
	1940	75.664.531,50	105	44,09
	1941	71.847.637,40	99	44,24
	1942	110.465.658,90	153	62,11

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

RECEITA ARRECADADA, SEGUNDO AS DIVERSAS ESPECIES TRANSPORTADAS

1938/1942

ESPECIFICAÇÃO		RECEITA	
		Em Cr$	%
1938	Passageiros	19.518.916,70	21,3
	Animais	5.579.866,10	6,1
	Bagagens	300.670,10	0,4
	Encomendas	4.006.042,60	4,3
	Mercadorias	62.278.045,40	67,9
	TOTAL	91.683.540,90	100
1939	Passageiros	19.866.854,80	20,5
	Animais	6.792.084,70	7,0
	Bagagens	272.545,90	0,3
	Encomendas	3.784.526,80	3,9
	Mercadorias	66.361.351,80	68,3
	TOTAL	97.077.364,00	100
1940	Passageiros	20.619.198,10	21,5
	Animais	9.189.226,80	9,5
	Bagagens	239.921,40	0,2
	Encomendas	3.895.129,90	4,0
	Mercadorias	62.340.253,40	64,8
	TOTAL	96.283.729,60	100
1941	Passageiros	18.079.121,70	20,1
	Animais	7.491.343,40	8,3
	Bagagens	170.238,20	0,2
	Encomendas	3.428.806,50	3,8
	Mercadorias	60.757.249,30	67,6
	TOTAL	89.926.759,10	100
1942	Passageiros	23.782.927,20	17,7
	Animais	11.954.280,10	9,0
	Bagagens	217.993,60	0,2
	Encomendas	5.407.758,70	4,0
	Mercadorias	92.885.626,50	69,1
	TOTAL	134.248.586,10	100
			Números índices
RESUMO GERAL	1938	91.683.540,90	100
	1939	97.077.364,00	106
	1940	96.283.729,60	105
	1941	89.926.759,10	98
	1942	134.248.586,10	146

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

RECEITA DOS TRANSPORTES DE MERCADORIAS E DE ANIMAIS 1941/1942

(Por conta do Público, dos Poderes Públicos, da V.F., etc.)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA				Aumento relativo em 1942 %
	Em 1941		Em 1942		
	Mil cruzeiros	%	Mil cruzeiros	%	
Por conta do público					
Animais vivos	7.105	11,5	11.297	11,9	59,0
Produtos agrícolas	14.863	24,0	21.375	22,6	43,8
Produtos animais	5.490	8,8	6.337	6,7	15,4
Produtos extrativos vegetais	12.713	20,5	25.657	27,1	101,8
Produtos extrativos minerais	7.103	11,4	7.772	8,2	9,4
Produtos manufaturados	14.782	23,8	22.227	23,5	50,3
TOTAL	62.056	100	94.665	100	52,5
Resumo					
Por conta do público..	62.056	91,3	94.665	89,8	52,5
Por conta dos Pod. Públicos, da C/Capital e da V. F. etc.	5.882	8,7	10.702	10,2	82,1
TOTAL GERAL..	67.938	100	105.367	100	51,2

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

RECEITA GERAL SEGUNDO OS TÍTULOS — 1941/1942

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA EM Cr$		Diferença absoluta em 1942
	1941	1942	
1 Alugueis de próprios	191.034,00	235.045,50	+ 44.011,50
2 Alugueis dos carros restaurantes	16.224,40	—	—
3 Animais em trens de viajantes	311.655,20	473.442,10	+ 161.786,90
4 Animais em trens de carga..	7.179.688,20	11.480.838,00	+ 4.301.149,80
5 Armazenagens	175.820,50	224.470,20	+ 48.649,70
6 Bagagens	170.238,20	217.993,60	+ 47.755,40
7 Comissões sôbre cobranças para terceiros	19.510,60	27.692,50	+ 8.181,90
8 Concessões	74.326,10	67.003,50	— 7.322,60
9 Encomendas	3.428.806,50	5.407.758,70	+ 1.978.952,20
10 Fornecimento d'agua	59.942,60	57.943,40	— 1.999,20
11 Fornecimento de energia elétrica	78.459,60	87.315,20	+ 8.855,60
12 Ingressos	89.515,20	102.245.90	+ 12.730,70
13 Manobras de carros e vagões	350.872,30	378.121,60	+ 27.249,30
14 Mercadorias	60.757.249,30	92.885.626,50	+ 32.128.377,20
15 Passagens	18.628.182,30	24.828.105,00	+ 6.199.227,00
16 Percursos e estadias de carros e vagões	279.917,60	210.090,80	— 69.826,80
17 Receita de transportes rodoviário	232.425,70	25,50	— 232.400,20
18 Rádio, telégrafo e telefône..	202.444,90	224.193,60	+ 21.748,70
19 Receitas diversas	1.048.083,80	2.731.388,70	+ 1.683.304,90
20 Taxa ad-valorem	8.135.090,10	11.152.698,40	+ 3.017.608,30
21 Tomada e entrega a domicilio	37.099,80	161.096,20	+ 123.996,40
22 Venda de material inservivel	100.189,20	399.380,90	+ 299.191,70
TOTAL	101.568.876,10	151.352.475,80	+ 49.783.599,70

VIAÇAO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

RECEITA, SEGUNDO AS ORIGENS E ALGUMAS RUBRICAS — 1941/1942

DISCRIMINAÇÃO		INDICAÇÕES NUMÉRICAS			
		1941		1942	
		Cr$	%	Cr$	%
RECEITA TOTAL		101.568.876,10	100	151.352.475,80	100
Segundo a origem	P/c do Público	83.241.804,20	82,0	124.110.028,60	82,0
	P/c dos Pod. Púb. e da V. F.	18.327.071,90	18,0	27.242.447,20	18,0
Segundo algumas rubricas	Passagem	18.628.182,30	18,3	24.828.105,00	16,4
	Animais	7.491.343,40	7,4	11.954.280.10	7,9
	Bagagem	170.238,20	0,2	217.993,60	0,1
	Encomendas	3.428.806,50	3,4	5.407.758,70	3,6
	Mercadorias	60.757.249,30	60,0	92.885.626,50	61,3
	Armazenagens	175.820,50	0,2	224.470,20	0,1
	Rádio, Telégrafo e Telefône	202.444,90	0,2	224.193,60	0,1
	Venda de material inservivel	100.189,20	0,1	399.380,90	0,3
	Alugueis de próprios	1914034,00	0,2	235.045,50	0,1
	Taxa ad-valorem	8.135.090,10	8,0	11.152.698,40	7,4
	Tomada e entregas a domicílio	37.099,80	—	161.096,20	0,1

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

RECEITA COMPARADA, SEGUNDO AS ORIGENS E ALGUMAS RUBRICAS
1941/1942

DISCRIMINAÇÃO		EM MILHARES DE CRUZEIROS			
		RECEITA		DIFERENÇAS	
		1941	1942	Absoluta	Relativa
RECEITA TOTAL		101.568	151.352	+ 49.789	+ 49,0
Segundo a origem ...	p/c do Público	83.241	124.110	+ 40.869	+ 49,1
	p/c. dos Pod. Público e da V. F.	18.327	27.242	+ 8.915	+ 48,6
Segundo algumas rubricas	Passagens	18.628	24.828	+ 6.200	+ 33,2
	Animais	7.491	11.954	+ 4.463	+ 59,5
	Bagagens	170	217	+ 47	+ 27,6
	Encomendas ..	3.428	5.407	— 21	— 0,3
	Mercadorias ...	60.757	92.885	+ 32.128	+ 25,8
	Armazenagens.	175	224	+ 49	+ 28,0
	Rádios, telegr. e telefonias..	202	224	+ 22	+ 10,8
	Venda de material inservivel	100	399	+ 299	+ 299,0
	Alugueres de próprios	191	235	+ 44	+ 23,0
	Taxa ad-valorem	8.135	11.152	+ 3.017	+ 37,0
	Tomadas e entregas a domicílio	37	161	+ 124	+ 335,1

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

DESPESA COMPARADA — 1941/1942

DISCRIMINAÇÃO	MILHARES DE CRUZEIROS			
	DESPESA		DIFERENÇAS	
	1941	1942	Absoluta	Relativa
DESPESA TOTAL	**105.283**	**136.033**	+ **30.750**	+ **29,2**
PESSOAL				
Administração Central	5.577	6.792	+ 1.235	+ 22,1
Tráfego e Locomoção	35.441	42.722	+ 5.281	+ 14,9
Via e Edifícios	14.293	16.950	+ 2.657	+ 18,5
Comercial e Rodoviária	—	445	+ 445	+ 100,00
TOTAL	**55.312**	**66.915**	+ **11.603**	+ **20,9**
MATERIAL				
Administração Central	4.462	6.013	+ 1.551	+ 34,7
Tráfego e Locomoção	37.622	53.210	+ 15.588	+ 41,4
Via e Edifícios	7.885	9.603	+ 2.515	+ 31,9
Rodoviária e Estações	—	291	+ 291	+ 100,00
TOTAL	**49.970**	**69.117**	+ **19.147**	+ **38,3**

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

DESPESA, SEGUNDO AS VERBAS PESSOAL E MATERAL — 1941/1942

DISCRIMINAÇÃO	INDICAÇÕES NUMÉRICAS			
	1 9 4 1		1 9 4 2	
	Cr$	%	Cr$	%
DESPESA TOTAL	105.283.748,30	100	136.033.209,10	100
PESSOAL				
Administração Central	5.577.624,80	5,2	6.792.206,20	5,0
Tráfego e Locomoção	35.441.953,00	33,7	42.722.503,30	31,4
Via e Edifícios	14.293.396,40	13,6	16.955.939,10	12,4
Comercial e Rodoviária	—	—	445.024,40	0,3
TOTAL	55.312.974,20	52,5	66.915.673,00	49,1
MATERIAL				
Administração Central	4.462.635,70	4,2	6.013.393,70	4,4
Tráfego e Locomoção	37.622.415,50	35,8	53.210.045,70	39,1
Via e Edifícios	7.885.722,90	7,4	9.603.068,70	7,1
Rodoviária e Estações	—	—	291.028,00	0,2
TOTAL	49.970.774,10	47,4	69.117.536,10	50,8

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

PESSOAL EMPREGADO NOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS — 1941/1942

DEPARTAMENTOS	Número de empregados em		Diferença em 1942	
	1941	1942		
Administração Central	970	982	+	12
Tráfego e Locomoção	7.874	5.020	—	2.854
Via e Edifícios	5.219	4.851	—	368
Estudos e Construções	449	590	+	141
Serv. Rodoviário e Estações	—	3.210	+	3.210
TOTAL	14.512	14.653	+	141

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

ÍNDICES GERAIS DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS, OBTIDOS PELO CUSTO DAS UNIDADES PRODUZIDAS — 1938/1942

ANOS	CUSTO DA TONELADA QUILÔMETRO	CUSTO DO TREM QUILÔMETRO
	Centavos	Cr$
1938	17,25	15,2994
1939	15,19	15,0738
1940	15,44	14,7766
1941	16,32	15,8287
1942	17,36	17,4839
Diferença em 1942 em relação à 1941	+ 1,03	+ 1,6552

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS — 1938/1942

CARVÃO NACIONAL

ANOS	TONELADAS DE CARVÃO					
	DE S. JERÔNIMO		DE RIO NEGRO		TOTAL	
	Toneladas	Números Índices	Toneladas	Números Índices	Toneladas	Números Índices
1938	268.139	100	—	—	268.139	100
1939	287.996	107	—	—	287.996	108
1940	325.720	121	—	—	325.720	121
1941	320.338	119	460	100	320.798	120
1942	424.234	158	3.652	794	427.886	160
	VALOR EM CRUZEIROS					
1938	15.310.303	100	—	—	15.310.303	100
1939	16.312.399	107	—	—	16.312.399	107
1940	20.235.658	132	—	—	20.235.658	132
1941	20.297.760	133	9.205	100	20.306.965	133
1942	32.874.096	215	72.950	793	32.947.046	215
	VALOR UNITÁRIO EM CRUZEIROS					
1938	57	100	—	—	57	100
1939	57	100	—	—	57	100
1940	62	109	—	—	62	109
1941	63	111	20	100	63	111
1942	78	137	19	100	77	135

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS — 1938-1942

CARVÃO ESTRANGEIRO

ANOS	QUANTIDADES CONSUMIDAS DE							
	C. COQUE		C. DE FORJA		C. DE BRIQUETE		TOTAL	
	Tone-ladas	Números índices	Tone-ladas	Números índices	Tone-ladas	Números índices	Tone-ladas	Números índices
1938	435	100	873	100	48.153	100	49.461	100
1939	373	86	846	97	37.247	77	38.466	78
1940	364	83	227	26	12.858	27	13.449	27
1941	273	63	151	17	1.270	3	1.694	3
1942	230	53	41	5	3.254	7	3.525	7
	VALOR EM MILHARES DE CRUZEIROS							
1938	98	100	147	100	10.422	100	10.667	100
1939	121	123	197	134	7.681	74	7.999	75
1940	142	145	54	37	2.937	28	3.123	29
1941	176	180	38	26	338	3	552	5
1942	291	297	11	7	853	8	1.155	11
	VALOR UNITÁRIO EM CRUZEIROS							
1938	226	100	169	100	216	100	216	100
1939	325	144	233	138	206	95	208	96
1940	391	172	241	143	227	105	232	107
1941	645	285	254	150	266	123	325	151
1942	1.263	559	282	167	262	121	327	151

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS — 1938/1942
CARVÃO NACIONAL E ESTRANGEIRO

ANOS	QUANTIDADE EM TONELADAS						Percentagem do consumo	
	C. NACIONAL		C. ESTRANGEIRO		TOTAL			
	Número	Números índices	Números	Números índices	Números	Números índices	C. Nacional	C. Estrangeiro
1938	268.139	100	49.461	100	317.600	100	84,4	15,6
1939	287.996	108	39.466	77	326.462	103	88,2	11,8
1940	325.720	121	13.449	27	339.169	107	96,0	4,0
1941	320.798	120	1.694	4	322.492	102	99,4	0,6
1942	427.886	160	3.525	7	431.411	136	99,1	0,9
	VALOR EM MILHARES DE CRUZEIROS							
1938	15.310	100	10.667	100	25.977	100	58,9	41,1
1939	16.312	107	7.999	75	24.311	94	67,0	33,0
1940	20.235	132	3.123	29	23.358	90	86,7	13,3
1941	20.306	133	552	5	20.858	80	97,3	2,7
1942	32.947	215	1.155	11	34.102	131	96,7	3,3

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS — 1938/1942

LENHA E NÓS DE PINHO

ANOS	QUANTIDADE EM TONELADAS					
	LENHA		NÓS DE PINHO		TOTAL	
	M³	Números índices	M³	Números índices	M³	Números índices
1938	478.432	100	13.000	100	491.432	100
1939	547.690	114	20.070	154	567.760	116
1940	715.378	150	40.624	312	756.002	153
1941	718.521	150	29.902	230	748.423	152
1942	691.617	144	17.973	138	709.590	144
	VALOR EM MILHARES DE CRUZEIROS					
1938	4.653	100	223	100	4.876	100
1939	5.357	115	372	166	5.729	117
1940	7.644	164	861	386	8.505	174
1941	7.722	166	580	260	8.302	170
1942	7.574	163	387	173	7.961	163

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

IMPORTÂNCIA TOTAL DESPENDIDA NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS 1938/1942

ANOS	DESPENDIDA EM CRUZEIROS				
	COMBUSTÍVEIS NACIONAIS		COMBUSTÍVEIS ESTRANGEIROS		TOTAL
	Importância	%	Importância	%	Importância
1938	20.187.127	65,4	10.669.427	34,6	30.856.554
1939	22.042.821	73,3	8.000.390	26,7	30.043.211
1940	28.741.613	90,1	3.125.688	9,9	31.867.301
1941	28.609.538	98,1	553.442	1,9	29.162.980
1942	40.908.965	97,2	1.156.265	2,8	42.065.230

NÚMEROS ÍNDICES

ANOS	COMBUSTÍVEIS NACIONAIS	COMBUSTÍVEIS ESTRANGEIROS	TOTAL
1938	100	100	100
1939	109	75	97
1940	142	29	103
1941	142	5	95
1942	203	10	136

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Entregue à direção do dr. Miguel Tostes, que já a vinha gerindo quando assumi o Govêrno, esta Secretaria cumpriu com perfeita exatidão e proficiência a soma de seus múltiplos encargos.

Tratando-se de setor quasi exclusivamente administrativo, pouco há a referir quanto a novas realizações, sendo seu louvor o que decorre da regularidade no cumprimento da multiforme atividade.

Registre-se, porém, a reforma procedida em sua organização, em Janeiro de 1940, segundo a qual os serviços passaram a ser dirigidos por 4 diretorias na Repartição Central: — a de Expediente, a de Pessoal, a do Interior e Justiça e a de Despesa e Material.

Os quadros anexos dizem eloquentemente da felicidade da nova estrutura, alinhando as cifras do movimento das diversas diretorias em 1942.

Idêntica impressão de eficiência e labor deriva do exame dos quadros referentes ao ARQUIVO PÚBLICO, IMPRENSA OFICIAL E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA.

A IMPRENSA OFICIAL, abandonando sua velha feição de oficina de órgão político partidário, foi radicalmente reorganizada, dispondo hoje de aparelhamento e maquinária modernos e eficientes. Tornou-se, assim, uma empresa editora que dia a dia se aperfeiçoa e já satisfaz boa parte das necessidades do Estado a este respeito. Vultosos tem sido os capitais invertidos, para tanto, em material tipográfico e maquinismos de impressão, alguns dos quais de grande custo e tipo avançado. Graças a tais recursos, porém, aumentam sem cessar suas receitas e as percentagens das mesmas sôbre o global das despesas. Vem isto demonstrar que se trata de aplicação econômica de capitais, com segurança de amortização e indiscutíveis vantagens administrativas.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, tambem reorganizado técnica e administrativamente, poude realizar suas altas finalidades de assistência

social ao funcionalismo do Estado. Sob a orientação técnica de grande segurança, vem traçando e realizando seus planos com ótimos resultados imediatos e, principalmente, com sólidas garantias para o futuro. Os quadros apensos o demonstram, revelando a soma de benefícios outorgados ao exemplar corpo de servidores públicos estaduais e a excelente situação financeira e econômica da instituição.

Notáveis se revelam o movimento da carteira de seguros e o de empréstimos, destacando-se, entre estes, os destinados a propiciar o ideal da casa própria. Tem, outrossim, o Instituto feito inteligente aplicação de suas reservas, adquirindo e construindo majestosos edifícios, de excelente rendimento, na zona central da cidade.

Especial menção deve merecer a COLÔNIA EDUCACIONAL 10 DE NOVEMBRO, sediada em Caxias e destinada a abrigar e instruir a infância abandonada.

Instituida em 1938 em propriedade da Prefeitura de Caxias, incessante tem sido seu desenvolvimento, assim como a fecundidade de sua atuação.

Além das acomodações existentes para a administração, e demais dependências de um bem montado internato, meu govêrno zelosamente ampliou e aperfeiçoou as instalações e criou novos serviços.

Somente no último ano, foram construidos 1.580 metros de cêrca, quatro grandes pavilhões de madeira para nova oficina de marcenaria, oficinas de sapataria e alfaiataria, garage, lavanderia, novo estábulo com 26 báias e depósito.

Os menores abandonados ali recebem instrução primária, seguindo o curso das escolas públicas do Estado, e instrução profissional de carpinteiro, marceneiro, sapateiro e alfaiate. Dá-se-lhes, ainda, ensino agrícola e pastoril com a prática intensiva da agricultura, pecuária, avicultura e suinocultura.

As plantações da Colônia, exclusivamente a cargo dos menores, abrangem mais de 20 hectares; o aviário, modernamente instalado, abriga 400 aves, os estábulos cêrca de 30 vacas leiteiras, além da nova pocilga com porcos fornecidos pela Secretaria da Agricultura, e cavalos e bois de trabalho.

É desvelada a assistência médica ministrada por Técnico do Departamento de Saúde.

Compensadores têm sido os resultados colhidos: os menores gozam de assistência, são alimentados e tratados com abundância e carinho, curam-se do corpo e do espírito, aprendem ofícios, adquirem instrução e já muitos ao completarem a idade limite do internato, dêle egressam úteis e probos, ou tem ficado na própria Colônia, como empregados ou mestres de ofício.

SECRETARIA DO INTERIOR

DIRETORIA DO EXPEDIENTE

Movimento de Processos — 1938/1942

ANOS	PROCESSOS		
	ENTRADOS	INFORMADOS	ENCAMINHADOS COM DESPACHO
1938	9.466	3.711	5.755
1939	5.922	3.102	2.820
1940	5.050	1.510	3.540
1941	5.338	1.450	3.511
1942	(...)	1.260	4.078

SECRETARIA DO INTERIOR

DIRETORIA DO PESSOAL

Movimento do Protocolo - 1942

MESES	EXPEDIENTE		
	ENTRADO	DISTRIBUIDO	ARQUIVADO
Janeiro	3.196	2.544	612
Fevereiro	2.472	1.999	485
Março	3.322	2.526	728
Abril	3.058	2.540	608
Maio	3.082	2.459	587
Junho	3.488	2.906	592
Julho	4.032	3.489	591
Agôsto	3.646	3.050	554
Setembro	3.159	2.611	564
Outubro	3.034	2.594	445
Novembro	2.698	2.281	416
Dezembro	3.246	2.767	487
TOTAL	38.433	31.766	6.669

SECRETARIA DO INTERIOR

DIRETORIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

MOVIMENTO DE PROCESSOS — 1938/1942

ESPECIFICAÇÃO	MOVIMENTO DE MATRICULAS				
	1938	1939	1940	1941	1942
Naturalizações	231	408	43	54	5
Heranças estrangeiras	4	2	—	—	—
Extradições e expulsões	41	46	—	—	1
Cartas precatórias e rogatórias	15	25	—	—	6
Decretos Leis	—	—	70	129	138
Indultos ou comutação de penas	—	—	18	32	47
Opções	—	—	53	43	5
Títulos declaratórios	—	—	24	17	35
Decretos registrados	—	—	191	283	185

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

PREDIAL — 1937-1942

ANOS	MOVIMENTO NO FIM DE CADA ANO (Importância em Cr$)		
	VALOR TOTAL DOS CONTRATOS	RECEBIMENTOS POR CONTA	SALDOS
1937	624.933	89.918	535.015
1938	2.353.803	268.225	2.085.578
1939	3.657.535	515.698	3.141.837
1940	5.395.496	735.274	4.660.222
1941	8.524.526	860.195	7.664.331
1942	11.408.900	2.202.277	9.206.623

TOTAIS GERAIS DO MOVIMENTO NO PERÍODO — 1837/1942

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTANCIA EM CRUZEIROS
Valor total dos contratos	11.408.900
Recebimentos por conta	2.202.277
Contratos rescindidos e juros extornados	532.690
Saldo em 31-XII-942	8.673.933

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Taxas e Valores dos Empréstimos Hipotecários

ANOS	TAXA	VALOR EM CRUZEIROS
1938	10%	1.200.000
1939	10%	1.200.000
1940	6%	1.800.000
1941	6%	2.400.000

Movimento de alguns Titulos

TÍTULOS	VALOR EM CR.$		Diferença para + (Cr$)
	De 1933 a 1937	De 1938 a 1942	
Reservas	22.357.911	48.381.653	26.023.742
Pensões e Peculios	4.204.723	9.283.582	5.078.859
Empréstimos hipotecários	3.494.630	12.843.970	9.349.340
Seguros	2.448.217	11.462 299	9.014.082
Sinistros	875.291	2.989.103	2.113.812

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

EMPRÉSTIMOS

1937/1942

ANOS	Saldo, no fim de cada ano, dos empréstimos concedidos					
	Sucessivos, rapidos e especiais (Cr$)	Números Indices	Especiais garantidos (Cr$)	Números Indices	TOTAL (Cr$)	Números Indices
1937	2.590.387	100	812.835	100	3.403.223	100
1938	7.476.337	289	704.626	87	8.180.963	240
1939	13.875.021	536	811.404	100	14.686.425	432
1940	12.331.177	476	537.861	66	12.869.038	378
1941	14.228.714	549	424.929	52	14.653.643	431
1942	15.679.501	605	333.717	41	16.013.218	471

F I A N Ç A S

1937/1942

ANOS	Valor das fianças concedidas em cada ano (Cr$)					
	Para aluguel de casa	Números Indices	Para hospital	Números Indices	TOTAL	Números Indices
1937	96.533	100	—	—	96.533	100
1938	133.204	138	11.000	100	144.204	149
1939	180.944	187	24.409	222	205.353	213
1940	135.661	141	50.400	458	186.061	193
1941	138.238	143	112.142	1.019	250.380	259
1942	140.267	145	96.557	878	236.824	245

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

HIPOTÉCAS — 1937/1942

EXERCÍCIOS	MOVIMENTO NO FIM DE CADA ANO (IMPOR. EM CR.$)			
	Valor total dos empréstimos	IMÓVEIS		
		Valor	Baixas	Saldos
1937	2.869.696	3.189.244	416.885	2.772.359
1938	3.456.004	3.764.685	809.885	2.954.800
1939	3.603.089	3.934.685	1.032.885	2.901.800
1940	3.800.840	4.105.485	1.310.385	2.795.100
1941	4.477.456	4.793.215	1.745.185	3.048.030
1942	4.929.699	7.190.465	1.968.185	5.222.280

TOTAIS GERAIS DO MOVIMENTO NO PERIODO DE 1932/1942

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTANCIA EM CRUZEIROS
Valor dos empréstimos	4.929.699
Recebimentos por conta	3.559.808
Saldo	1.369.891
Valor dos imóveis	7.190.465
Baixas	1.968.185
Saldo	5.222.280

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

PENSÕES E PECULIOS — 1938/1942

a) Pensões

ANOS	ESTADO			PREFEITURA			TOTAL		
	Óbitos	Benefi-ciários	Valor (Cr$)	Óbitos	Benefi-ciários	Valor (Cr$)	Óbitos	Benefi-ciários	Valor (Cr$)
1938	70	182	11.462	4	8	1.011	74	190	12.473
1939	107	307	22.831	18	48	2.972	125	355	25.803
1940	107	292	21.436	11	25	2.074	118	317	23.510
1941	101	236	22.767	14	37	3.587	115	273	26.354
1942	120	272	23.873	7	17	1.526	127	289	25.399

b) Pecúlios

ANOS	Óbitos	Beneficiários	Valor (Cr$)
1938	84	125	181.370
1939	88	175	184.606
1940	121	222	274.927
1941	122	240	254.683
1942	101	184	213.575

SECRETARIA DO INTERIOR

IMPRENSA OFICIAL

ANOS	Máquinas adquiridas		Renda de Obras em Cr$		
	Número	Valor Cr$	Contabilisada	N/Contabilisada	Total
1938	—	—	401.976	444.492	846.468
1939	2	61.415	771.587	664.153	1.435.740
1940	1	85.000	1.100.000	773.273	1.873.273
1941	7	243.610	1.201.635	814.380	2.016.015
1942	12	2.992.500	1.252.884	766.788	2.019.672
Quinquênio	22	3.382.525	4.728.082	3.463.086	8.191.168
Média anual	4,4	676.505	945.616	692.617	1.638.234

SECRETARIA DO INTERIOR

MOVIMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO — 1938/1942

ANOS	Certidões extraídas	Produção de razas		Índices em livros de notas (Quantidade de livros)	Autos recolhidos. (Inventários e outros processos	Autos catalogados	Numero de consulentes
		Quantidade de linhas	Renda (Cr$)				
1938	3.006	646.230	153.767	350	3.280	96	2.089
1939	2.226	515.308	124.923	286	1.123	5.316	1.578
1940	2.526	492.574	122.248	335	5.297	1.455	1.331
1941	3.964	760.979	179.458	330	5.420	1.299	1.220
1942	2.309	473.185	109.316	260	4.269	12.916	1.277
Quinquênio	14.031	2.888.276	689.712	1.561	19.389	21.082	7.495
Média anual	2.806	577.655	137.942	312	3.878	4.216	1.499

JUSTIÇA

Desvaneço-me de poder consignar, ao referir-me ao Poder Judiciário, a excelência das relações de cordialidade e respeito que sempre prevaleceram entre êle e o Poder Executivo a mim confiado.

Creio, porém, que jamais se poderia dar maiores demonstrações de acatamento a magistrados do que as recebidas de minha administração. O Poder Judiciário, cujos juizes e desembargadores orgulham os foros de nossa dignidade e superior espírito de justiça, foi inalteravelmente mantido em todas as suas prerrogativas de corpo independente e de soberana atuação funcional.

Nenhuma interferência descabida pode ser citada, em minha gestão, a essa soberania, quer na constituição da própria magistratura, quer no exercício de sua nobilitante função. O mesmo posso afirmar da legislação que lhe diz respeito. Todas as leis e regulamentos de seu interêsse foram elaborados por comissões de juizes e integralmente respeitados.

Em tal atmosfera, puderam os órgãos judiciais desempenhar sua missão com um rítmo de atividade e um grau de acuro e perfeição que honram seus eminentes integrantes e o próprio Rio Grande.

À Comissão Disciplinar Judiciária cabem iguais assertos. Constituida nos moldes propostos ao Executivo, desempenha suas salutares atribuições, cercada de respeito e efetivas garantias.

Da fecunda atuação da magistratura estadual dá exuberante e minuciosa notícia o volume dedicado à "Estatística Judiciária do Rio Grande do Sul", elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística e abrangendo o período de 1939 a 1941. Quanto ao Tribunal de Apelação, ainda o quadro anexo renova os principais elementos de seu trabalho.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO

a) Número e espécie dos feitos entrados — 1938/1942

ANOS	Agravos	Apelações		Habeas-corpus	Recursos	Desafora-mento	Cªrt. teste-munhaveis	Conflitos de jurisdição	Outros feitos	TOTAL
		Civeis	Crimi-nais							
1938	210	118	487	108	132	5	11	4	117	1.192
1939	218	117	534	98	163	7	14	5	65	1.221
1940	174	278	537	57	166	—	4	4	17	1.237
1941	173	330	501	77	212	2	3	11	15	1.324
1942	352	452	567	54	299	2	2	11	22	1.761

b) Número e espécie dos feitos julgados — 1938/1942

ANOS	Agravos	Apelações		Habeas-corpus	Recursos	Desafora-mento	Cªrt. teste-munhaveis	Conflitos de jurisdição	Embargos infringentes	Outros feitos	TOTAL
		Civeis	Crimi-nais								
1938	190	239	114	110	131	5	7	4	45	97	942
1939	281	146	740	94	194	8	10	4	68	36	1.581
1940	184	255	590	58	196	—	5	2	46	18	1.354
1941	174	373	530	97	245	2	3	9	11	19	1.463
1942	359	468	582	66	325	3	3	12	13	23	1.854

c) Sessões realizadas — 1938/1942

ANOS	Camaras Civeis				Câmaras criminais				Câmaras Reunidas	TOTAL GERAL
	1.ª	2.ª	3.ª	Total	1.ª	2.ª	3.ª	Total		
1938	43	42	3	88	46	4	—	50	33	171
1939	35	42	45	136	43	44	—	187	43	266
1940	44	43	43	130	63	64	—	127	57	314
1941	41	43	41	125	44	45	38	127	70	322
1942	44	44	45	133	46	45	50	141	68	342

MINISTÉRIO PÚBLICO

Posso estender ao Ministério Público, em grande parte, as declarações acima endereçadas à Justiça.

Reorganizado sob minha administração e instituida a carreira regular dos Promotores, passaram todos os atuais titulares pela prova de rigoroso concurso que deu a êste corpo de defesa social o grau de seleção e capacidade requeridos. Integrado por elementos competentes, e cercado das garantias legais, tem agora o Ministério a autonomia e a independência que lhe convém para o exercício imparcial de uma nobre e fundamental tarefa.

Os novos textos da lei substantiva criminal, assim como os processuais e de organização judiciária têm acrescido sem cessar seus encargos e atribuições. A êsses se vem juntar a ação fiscalizadora e tutelar, que lhes cabe, em matéria civil, comercial e orfanológica. Cumpre-lhes, ainda, o patrocínio das causas em que o Estado têm interêsses e a execução judicial da dívida ativa estadual e municipal. A tal acervo de tarefas tem dado cabal desempenho nosso ministério público, sem aumento correspondente de seus membros. As cifras indicativas de suas atividades, fartamente demonstradas no relatório da Procuradoria Geral, não fazem, por isto, senão crescer de ano para ano, oferecendo confortadora demonstração do elevado espírito civico e conciência profissional dos atuais titulares.

SEGURANÇA PÚBLICA

Não me preciso alongar em maiores comentários sôbre a eficiência de nossa organização policial. Coube à gestão do coronel Aurélio Py promover a radical reforma dêste aparelhamento, tirando-o do estado embrionário em que o encontrou e dando-lhe a feição e o dinamismo próprios de nosso grau de progresso.

Do acerto dessa reforma, que a nenhuma peça deixou de atingir, falam bem alto os quadros estatísticos que acompanham êste relatóric e o do titular da Polícia.

O grau de eficiência de uma organização policial se afere pelo grau de tranquilidade pública de que desfruta o Estado. E, sob êste critério, nenhum melhor comentário poderia ser feito.

A estatística policial criminal denota, d'outra parte, acentuado e desvanecedor declínio de quási todos os delitos contra a vida e propriedade. Aqueles, especialmente, sofreram os benéficos resultados do desarmamento que, pela primeira vez no Rio Grande, se tornou incontestável realidade. Daí decorre o pequeno coeficiente de crimes de morte — apenas 250 casos, em 1942, entre 5.387 eventos delituosos — a par do elevado número de ferimentos leves: 1.314, ou 25% do total.

A excelência de nosso corpo policial, se a análise daquela estatística não bastasse, seria atestada, e de maneira decisiva, considerando-se sua atuação na esfera, sempre tão delicada e perigosa, da crdem política e social.

Poucos períodos poderiam ser mais agitados, sob êste aspecto, que o vencido pela minha administração. Não apenas sob o prisma da ordem política nacional, como, muito especialmente, a respeito das perturbações extremistas, de todos os jaezes e procedências. E a culminância destas não encontra paralelo na vida policial riograndense, quando a sanha da conquista germânica, alimentada pelos triunfos iniciais da guerra, desaçaimou a trama de sua rede de agitação em nosso meio.

A galhardia, serenidade e inteligente energia demonstradas então

pela polícia riograndense elevaram o conceito de que gozava, quer entre nós, quer além de nossas fronteiras. E sem entrar em pormenores, aqui descabidos, repiso que à ação policial do Estado, nessa emergência, devem o Rio Grande e o Brasil larga fôlha de reconhecimento e louvor.

Manda ainda a justiça seja frisado o critério que norteou nosso organismo policial, limitando-se o mais possivel às suas prerrogativas legais e só excepcionalmente lançando mão dos recursos que o estado de guerra lhe outorgava.

A leitura da exposição da Chefatura de Polícia revela, em minúcias, o perfeito funcionamento de todos os seus órgãos e setores, institutos e serviços. Todos reformados e ampliados dão prova de se acharem à altura de nossas atuais necessidades.

Devo entretanto abrir registro especial para a instalação da Colônia Penal Daltro Filho, às margens do Jacuí. Trata-se, realmente, de obra penitenciária que se pode colocar entre as mais modernas e bem aparelhadas da América do Sul. Nela o Estado inverteu mais de três milhões de cruzeiros que frutificaram nos excelentes resultados colhidos. Graças a êsse estabelecimento penal, foi possivel não somente dar magnifica assistência e possibilidade de readaptação social aos detentos, como favorecer ainda as condições de vida dos encarcerados em nosso arcáico edifício correcional metropolitano, que era verdadeiro amontoamento de presos, privados de todos os requisitos de higiene, conforto e moralidade.

O desafogo que a Colônia Penal trouxe à Casa de Correção permitiu melhorar-lhe as condições e a vida de seus habitantes, ampliando, do mesmo passo, suas oficinas e instalações.

Também às mulheres criminosas foi concedido tratamento humano, tirando-as das águas-furtadas em que eram confinadas, naquele mesmo estabelecimento, e levando-as para prédio próprio, onde, com conforto moral e material, aos cuidados de religiosas, lhes é possivel adquirir nova educação para a vida social.

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

CRIMES OCORRIDOS NO ESTADO — 1938/1942

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE CRIMES					TOTAL	Percentagens
	1938	1939	1940	1941	1942		
Homicídio	367	372	296	281	250	1.566	6,18
Tentativa de homicídio	29	28	37	23	33	150	0,59
Lesões graves	237	269	229	201	149	1.085	4,29
Lesões leves	1.105	1.230	1.461	1.362	1.314	6.472	25,52
Estelionato	61	43	22	31	56	213	0,84
Roubo	287	417	239	131	183	1.257	4,97
Furto	1.334	1.129	780	336	1.364	4.943	19,56
Apropriação indébita	87	122	70	81	58	418	1,65
Abigeato	43	45	57	109	53	307	1,21
Falsificação	24	10	15	18	8	75	0,29
Defloramento	774	1.021	1.118	1.080	1.036	5.029	19,91
Estupro	72	170	239	249	117	847	3,35
Rapto	49	57	32	44	47	229	0,90
Outros crimes	504	497	463	496	719	2.679	10,74
TOTAL	4.973	5.410	5.058	4.442	5.387	25.270	100%

R E S U M O

ESPECIFICAÇÃO	Número	Percentagens
Crimes contra a pessoa e vida	9.273	36,58
Crimes contra a propriedade	7.213	28,52
Crimes contra a honra	6.105	24,16
Outros	2.679	10,74
TOTAL	25.270	100,00

REPARTIÇAO CENTRAL DE POLICIA

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA DE 1937 E 1939

TITULOS		Despesa 1937	Receita 1937	Despesa 1939	Receita 1939
		Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
R.C.P.	Chefatura de Polícia	1.514.900	—		
	Gabinete de Identificação	231.940	—		
	Gabinete Médico Legal	64.840	—		
	Casa de Correção ..	1.544.600	—		
	Colônia Correcional	50.160	—		
	Diretoria do Corpo de Guarda Civis	3.179.880	—		
	Eventuais	446.255	—		
	Diversas Despesas	367.553			
	Sub-Total	7.400.128	—	15.250.469	6.321.029
SERVIÇO DO TRAFEGO (x)		1.000.000			
TOTAIS		8.400.128	—	15.250.469	6.321.029
AUMENTO DE DESPESA EM 1939				6.850.341	
RECEITA EM 1939				6.321.029	
EXCESSO REAL DE DESPESA EM 1939				529.312	

(x) Serviço mantido pelo município de Pôrto Alegre.

REPARTIÇAO CENTRAL DE POLICIA

RENDA NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO

1938/1942

ANOS	NA CAPITAL (Cr$)	NO INTERIOR (Cr$)	TOTAL (Cr$)
1938	1.430.918,20	971.026,80	2.401.945,00
1939	2.365.335,60	3.955.693,40	6.321.029,00
1940	2.399.233,40	4.193.095,30	6.592.328,70
1941	2.323.071,90	3.824.179,20	6.147.251,10
1942	1.884.396,60	4.193.947,50	6.078.344,10
ESTADO	10.402.955,70	17.137.942,20	27.540.897,90

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLICIA

DIRETORIA DO EXPEDIENTE

SECÇÃO CRIMINAL ....
- a — Direção.
- b — Serviço de Expediente.
- c — Fichário de minutas, serviço de certidões e informações.
- d — Fichário de reus pronunciados e serviço estatístico criminal.
- e — Fichário geral da correspondência recebida.
- f — Arquivo.

SECÇÃO DO PESSOAL

SECÇÃO DE CONTABILIDADE
- a — Tesouraria.
- b — Almoxarifado.

MOVIMENTO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA
1938/1942

ANOS	EXPEDIENTE		TOTAL
	Entrado	Saído	
1938	22.485	24.093	46.578
1939	23.260	25.444	48.704
1940	27.358	26.801	54.159
1941	24.139	23.663	47.802
1942	23.332	21.509	44.841
SOMA	120.574	121.510	242.084

REPARTIÇAO CENTRAL DE POLÍCIA

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

ORGANIZAÇÃO ....
- a — Secretaria.
- b — Cartório Especial.
- c — Secção de Ordem Política.
- d — Secção de Ordem Social.
- e — Secção de Fiscalização de armas, munições e explosivos.
- f — Secção de serviço secreto.

SECÇAO DE FISCALIZAÇAO DE ARMAS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS
1938/1942

ANOS	Registro de armas	Porte de armas
1938	1.022	690
1939	7.487	762
1940	—	—
1941	5.769	821
1942	13.228	1.222
SOMA	27.506	3.495

SECÇAO DE ORDEM POLÍTICA
1938/1942

ANOS	FORNECIMENTO DE		TOTAL
	Salvo condutos	Passaportes	
1938	7.200	340	7.540
1939	—	—	—
1940	12.574	322	12.896
1941	129.953	243	130.196
1942	15.200	87	15.287
SOMA	164.927	992	165.919

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

DELEGACIA DE TRANSITO E ACIDENTES

ORGANIZAÇÃO ....

a) Gabinete do Delegado.
b) Secção de Acidentes.
c) Secção de Prontuariado, Arquivo e Fichário.
d) Secção de Fiscalização.
e) Gabinete Médico.
f) Secção de Exames
g) Secção de Sinalização.
h) Almoxarifado.

DELEGACIA DE TRANSITO E ACIDENTES

REGISTRO DE VEÍCULOS NO ESTADO — 1939/1942

ANOS	ESPÉCIE DO VEÍCULO			TOTAL
	Auto-motor	Motociclo	Tração animal	
1939	20.158	1.247	92.537	113.942
1940	21.156	1.304	109.852	132.312
1941	24.553	1.337	101.286	127.176
1942	15.509	1.257	107.017	123.783

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

DELEGACIA DE TRÂNSITO E ACIDENTES

CARTEIRAS EXPEDIDAS — 1939/1942

VEÍCULO	CATEGORIA	1939	1940	1941	1942
AUTO - MOTOR	Profissional	(....)	6.001	2.081	912
	Amador	(....)	6.690	1.536	932
	Total	(....)	12.691	3.617	1.844
MOTOCICLO	Profissional	(....)	176	91	129
	Amador	(....)	185	47	57
	Total	(....)	361	138	186
BONDE	Profissional	(....)	129	268	15
BICICLETA	Profissional	(....)	265	133	566
	Amador	(....)	863	217	28
	Total	(....)	1.128	350	594
TRAÇÃO ANIMAL	Profissional	(....)	11.998	2.929	3.444
	Amador	(....)	4.596	421	242
	Total	(....)	16.594	3.350	3.686
TOTAL GERAL		10.168	30.903	7.723	6.325

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

DELEGACIA DE TRANSITO E ACIDENTES

MULTAS IMPOSTAS — 1939/1942

ANOS	CAPITAL (Cr$)	INTERIOR (Cr$)	TOTAL (Cr$)
1939	52.050	30.709	82.759
1940	109.246	105.051	214.297
1941	84.588	179.785	264.373
1942	94.311	199.512	293.823

EXAMES MÉDICOS REALIZADOS NA CAPITAL PARA A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS — 1939/1942

ANOS	APROVADOS	REPROVADOS	TOTAL	PERCENTAGEM DE REPROVAÇÕES
1939	2.043	54	2.097	2,57
1940	3.098	95	3.193	3,07
1941	1.984	72	2.056	3,50
1942	2.475	50	2.525	1,98
TOTAL ...	9.600	271	9.871	2,74

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

DIRETORIA DE INVESTIGAÇÕES E SERVIÇOS PREVENTIVOS

ORGANIZAÇÃO ....

a — Delegacia Especial de Segurança Pessoal e Vigilância.

b — Delegacia Especial de Costumes.

c — Delegacia Especial de Atentados à Propriedade.

d — Secção de Expediente e Arquivo.

e — Secção de Estatística Policial, Criminal e Judiciária.

f — Escola de Polícia.

DIRETORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PESSOAL E VIGILANCIA
I — CAPTURAS — 1939/1942

ANOS	CAPTURAS	
	Pedidas	Efetuadas
1939	716	410
1940	180	164
1941	269	160
1942	512	206

II — ACIDENTES EM GERAL — 1938/1942

A N O S	N.º DE ACIDENTES
1938	1.610
1939	2.623
1940	4.474
1941	2.771
1942	1.949

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLICIA

DIRETORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PESSOAL E VIGILANCIA

III — INCÊNDIOS — 1938/1942

ANOS	INCÊNDIOS
1938	47
1939	60
1940	112
1941	89
1942	137

IV — SUICÍDIOS E TENTATIVAS — 1938/1942

A N O S	Suicídios e tentativas
1938	214
1939	499
1940	545
1941	499
1942	419

V — MOVIMENTO DE HOTEIS — 1939/1942

ANOS	HÓSPEDES	
	Entrados	Saídos
1939	62.011	59.325
1940	70.089	62.074
1941	87.953	83.429
1942	90.692	86.019

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

DELEGACIA DE ENTRADA, PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Nas Secções e Delegacias de Polícia do Interior........	49.302
Na Capital	15.771
TOTAL	65.073

ESTRANGEIROS REGISTRADOS, SEGUNDO A NACIONALIDADE, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1942

NACIONALIDADE	N.º de registros	NACIONALIDADE	N.º de registros
Alemanha	12.910	Cuba	21
Itália	11.468	Iran	16
Uruguai	10.290	Noruéga	14
Polônia	6.992	Venezuéla	14
Portugal	5.547	Bulgária	14
Rússia	4.739	Dantzig	14
Argentina	2.309	Finlândia	14
Espanha	2.211	China	13
Síria-Libano	1.848	Palestina	12
Rumania	1.484	México	10
Lituânia	616	Luxemburgo	9
Austria	369	Perú	9
Suíssa	330	União Sul Africana	9
Hungría	322	Canadá	8
Estados Unidos	309	Bolívia	7
França	308	Equador	5
Tcheco Slovaquia	252	Albânia	4
Grã Bretanha	239	Pérsia	3
Holanda	218	Lichsteinten	2
Letônia	205	Irlândia	2
Austrália	180	Argélia	2
Japão	173	Abissínia	1
Yugo-Slávia	164	Colômbia	1
Heimatlos	162	Costa Rica	1
Turquía	155	Egíto	1
Suécia	136	Escócia	1
Paraguai	118	Guatemala	1
Chile	113	Nicarágua	1
Grécia	83	Oceania	1
Arábia	62	Panamá	1
Bélgica	48	São Domingos	1
Dinamarca	45	Marrocos	1
Estônia	39	TOTAL	65.073

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

DIRETORIA DE PRESÍDIOS E ANEXOS

I — CASA DE CORREÇÃO

1. MOVIMENTO DOS DETENTOS:

Ano		
1938	Existentes em 1.º de Janeiro	746
	Entrados durante o ano	1.750
	Saídos durante o ano	927
1939	Existentes em 1.º de Janeiro	823
	Entrados durante o ano	2.216
	Saídos durante o ano	1.353
1940	Existentes em 1.º de Janeiro	863
	Entrados durante o ano	2.234
	Saídos durante o ano	1.458
1941	Existentes em 1.º de Janeiro	776
	Entrados durante o ano	3.716
	Saídos durante o ano	2.897
1942	Existentes em 1.º de Janeiro	819
	Entrados durante o ano	4.016
	Saídos durante o ano	3.159
	Existentes em 31 de Dezembro	857

2. MOVIMENTO FINANCEIRO:

ANOS	RECEITA (Cr$)	DESPESA (Cr$)	SALDO (Cr$)
1941	1.467.704,90	1.337.873,30	129.831,60
1942	1.307.500,90	1.103.291,00	204.209,90

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLICIA

DIRETORIA DE PRESÍDIOS E ANEXOS

II — COLONIA PENAL AGRICOLA GENERAL DALTRO FILHO

Sentenciados existentes em 31-12-1942 595

Número de pessoas de famílias de sentenciados 178

PRODUÇÃO DA COLONIA PENAL

Área plantada		
	com arroz	120 quadras
	com feijão, milho e outros	50 quadras

Olaria : — 390.650 tijolos
Padaria: — 73.540 quilos de pão
Pesca : — 3.400 quilos de peixe

Receita no ano de 1942	Cr$	133.863,10
Despesa no ano de 1942	Cr$	133.241,20
Saldo para 1943	Cr$	621,90

III — MANICOMIO JUDICIARIO "DR. MAURICIO CARDOSO"

Reclusos em 31-12-1942		
	Homens	139
	Mulheres	14
	TOTAL	153

IV — REFORMATÓRIO DE MULHERES CRIMINOSAS

Mulheres existentes no Reformatório em 31-12-1942......... 38

V — CADEIAS MUNICIPAIS

Existência de presos nas cadeias municipais em 31-12-1942

Condenados definitivamente	201
Em apelação	94
Em processo	292
Detidos	73
Menores	4
Total	664

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

INSTITUTO MÉDICO LEGAL

EXAMES REALIZADOS EM PORTO ALEGRE — 1938/1942

ESPECIFICAÇÃO	1938	1939	1940	1941	1942
Lesões Corporais	757	962	1.067	1.182	1.064
Exames de sanidade	34	43	94	39	38
Necropsias	118	182	195	221	188
Verificação de óbitos	351	468	467	454	437
Acidentes do trabalho	323	327	297	402	528
Conjunção carnal	336	356	305	342	303
Atentados ao pudor	10	20	25	18	18
Verificação de idade	50	64	43	61	46
Verificações de embriaguez	5	19	10	16	11
Verificação de parto e abôrto	3	12	8	15	6
Verificação de moléstia venérea	—	—	3	4	2
Exames psiquiátricos	—	2	1	3	2
Pareceres diversos	2	5	5	6	4
Exames toxicológicos	13	54	77	67	48
Exames químicos legais	8	17	17	20	13
Exames radiológicos	—	149	162	225	253
TOTAL	2.010	2.680	2.776	3.075	2.961

REPARTIÇAO CENTRAL DE POLÍCIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ORGANIZAÇÃO ....

1. Seção de Identificação Civil e Criminal:
   - a — Portaria
   - b — Departamento de Identificação Civil
   - c — Departamento de Identificação Criminal
   - d — Prontuáriado e índice
2. Seção de Laboratório e Fotografia:
   - a — Laboratório Técnico
   - b — Fotografia
   - c — Arquivos Datiloscópico.

MOVIMENTO DE IDENTIFICAÇÕES

1938/1942

NA CAPITAL	Civis	60.190
	Criminais	5.302
NO INTERIOR	Civis	19.806
	Criminais	912
TOTAL DO ESTADO	Civis	79.996
	Criminais	6.214

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLICIA

DIRETORIA DO CORPO DE GUARDAS CIVIS

ORGANIZAÇÃO ....

1. Administração (Diretoria e Sub-Diretoria).
2. Serviços auxiliares.
   - a — Secretário Geral.
   - b — Contabilidade.
   - c — Almoxarifado.
   - d — Serviço de Saúde
   - e — Serviço de Transporte e Oficinas.
   - f — Escola de Instrução Policial.
   - g — Divisão especial.
3. Sub-Diretoria do Policiamento.

I — DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	1938	1939	1940	1941	1942
Serviço de rua, policiamento e trânsito	370	300	270	250	250
Quadro administrativo e serviços auxiliares ...	140	135	128	120	100
A disposição de diversas Repartições Públicas....	90	130	140	140	130
Afastados do serviço: Licenças, Férias, etc.	60	75	80	95	120
Divisão Especial	34	50	50	50	45
Serviço interno das Divisões	30	32	35	38	38
Nos Destacamentos da Capital	28	45	45	46	48
Destacados no interior do Estado	(—)	45	65	75	81

II — ESCALA DE SERVIÇO — ALTERAÇÕES VERIFICADAS

ANOS	NO POLICIAMENTO		
	de rua	de trânsito	especial
1938	87.600	47.450	6.846
1939	73.000	36.500	8.234
1940	69.350	29.200	9.139
1941	65.700	25.550	8.428
1942	73.000	18.250	6.313

III — SERVIÇOS PRESTADOS NO POLICIAMENTO

DISCRIMINAÇÃO	1938	1939	1940	1941	1942
Acidentes do trânsito atendidos	1.013	172	630	263	259
Armas apreendidas	618	436	319	162	98
Objetos achados e apreendidos	202	182	139	215	16
Prisões efetuadas	2.218	2.133	3.155	1.966	1.741
Diversas ocorrências atendidas	2.863	2.197	3.652	2.255	2.164

BRIGADA MILITAR

A gloriosa fôrça pública do Rio Grande prosseguiu, sob minha administração, as tradições que já a fizeram organização modelar, de merecido conceito dentro e fora do Estado. Briosa e disciplinada, com estrutura e aparelhamento definidos, é das instituições que menos preocupações causam ao governante que deseje mantê-la eficiente e vigilante no cumprimento de seus austeros deveres. Basta que se lhe concedam os elementos materiais indispensáveis e o confôrto moral da consideração a que faz jus, que se respeitem suas prerrogativas e os direitos de sua digna oficialidade, assim como os de suas praças e graduados, para que a valorosa Brigada Militar seja, como sempre, um esteio inquebrantável da ordem e da tranquilidade públicas.

Creio assim haver procedido, pois tive, inalteravelmente, a conciente e viva solidariedade e a espontânea dedicação desta fôrça armada apoiando minha ação governamental e assegurando a tranquilidade da familia riograndense.

O quadro seguinte mostra, ainda, que não decresceram, antes tiveram sensíveis aumentos, quer os efetivos, quer as despesas da milicia estadual, durante êste lustro de nossa vida.

EFETIVOS E DESPESAS — 1938/1943

ANOS	Efetivos	DESPESAS		
		Pessoal	Material	TOTAL
		Cr$	Cr$	Cr$
1938	6.645	21.629.299,00	3.898.000,00	25.527.299,00
1939	6.352	21.390.369,50	4.150.000,00	25.540.369,50
1940	6.371	21.466.236,00	3.977.000,00	25.443.236,00
1941 (x)	6.372	16.137.071,50	12.207.142,00	28.344.213,50
1942	6.374	17.657.312,70	12.967.792,00	30.625.104,70
1943	7.198	19.191.401,00	14.944.321,00	34.135.722,00

(x) (A variação nas verbas, a partir de 1941, decorre da passagem do quantitativo de etapas de verba "Pessoal" para a de "Material").

A tropa atual está integrada de 5 batalhões de caçadores, 1 batalhão de guardas, 4 regimentos de cavalaria, 1 centro de instrução militar, 1 corpo de bombeiros e 1 companhia de administração.

Os Serviços de Saúde e de Radiotelegrafia são constituidos de elementos especializados.

Para o julgamento de seus oficiais e praças em crimes militares, dispõe a Brigada de Justiça Militar reorganizada pelo decreto-lei n.º 47, de 19 de novembro de 1940, e composta de Conselhos de Justiça permanentes e especiais, e Côrte de Apelação.

Entre as mais importantes alterações, ocorridas na estrutura da Fôrça, depois de 1938, além da organização da Inspetoria Geral de Administração, da Diretoria Geral de Instrução e da Justiça Militar, destaco a transformação do Batalhão de Sapadores em Batalhão de Caçadores e a criação das 3as. Companhias nos 3.º e 4.º Batalhões de Caçadores, do 3.º Esquadrão do Regimento Bento Gonçalves e a transformação da Companhia de Guardas em Batalhão de Caçadores.

Com a criação da Diretoria Geral adquiriu maior incremento a instrução da tropa, que já vinha sendo objeto de cuidados especiais, dada a preocupação constante de manter a Fôrça em condições de eficiência compativeis com a sua situação de reserva do Exército.

A formação de quadros é realizada sob condições severas, sendo a seleção procedida, de preferência, entre o pessoal da tropa, exigindo-se que os candidatos possuam as qualidades morais, intelectuais e fisicas indispensáveis.

Em 1938, foram atualizados os regulamentos dos cursos de cabos e sargentos e de preparação militar, destinado à formação de oficiais, e criado ainda um curso de aperfeiçoamento para oficiais.

Em 1942 foi organizado o Centro de Formação de Quadros, constituido dos cursos de formação de oficiais, sargentos e cabos, tudo sob a direção da Diretoria Geral de Instrução, resultando dessa centralização incontestáveis vantagens práticas sob o ponto de vista do ensino militar.

Em quadro anexo figura o movimento anual de alunos aprovados nos diversos cursos, durante o quinquênio em exposição.

Entre os mais importantes empreendimentos levados a efeito no período, posso ressaltar:

1) a conclusão das obras do quartel do 1.º Regimento de Cavalaria, em Santa Maria, inaugurado em novembro de 1940, que dotou essa unidade de instalações amplas e confortáveis;

2) a construção do quartel do Batalhão de Guardas em Rio Grande, inaugurado em 1941;

3) a construção do edifício para a Farmácia Central e Laboratório de Pesquizas Clínicas, inaugurado em 1939;

4) a construção do Estádio "General Cipriano da Costa Ferreira", situado na Chácara das Bananeiras e inaugurado em 1941;

5) ampliações do quartel do Centro de Instrução Militar, na Chácara das Bananeiras, e do Hospital da Brigada, no Cristal.

Somente com a construção dos quarteis do 1.º Regimento de Cavalaria, do Batalhão de Guardas e edifício da Farmácia Central o patrimônio do Estado teve um acréscimo de Cr$ 3.400.000,00, pois êsses prédios estão avaliados respectivamente, em Cr$ 2.000.000,00, Cr$ ...... 1.200.000,00 e Cr$ 200.000,00.

O aparelhamento do Serviço de Saúde, teve, também, impulso considerável, sendo dotado, entre outros materiais, de gabinete de eletroterapia e radiologia, dispondo de raios X e "Manoel de Abreu", de um moderno Laboratório de Pesquizas Clínicas e de um gabinete de biometria.

BRIGADA MILITAR

EFETIVOS EM SERVIÇO DE POLICIAMENTO NO INTERIOR DO ESTADO
1938/1943

ANOS	Oficiais	Sargentos	Cabos	Soldados	TOTAL
1938	34	97	282	1.800	2.213
1939	37	110	310	1.883	2.340
1940	39	111	296	1.943	2.389
1941	33	99	277	1.824	2.233
1942	35	88	240	1.902	2.265
1943	50	109	294	2.182	2.635
SOMA	228	614	1.699	11.534	14.075

BRIGADA MILITAR

ALUNOS APROVADOS NOS DIVERSOS CURSOS
1938/1943

ANOS	Curso de formação de oficiais	Curso de formação de sargentos	Curso de formação de cabos	Curso de aperfeiçoamento de oficiais	Curso de F. de Of. de administração	TOTAL
1938	16	35	—	—	—	51
1939	—	66	92	40	—	198
1940	8	46	42	7	—	103
1941	45	23	87	7	—	162
1942	44	37	34	—	—	115
1943	—	73	246	—	8	327
SOMA .	113	280	501	54	8	956

DIRETORIA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

Extinto o Tribunal de Contas, criou o Govêrno a Diretoria das Prefeituras Municipais, por decreto de Agôsto de 1939.

A essa repartição foi conferida a atribuição de coordenar e orientar as administrações locais, tendo em vista os resultados colhidos pelos Departamentos das Municipalidades de outros Estados da Federação e os Advisory State Bords, instituidos nos Estados Unidos da América do Norte.

A falta de elementos técnicos levara as instituições comunais a uma série de defeitos que prejudicavam a evolução dos Municípios no sentido do aperfeiçoamento de seus órgãos administrativos.

O acêrto da criação dessa diretoria tornou-se evidente, em face da rápida evolução que se fez sentir, revelada pelos dados constantes dos demonstrativos anexos.

Instalada a Diretoria das Prefeituras, as finanças das Comunas melhoraram acentuadamente, passando a coleta de impostos e taxas a ser feita sob critério estritamente legal e a despesa dentro das consignações orçamentárias e créditos adicionais votados.

Estabelecido o império do orçamento, como base da administração, reconquistaram as instituições municipalistas o bom conceito da generalidade dos munícipes e foi possivel desenvolver uma política fecunda e renovadora.

Não apenas no setor orçamentário influiu preponderantemente a atuação da Diretoria. Votadas e postas em execução novas leis de contabilidade por meio de continuada assistência, inspeções periódicas, circulares, instruções e despachos, não se considerou a contabilidade como fim da administração pública. Paralelamente, procurou-se melhorar a legislação financeira e as próprias finanças comunais, visando o aperfeiçoamento de todo o mecanismo das administrações locais.

Um dos mais interessantes trabalhos da Diretoria das Prefeituras Municipais foi desenvolvido para dotar as Comunas de legislação tributária.

Longo trabalho de pesquiza foi realizado, analisando a tradição fiscal das Comunas, já que não dispunham de legislação sôbre o assunto.

Em Maio do corrente ano, e após três anos de estudos, concluiu-se o ante-projeto de Código Tributário, pôsto, então, à crítica dos interessados.

Antes, porém, já a Diretoria sistematizara os regulamentos de cada um dos impostos que integram as fontes de receita municipal, elaborando regulamentos padronizados, hoje em vigência. Idêntico trabalho foi feito com referência à Dívida Ativa, à contribuição de calçamento e outros ingressos.

Atualmente, elabora-se o projeto de regulamento dos quadros do funcionalismo municipal e o do aumento dos seus vencimentos.

Ainda grande número de leis, decretos e regulamentos, hoje em vigor, foram elaborados pela citada Diretoria, e o enorme vulto do seu expediente dá idéia clara dos serviços que vem prestando, como se constata de quadro anexo.

O gradual aperfeiçoamento das leis orçamentárias dos Municípios tem sido obra dessa Diretoria. Para êsse fim, destaca funcionários que dão assistência direta às Prefeituras, participando da construção das leis de Meios, e zelando pela estrita observância das normas e preceitos técnicos.

Também com a finalidade de atender suas atribuições, convocou a Diretoria duas conferências intermunicipais, realizadas a primeira em Caxias e em Pelotas a segunda, nelas se debatendo assuntos de interêsse das administrações edilícias e de alto benefício para o progresso daquelas regiões.

SECRETARIA DO INTERIOR

DIRETORIA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

Movimento do Expediente — 1939-1942

ANOS	PROTOCOLO	DESPACHOS DA			Corespon-dência
		Interventoria Federal	Secretaria do Interior	D.P.M.	
1939 (x) ...	3.733	98	11	930	1.061
1940	7.084	552	35	1.586	13.423
1941	7.245	1.158	612	4.255	16.582
1942	7.158	1.221	152	4.427	14.233
TOTAL	25.220	3.029	810	14.198	48.299

(x) Periodo de 14-7-39 a 31-12-39.

SECRETARIA DO INTERIOR

DIRETORIA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

Receita arrecadada e Despesa efetuada pelos municipios do Estado — 1937/1942

ANOS	Receita arrecadada	Índices Números	Despesa efetuada	Números Índices	DIFERENÇAS	
					Para mais	Para menos
	Cr$		Cr$		Cr$	Cr$
1937	108.331.520,00	100	104.921.289,00	100	3.410.231,00	—
1938	115.004.083,00	106	109.518.913,00	104	5.485.170,00	—
1939	133.101.299,00	122	139.393.893,00	132	—	6.292.599,00
1940	143.021.183.00	132	135.509.200,00	129	7.511.983,00	—
1941	144.249.672,00	133	134.382.469,00	128	9.867.203,00	—
1942	153.662.414,00	142	139.304.830,00	132	14.357.584,00	—

ESTATISTICA

Possue o Rio Grande rica tradição de culto à estatística, sendo conhecido como o único Estado que há mais de 15 anos dispunha, no Brasil, de uma completa rede de agências municipais, mantidas e dirigidas pelo órgão regional. Circunstâncias desfavoráveis, entretanto, levaram a que por mais de sete anos sofresse o aparelhamento estatístico de absoluto desinterêsse governamental. Passou a então Diretoria Geral de Estatística a viver apenas a vida oficial de figurar em orçamentos e fugidíos tópicos de relatórios. Sem apoio e sem estímulo, seus funcionários siquer podiam contar com o mais rudimentar e comezinho material de expediente.

Compenetrado da função capital dêsse serviço, sem o qual, nos dias que correm, nenhuma orientação política, social, econômica ou administrativa se torna possivel, cogitou meu govêrno desde primeiras horas de conferir ao órgão estatístico toda a assistência moral e material que lhe é indispensável.

Já criado o Departamento Estadual de Estatística, com caráter autônomo, em obediência à convenção nacional de 1936, foi radicalmente reformado e reconstituido em bases técnicas e sólidos elementos de ação, a partir de 1938.

As cifras orçamentárias, integralmente dispendidas, revelam, d'outra parte, o teor de sua expansão e atividade.

Ainda em 1937 a despesa de pessoal do Departamento atingia a Cr$ 767.760,00, enquanto as demais somente a Cr$ 94.102,60. Em 1939, estacionada a primeira, as demais passavam a 179 mil cruzeiros, por fôrça do contrato com os Serviços Hollerith. Já em 1939, o pessoal absorvia Cr$ 1.123.800,00 e Cr$ 340.000,00 as demais despesas. E para o corrente ano o orçamento consagra Cr$ 1.484.200,00 para pessoal e 604 mil para material e outras, inclusive 300.000 para aquisição, já efetuada, de prédio próprio para sede do Departamento. Confrontando, assim, o global das despesas da estatística em 1936/37 e em 1943, vamos de Cr$ 861.862,00 para Cr$ 2.088.800,00 e ficamos dispensados de outros comentários.

Não me parece possivel descrever, nestas linhas, a multiforme atuação do atual Departamento de Estatística. Técnicamente subordinado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é, por fôrça de lei, o órgão regional de execução de todas as iniciativas e empreendimentos das repartições centrais de estatística. Atende, em consequência, a enorme soma de atribuições que estas lhe conferem e, ainda, a inumerável e constante solicitação de dados e inquéritos de quaisquer autoridades públicas e entidades privadas.

A par de tão intensa atuação, desenvolve largo programa de pesquizas de interêsse particular do Rio Grande, procurando apreender e registrar todos os fenômenos econômicos, sociais e administrativos do Estado.

Disso oferece prova robusta a lista de publicações feitas pelo Departamento e gratuitamente distribuidas, durante o período de meu govêrno:

Ano	Publicação	Páginas
1938	Resumo Histórico da Estatística do R. G. do Sul — Albano Gaspar de Oliveira	38 págs.
1938	Rio Grande do Sul — Síntese histórico-estatística — Aurélio Limeira Tejo	20 "
1938	Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul (ano de 1937)	129 "
1939	Estatística Industrial do R. G. do Sul (ano de 1937)	182 "
1939	Exportação Geral do Estado em 1938	47 "
1939	Comércio Exterior do Estado em 1938	40 "
1939	Exportação Geral do Estado no 1.° semestre de 1939	28 "
1939	O Comércio Interno do Brasil e a Fase de Recuperação da Economia Nacional — Pedro Barreto Falcão	21 "
1939	Anuário Demográfico do Estado (ano de 1938)	180 "
1939	Estatística Bancária do Rio Grande do Sul (ano de 1938)	50 "
1939	Município de Canôas	27 "
1939	Município de Sarandí	27 "
1940	Estatística Bancária (ano de 1939)	50 "
1940	Exportação Geral do Estado em 1939	40 "
1940	Exportação Geral do Estado no 1.° semestre de 1940	42 "
1940	Sinopse Estatística de Pôrto Alegre (Comemorativa do Bi-Centenário)	317 págs. e 34 gráf.
1940	Anuário Demográfico do Estado (ano de 1939)	240 págs.
1941	Exportação Geral do Estado em 1940	43 "

1941 — Exportação Geral do Estado no 1.º semestre de 1941 35 "
1941 — Anuário Estatístico do Estado — Vol. 1.º — Situação Física e Demográfica (ano de 1940) .... 186 "
1941 — Anuário Estatístico do Estado — Vol. 2.º — Situação Econômica .... 254 "
1941 — Anuário Estatístico do Estado — Vol. 3.º — Situação Social .... 207 "
1942 — Tábuas Itinerárias do Rio Grande do Sul . . 72 págs. e 13 mapas
1942 — Anuário Estatístico da Exportação — Dados de 1920 a 1941 .... 311 págs.
1943 — Divisão Administrativa e Judiciária do Rio Grande do Sul (contendo também a Divisão Eclesiástica, o desenvolvimento histórico e cronológico da divisão municipal e o prontuário das cidades, vilas e sedes de zonas do Estado) .... 81 págs. e 6 mapas
1943 — Estatística Judiciária do Rio Grande do Sul — Movimento Judiciário, Transmissão de Propriedades e Registros Públicos (Anos de 1939/1941) .... 180 págs.

A tais resultados chegou o organismo estatístico graças à dedicação de seu corpo funcional e ao cuidado que tem merecido a rede das agências municipais. Os maiores esforços têm sido envidados para melhorar e capacitar os agentes locais coletores dos elementos e informações estatísticas, submetendo-os a constante fiscalização e a estágios de habilitação e aperfeiçoamento. A partir do exercício atual o orçamento consigna ainda verba para gratificar as pessoas que desempenhem funções de sub-agentes nas sedes distritais, afim de completar o aparelhamento de coleta. É o Rio Grande a primeira unidade federativa que assim procede e será, portanto, a que gozará de mais perfeita organização estatística.

A sede do Departamento, agora em prédio próprio, dispõe de todo o material necessário e de excelente instrumental.

Ainda no setor estatístico merecem menção especial a Diretoria de Estatística Educacional, órgão especializado da Secretaria da Educação, também perfeitamente organizado e em proficiente atividade, e a Seção de Estatística Policial, criado em 1940 na Repartição Central de Polícia, que já começa a dar ótimos resultados, essenciais, aliás, para qualquer orientação e administração policiais eficientes.

FINANÇAS

O substancial aumento das receitas públicas, sem base em majoração sensível das tarifas tributárias; a tranquilidade, a confiança e harmonia reinantes nas classes produtoras em suas relações com fisco; a prudência aos recursos do crédito; o relativo equilíbrio entre as receitas e as despesas, mau grado circunstâncias dificeis e desfavoráveis — representam, a meu ver, os melhores critérios para ajuizar de uma organização fazendária e financeira.

A análise da situação riograndense, sob tais prismas, há de atribuir-lhe o merecido louvor.

Em cinco anos, cresceram as arrecadações em 64%, passando da casa dos 262 milhões de cruzeiros, para a dos 433 milhões. E a contra-prova do asserto acima lançado, repousa em que elas se operaram em todas as fontes, mesmo nas que nenhum aumento de tarifas gozaram.

Assim, por exemplo, quanto ao imposto territorial. E' o Rio Grande um dos Estados em que, sabiamente, menor taxa tributária vigora: enquanto S. Paulo cobra, em geral, um imposto calculado à razão de 1,25% sôbre o valor venal da propriedade, enquanto em Minas Gerais a tarifa oscila entre 1 e 4%, entre nós ela varia do 0,45 a 0,80, sendo as de 0,45 e 0,50% as mais frequentes.

Ainda assim, tal espécie fiscal subiu de 9.435.000 cruzeiros para 15.300.000 ou sejam, 62% de aumento.

O de exportação, apezar das inúmeras isenções vigorantes e de sua baixa tarifa, uma das menores no Brasil, alcançou a 15 milhões e 573 milhares de cruzeiros, no último ano, vindo de 7 milhões, 795 mil, em 1933, o que representa o crescimento de 100% no decênio.

Quanto a êste tributo, deve ser ressaltado o palpável declínio de que gozou o gravame tributário de nossas exportações. Ao passo que em 1933 o ônus fiscal — imposto propriamente dito, mais o de um centavo em favor das Associações Comerciais — alcançava 1,91% do valor da mercadoria, e em 34, 35 e 36 subia para 2,18, 2,79 e 2,22%, chegou, em 1942,

apenas a 0,99% — isto é, desceu à metade do que era no primeiro ano e quasi à terça parte do que foi nos seguintes.

O Rio Grande é, por isto, das unidades federativas, a que mais facilmente pode prescindir dêste tributo a partir do ano próximo, como determina a lei, pois, excetuado S. Paulo, que o não arrecada sob êste título, nenhuma outra nele obtem menor percentagem sôbre o global das receitas impositivas.

Idêntica impressão fornece o exame de qualquer outro imposto, frisada sempre a circunstância de que, quando majoração ocorreu na tarifa , o aumento das arrecadações se mostrou, sem exceção, mais do que proporcional.

No de transmissão "causa-mortis": de 2.129 milhares, em 933, para 5.886 milhares, em 942 — 177% maior;

no de transmissão "inter-vivos": de 6.296 milhares, para 19.075 milhares, 203% mais alta;

no de indústrias e profissões: de 8.259 milhares, para 20.121 — 136%;

no do sêlo: de 4.009 milhares, para 12.781 — 219% maior;

e no de vendas e consignações, de 32.821 milhares, em 1936, seu primeiro ano de vigência, para 109.482 milhares, o que significa 234% de aumento em 7 anos, quando sua tarifa subiu, no período, apenas de 1 para 1,25%.

Particularmente digna de registro é a curva ascencional dêste tributo, pois que constitue, na atual discriminação de rendas, a coluna mestra da estrutura fiscal das unidades brasileiras, representando, no Rio Grande, 53,47% do montante das arrecadações de taxas e impostos.

A constante elevação dessas receitas não podendo ser levada à conta, como demonstramos, de aumentos tarifários, deve ser explicada, em consequência, por outras causas. Foram estas a progressiva valorização dos bens e propriedade, tão caracterizada nos últimos anos, e, muito em especial, o melhor funcionamento do mecanismo fiscal. A tal aprimoramento, à ampliação e à vigilância do corpo fiscalizador, à imparcial exigência no abranger todos os contribuintes, sem favores ou exceções pessoais — manda a justiça atribuir larga margem de eficiência.

Tais preocupações consubstanciaram o programa fazendário de meu govêrno, a respeito das receitas públicas. Foi seu complemento, uniforme e inalteravelmente cumprido, o da harmonia entre o contribuinte e o fisco. Instruções que honram nossa administração fiscal reiteraram os princípios

de cordura, tolerância e urbanidade a serem observados pelos exatores. A ação fiscalizadora deve orientar-se no sentido de instruir e esclarecer o contribuinte, chamando-o persuasivamente ao cumprimento de seus deveres.

Dizem os resultados, assim com o ambiente de cordial entendimento entre as classes conservadoras e a Fazenda, do mérito e da rigorosa execução de tal programa, assim como do perfeito funcionamento do organismo fiscal do Rio Grande.

Se de outras comprovações ainda necessitássemos, a tal respeito, no-la forneceria o quadro referente à cobrança da dívida ativa. Aqui também, usando do mesmo critério de imparcialidade e de brandura e liberalismo, conseguiu-se passar da arrecadação de 4.337 milhares de cruzeiros, em 1937, para 9.249 milhares, no ano findo, aumento superior a 100% altamente revelador da atividade e vigilância funcionais, pois que a nenhum outro motivo pode ser atribuido.

Representam as receitas tributárias quási a metade do total dos recursos financeiros do Rio Grande. Segue-se-lhe imediatamente em importância a renda industrial que, em média, contribue com 40% para o conjunto, provindo os restantes 10% de receitas extraordinárias.

Se do exame das primeiras passarmos ao daquelas, veremos que não menos salutar foi o ritmo do crescimento dos recursos procedentes da atividade industrial do Estado. Se as arrecadações tributárias, em conjunto, cresceram 194% no decênio, e de 124 e meio milhões de cruzeiros, em 1937, para 204 milhões e 738 mil, em 1942, as industrias subiram 122% a partir de 1933, passando, no último lustro, de 111.495 milhares de cruzeiros para 172.217.

Infere-se do exposto, portanto, que não estacionaram as fontes dêsses proventos, derivados dos serviços públicos de fundamental importância para a economia gaúcha: especialmente a Viação Férrea e os portos de Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre. Na primeira as receitas subiram de 104.117 milhares de cruzeiros, em 1938, para 151.352, no último exercício, ou sejam quási 50% de aumento; no pôrto de Rio Grande, nos mesmos anos, registrou-se o crescimento de 4.733 milhares de cruzeiros para 6.123; no de Pôrto Alegre o de 7.394 milhares para 9.555, e no de Pelotas, concluido e inaugurado sob minha gestão em 1940, a renda passou

de 1.784 milhares para 2.160 em 1942. Também a Imprensa Oficial, embora com menor vulto, apresenta auspiciosa progressão vindo de 402 milhares de cruzeiros para 1.112, quási 200%.

Aspecto merecedor de menção é o decorrente da análise entre as previsões orçamentárias e a efetividade das arrecadações, neste quinquênio.

Sensiveis as diferenças para menos, nos primeiros anos, diminuem após e finalmente em 1942 manifesta-se a inversão do fenômeno, havendo excesso ou saldo, em confronto com a estimativa da lei.

Assim, em 1938, dos 305.741 milhares de cruzeiros previstos, somente 287.077 milhares entraram para os cofres públicos, ou sejam menos Cr$ 18.664.000,00 devendo lançar-se à má avaliação quanto à receita tributária, feita em 1937, o aparente insucesso, pois que, nesta categoria do orçamento, houve uma arrecadação de 25.000.000 cruzeiros a menos na previsão.

Encontra o engano razoável explicação no fato de haver sido esta a primeira estimativa que se fazia sob a nova discriminação de rendas, posta em vigor pela Constituição de 10 de Novembro, e, portanto, suscetível de múltiplas surpresas.

Em 1939, novamente, obtiveram-se, no conjunto menos 21 milhões de cruzeiros, mas, quanto à receita tributária o engano de cálculo baixou a 11.400 milhares, denotando já o maior acuro da previsão.

Em 1940, a arrecadação total é apenas 6.000 milhares inferior à estimada, inteiramente atribuível à previsão da renda extraordinária, pois que, quanto à ordinária, já se verifica um excesso de 4.000.000 sôbre o cálculo do orçamento, devido, especialmente, à arrecadação tributária, superior em 7.000.000 de cruzeiros à proposta.

No ano seguinte registra-se nova queda em relação ao previsto, sendo superior a 10.000.000 de cruzeiros a diferença para menos. Tem o fato explicação plena no flagelo da enchente que assolou, então, o Estado paralizando o tráfego ferroviário e rodoviário por longas semanas, e diminuindo-lhes as cargas, determinou enorme contração em diversas fontes de receita.

Já em 1942 colhe o Govêrno, entretanto, os frutos de sua prudência e vigilância orçamentárias. Prevista a arrecadação de 357 milhões alcan-

çam-se, realmente, 433 milhões — ou sejam 76 milhões de superavit, devido quási totalmente, aos excedentes nas receitas tributária e industrial.

Em consequência, mesmo incluidos os exercícios de 1938 e 1941, embora a previsão daquele se haja processado em 1937, sob condições excepcionalmente dificeis, e apezar dêste haver sido profundamente perturbado em sua execução pela calamidade da enchente, sinto-me satisfeito ao apurar que foram maiores as arrecadações do que as importâncias orçadas, no conjunto dos cinco anos.

ANOS	RECEITAS		DIFERENÇAS PARA + OU PARA —
	ORÇADA	ARRECADADA	
	Cr$	Cr$	Cr$
1938	305.741.826,00	287.077.259,60	— 18.664.566,40
1939	349.167.287,00	328.065.661,72	— 21.101.625,28
1940	346.745.000,00	340.601.087,36	— 6.143.912,64
1941	360.355.782,00	349.736.076,60	— 10.619.705,40
1942	357.254.933,80	433.267.977,50	+ 76.013.043,70

Saldo positivo entre as arrecadações e as previsões no quinquênio .... + 19.483.234,00

Feita a exposição das ocorrências relativas às arrecadações da receita, coloquemo-las em face das despesas efetivas do quinquênio afim de retraçar, lisamente e sem subterfúgios, o panorama da situação financeira e patrimonial do Estado.

A leitura dêste relatório, na parte referente às diversas Secretarias e Departamentos da administração, revelou a vastidão da obra realizada e a envergadura dos empreendimentos levados a cabo.

Frisemos mais uma vez, entretanto, esquemàticamente, as causas que determinaram o progressivo aumento dos gastos públicos, neste período:

a) o precário estado do aparelhamento na totalidade dos serviços e repartições, em 1937, carecedores, quási, sem exceção, de abundante

material; muitos departamentos da administração até da ausência de material de expediente se ressentia;

b) imperiosa necessidade de ampliar os serviços e criar órgãos inexistentes para colocar o Estado à altura da sua missão e dos reclamos da coletividade, especialmente quanto à instrução, higiene, rodovias, mineração, fomento agrícola;

c) aumento de pessoal técnico capaz de realizar tarefas primordiais da administração moderna: — engenheiros, médicos, químicos, agrônomos, mineralogistas, professores, etc.;

d) reajustamento dos vencimentos do funcionalismo, operado em 31-12-1938;

e) reflexos da guerra, especialmente quanto à vertiginosa elevação nos preços de utilidades e serviços indispensáveis à atividade pública;

f) danos excepcionais decorrentes das cheias de 1941.

O vulto das obras e dos empreendimentos cumpridos, como o esclarecem os relatórios parciais, e a ação dessas causas, revelam-se nos aumentos de despesas registrados nos principais setores administrativos: — entre 1938 e 1942 — na educação e instrução públicas 78,47 %, na saúde e higiene, 73,24 %; com os serviços de amortização e juros da dívida, 106,76 %; nas obras de utilidade pública, especialmente estradas rodoviárias, 167,35 %. Relembremos que o Govêrno dispendeu neste lustro apenas, em instrução e rodovias, mais do que todas as administrações anteriores, desde a proclamação da República. Relembremos que de 1937 para 1938 as despesas de construção de estradas cresceram 4.144 % !

Isto posto, vejamos o comportamento das finanças ao longo dos 5 anos:

ANOS	Receita arrecadada, exclusive as operações de crédito	Total da despesa efetuada, incluindo as suplementações e créditos especiais	Diferença para + ou — entre a arrecadação orçamentária e o total das despesas
	Cr$	Cr$	Cr$
1938	287.077.259,60	317.103.601,50	— 30.026.341,90
1939	328.065.661,72	323.365.315,20	+ 4.700.346,52
1940	340.601.087,36	365.663.521,25	— 25.062.433,89
1941	349.736.076,60	384.736.002,90	— 34.999.926,30
1942	433.267.977,50	465.345.239,40	— 32.077.261,90

Passemos à análise de cada um dos exercícios, para explicar e justificar as ocorrências.

EXERCICIO DE 1938 :

Ainda deve estar presente à memória dos riograndenses a situação administrativa e financeira do Estado, em 1937, quando se processou a elaboração do orçamento que recebí, em março de 1938, para lhe dar execução.

As disponibilidades de Cr$ 19.313.357,60 existentes em 20/10/1937 eram largamente absorvidas por uma dívida flutuante de 83.177.826 cruzeiros, dos quais nada menos de 43 milhões de imediato resgate. Não entregara o Estado vultosas quantias que recolhera com destinação especial, tais como 8.311 milhares de cruzeiros ao Instituto de Carnes (taxa de cooperação), 10.817 milhares ao Instituto de Previdência (contribuição de várias anuidades), mais de 2.100 milhares às Associações Comerciais de Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas (taxa de 1 centavo sôbre a exportação). Desde o 1.º semestre de 1932 não pagava o Tesouro os juros das Apólices correspondentes à Encampação do Banco Pelotense, jamais realizara a distribuição dos 400.000 cruzeiros de prêmios semestrais, nem os 2 resgates anuais de títulos a que legalmente se obrigara, responsabilizando-se, em consequência, pelo extremo aviltamento das cotações dêsses títulos.

Havia, ainda, milhões de cruzeiros devidos por fornecimentos de materiais à administração, atrazados de muitos anos.

A lei de meios, confeccionada sob a atmosfera dos acontecimentos políticos da época, em meio à confusão e desajustamento administrativos e, d'outra parte, sob o novo regime de discriminação de rendas da Carta de Novembro, previa um déficit de 16 milhões e 660 mil cruzeiros, três vezes menor, seja dito, do que o constante da proposta enviada à Assembléia pelo govêrno anterior.

O déficit orçamentário de Cr$ 16.660.050,60, transformou-se, encerrado o exercício, no déficit financeiro de Cr$ 30.026.341,90.

Esta diferença, à primeira vista impressionante, encontra justificativa:

a) na diminuição de Cr$ 18.664.566,90 das arrecadações, em face das estimativas, já suficientemente explicada;

b) na abertura de créditos suplementares, créditos adicionais e no déficit da Viação Férrea, nos seguintes montantes:

1) Créditos suplementares	Cr$	25.217.202,40
2) Créditos adicionais	Cr$	3.133.126,90
3) Déficit da V. Férrea	Cr$	4.507.042,20

Êste último tem cabal explicação nas despesas de construção da variante Barreto-Gravataí, e foi coberto pela emissão de apólices.

Quanto aos créditos suplementares, sua enumeração abaixo os fundamenta claramente: derivaram de imperiosas necessidades, estadeadas naquele primeiro ano de gestão, já oriundas de encargos antigos, já de reorganização de serviços, aparelhamento material de outros e início de novos empreendimentos.

Eis como se discriminam os créditos aludidos:

		Cr$
a)	ao pagamento de contas de exercícios anteriores	4.728.884,50
b)	ao resgate de cupons vencidos no Empréstimo Encampação	3.279.325,00
c)	aumento de despesas do D.A.E.R.	5.000.000,00
d)	idem, idem do ensino	1.862.469,80
e)	reorganização dos quadros das diversas Secretarias e aparelhamento de material	7.323.863,40
f)	aparelhamento do Pôrto da Capital	1.015.000,00
g)	eventuais	1.200.000,00
h)	outras despesas	807.659,70
		25.217.202,40

Para estabelecer o equilíbrio financeiro, realizou o Estado empréstimos no total de Cr$ 27.222.468,30.

EXERCÍCIO DE 1939:

	Cr$
Previsão da receita	349.167.287,00
Previsão da despesa	348.781.485,25
Superávit orçamentário	385.801,75
Arrecadação efetiva	328.065.661,72
Despesa realizada	323.365.315,20
Superávit real	4.700.346,52

Devo destacar que, para o resultado acima, foi decisiva a política de

não esgotar as verbas orçamentárias, expressa no fato de haver sido a despesa efetuada inferior à orçada em Cr$ 25.416.170.00.

Com isto, entretanto, não se pode inferir que tenha sofrido qualquer retração a obra iniciada no ano anterior. Muito ao contrário, prosseguiu sem desfalecimento o programa de aparelhamento e espansão dos serviços, comprovado pelo índice de crescimento dos dispêndios com o ensino, que foram 41, 76% mais elevados do que em 1938, com a construção de estradas, 23,66% maiores do que no exercício precedente, e com a saúde pública, que subiram 112,98%.

EXERCÍCIO DE 1940:

	Cr$
Previsão da receita	346.745.000,00
Previsão da despesa	369.708.718,46
Déficit orçamentário	22.963.718,46
Receita arrecadada	340.601.087,36
Despesa efetuada	365.663.521,25
Déficit financeiro	25.062.433,89

É necessário esclarecer, entretanto, que a despesa propriamente orçamentária do exercício, mesmo incluindo as suplementações de diversas verbas, montou somente a Cr$ 352.339.807,45, correndo por conta de créditos especiais os restantes Cr$ 13.323.713,80.

Dêstes, a parcela de Cr$ 10.522.421,70 foi destinada à execução do grandioso plano das reconstruções escolares, então iniciado, e, em consequência, atendido pelo chamado "Empréstimo Educação".

Com êste recurso, mais o do auxílio federal (de quási um milhão de cruzeiros) também para o mesmo objetivo, e ainda com a aplicação do superávit de 4.700 milhares do exercício anterior, foi alcançado o equilíbrio financeiro.

Também não sofreu a situação patrimonial pois que o empréstimo se converteu em edifícios públicos escolares.

EXERCÍCIO DE 1941 :

	Cr$
Previsão da receita	360.355.782,00
Previsão da despesa	382.016.421,00
Déficit orçamentário	21.660.639,00
Receita efetiva	349.736.076,60
Despesa efetuada	384.736.002,90
Déficit financeiro	34.999.926,30

É, como se vê, o exercício de peiores resultados financeiros de minha gestão.

Sua justificação, entretanto, assenta nos mais legítimos e seguros fatores.

Primeiro, no decréscimo de Cr$ 10.619.705,40 nas arrecadações, em face das estimativas. Esta deficiência das receitas procede, como já expuz, especialmente das consequências da enchente, ocorrida nesse ano, sôbre a viação férrea que teve o tráfego inteiramente paralizado por longas semanas e diminuido por muito tempo. Também sôbre a taxa da Barra determinou a restrição dos transportes diminuição de sua produtividade que, orçada em 4 milhões, mal ultrapassou a casa dos dois milhões de cruzeiros recolhidos.

Êste primeiro elemento de desequilíbrio promana, portanto, de fôrça maior, inteiramente alheia à vontade humana.

Em segundo lugar, alinha-se o grande vulto dos créditos especiais utilizados no exercício, aplicados em grandes obras rodoviárias e escolares e, outros, no ressarcimento dos danos ocasionados pela cheia.

A despesa propriamente orçamentária alcançou apenas, incluindo as suplementações de verbas, a Cr$ 352.284.123,30, atingindo a Cr$ .... 32.451.879,70 os créditos especiais e extraordinários.

Êstes assim se distribuiram e justificam :

	Cr$
a) Pelos recursos do Empréstimo Rodoviário, para o plano do D.A.E.R.	18.474.039,80
b) Pelos recursos do Empréstimo Educação, para as construções escolares	1.758.228,90

c)	Pelo auxílio do Govêrno Federal, para a mesma finalidade	1.009.074,60
d)	Pelos recursos do empréstimo com a Caixa Econômica do Distrito Federal	9.210.446,40
e)	Por excedentes de operações de crédito . .	2.000.090,00
	Total dos créditos especiais e extraordinários	32.451.879,70

EXERCÍCIO DE 1942 :

	Cr$
Previsão da receita	357.254.933,80
Previsão da despesa	378.679.209,40
Déficit orçamentário	21.424.275,60
Receita arrecadada	433.267.977,50
Despesa efetuada	465.345.239,40

Seja pôsto em relêvo, entretanto, que a despesa orçamentária propriamente dita, inclusive as suplementações de verbas, foi de Cr$ .... 394.654.938,50 e que, portanto, em face da receita realmente obtida, houve um saldo favorável para o erário de Cr$ 38.613.039,00.

A despesa por créditos especiais alcançou Cr$ 70.551.100,90 e foi atendida e justificada pela seguinte forma:

		Cr$
a)	Pelos recursos do Empréstimo Rodoviário	41.936.372,70
b)	Pelos recursos do Empréstimo com o Banco do Brasil, determinado pela enchente	13.165.000,00
c)	Pelos recursos do Empréstimo com a Caixa Econômica D/F, contraído em 41 . .	2.997.333,30
d)	Pelos recursos do excesso de arrecadação sôbre a despesa orçamentária . .	12.452.394,70

Para ocorrer às despesas com os créditos especiais, obteve o Estado empréstimos no valor de Cr$ 90.665.000,00.

Em consequência, encerra-se êste exercício com os seguintes saldos entre os recursos financeiros e as despesas globais.

	Cr$
Saldo entre as arrecadações e as despesas orçamentárias, mais a de créditos suplementares e parte dos especiais	26.160.644,30
Saldo entre os recursos de empréstimos e as despesas de créditos adicionais	32.556.293,80
Total dos saldos financeiros do exercício	58.716.938,10

OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO QUINQUÊNIO:

Recapitulando e resumindo a exposição acima, verifica-se que os extraordinários encargos de minha administração, toda aplicada à construção de obras de grande projeção social e econômica sôbre o futuro, como as relativas ao ensino, à saúde pública e à rede rodoviária do Estado, levaram o Govêrno, muito legítima e justificadamente, a lançar mão dos seguintes empréstimos internos, para atender as finalidades abaixo indicadas:

		Cr$
1)	Encampação da dívida de S. Leopoldo, derivada da construção da faixa de cimento a Pôrto Alegre (emissão de apólices)	5.600.000,00
2)	Conclusão da Variante ferroviária Barreto - Gravataí (emissão de apólices)	7.650.000,00
3)	Construção de prédios escolares (parte em apólices e parte em dinheiro, C. Econômica R. G. Sul)	15.000.000,00
4)	Construção rodoviária (em 1938) — (emissão de apólices)	5.000.000,00
5)	Diversas obras de utilidade pública (em m/c, garantido c/ apólices — Caixa Econômica R. G. Sul)	27.000.000,00
6)	Encampação da dívida de Gravataí, derivada da construção da faixa de ci-	

	mento a Pôrto Alegre (emissão de apólices)	2.750.000,00
7)	Rede rodoviária (emissão de apólices) .	90.000.000,00
8)	Restauração econômica, para despesas extraordinárias da enchente de 41 e serviço de dívidas municipais vencidas e avalizadas pelo Estado (em m/c, com caução de apólices — Caixa Econômica R. G. Sul)	40.000.000,00
9)	Restauração de obras e serviços públicos estaduais e municipais danificados pela enchente de 41, assistência social às vítimas dessa calamidade (em m/c, no Banco do Rio Grande)	32.413.691,30
	Total dos empréstimos	225.413.691,30

Vê-se desta relação que nada menos de 111 MILHÕES DE CRUZEIROS se destinaram à construção e conservação de estradas rodoviárias e variantes ferroviárias; 27 MILHÕES a outras obras de utilidade pública; 15 MILHÕES a prédios escolares e 72 MILHÕES e 400 MIL a prejuizos, despesas extraordinárias e assistência social motivados pelo flagelo de 1941.

DÍVIDA PÚBLICA

O relatório da Secretaria da Fazenda presta minudentes informações e esclarecimentos sôbre as oscilações e a posição da dívida pública, registrados nos cinco anos em exame.

Desejo aqui apenas frisar a preocupação que passou a ter o Estado quanto à rigorosa pontualidade no cumprimento de suas obrigações legais ou contratuais, quer a respeito do serviço de juros, quer acêrca de resgates, prêmios, sorteios e amortizações das dívidas.

Tabelas foram organizadas, referentes a todos êsses serviços, em conformidade com os decretos de emissão dos empréstimos, e a fiel observância dos encargos deu em resultado o alevantamento do crédito público estadual e a alta cotação de todos os seus títulos.

Para assim honrar seus compromissos, dispendeu o govêrno no lus-

tro sob minha direção, as seguintes importâncias, cujos números índices falam eloquentemente:

SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA — 1938/1942

ANOS	Resgate e Amortização	N.ºs índices	JUROS	N.ºs índices	TOTAIS	N.ºs índices
	Cr$		Cr$		Cr$	
1938	2.313.000,00	100	11.509.999,50	100	13.822.999,50	100
1939	516.500,00	22	10.897.132,30	95	11.413.632,30	82
1940(*)	17.586.788,10	760	9.743.812,00	85	27.330.600,10	198
1941	9.535.972,10	412	24.653.263,70	214	34.189.235,80	247
1942	10.215.774,30	442	27.522.662,70	239	37.738.437,00	273

(*) A elevação que se verifica, neste ano, quanto às importâncias de resgate, explica-se pelo pagamento de diversos vencimentos atrasados, afim de permitir a normalização dos serviços.

Como se depreende da exposição anterior, não houve recurso do crédito externo. A situação do Estado, em relação a êste, melhorou, d'outra parte, sensivelmente nos 5 anos, já porque seus serviços de juros e amortização foram retomados a partir de Março de 1940, de acôrdo com o chamado "esquema Souza Costa" e mantidos a rigor os compromissos, e já porque teve prosseguimento a política da aquisição de seus títulos.

Assim, além dos US$ 11.646.000,00 comprados durante o govêrno F. da Cunha, adquirimos US$ 6.926.000,00, de 1938 para cá, havendo 3 Prefeituras Municipais tomado US$ 919.000,00 de novas compras. Somadas estas parcelas, teremos US$ 19.491.000,00 como total de diminuição de nossas responsabilidades para o estrangeiro.

Positivando esta liberação de compromissos, fizemos incinerar, em Abril do ano passado, títulos da dívida externa representativos de Cr$... 12.748.500,00. A média de aquisição dêsses títulos foi de Cr$ 3.852,90 por apólice de 1.000 dolares.

CONCLUSÕES

Concluindo esta prestação de contas, não me privo de chamar a atenção para os seguintes pontos e circunstâncias, muitas das quais, já realçados em outros tópicos desta narrativa:

1) A absoluta lisura, franqueza e sinceridade que presidem toda a vida financeira de meu govêrno. Jamais se recorreu aqui ao estafado expediente de fementidos equilíbrios orçamentários, tão fáceis de alcançar e demonstrar. Preferiu-se, invariavelmente, confessar o desfavor das previsões, ao invês de forçar estimativas na receita ou encurtar verbas de despesa. Cumprindo o orçamento, jamais receiamos lançar mão das suplementações e dos créditos adicionais que o andamento e as necessidades dos serviços impunham, colocando assim os reclamos da coletividade acima da vaidade de apresentar saldos financeiros.

2) A completa, perfeita e rigorosa aplicação das verbas e suas destinações. Repudiou-se a falsidade de escrever verbas sem finalidade, pois que intangidas no decurso do exercício.

As dotações são propostas de acôrdo com as exigências dos diversos órgãos e encargos da administração. Não usá-las, afim de garantir equilíbrio final com as arrecadações, representa estagnar a máquina do Estado, paralizar os serviços em detrimento do bem público.

Ao contrário disto, como acima se diz, as verbas foram geralmente esgotadas, durante minha gestão, e ainda reforçadas e acrescidas por créditos especiais, pois que o reclamava o ritmo da atividade governamental.

3) A aplicação dos créditos adicionais que geraram os empréstimos internos. Os relatórios parciais, especialmente os da Secretaria da Educação, Departamento Estadual de Saúde e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, precisam minudentemente o vulto das realizações que o ensino, a higiene e a rodoviação registraram em cinco anos. Igual impressão se colhe do labor da Secretaria da Agricultura, da Viação Férrea e da Secretaria de Obras Públicas. Trata-se, em todos os casos, de cometimentos que se projetam no tempo, de obras que frutificarão no fu-

turo, mais do que nos dias correntes. Lenta e longa é a ação do ensino e da saúde; o Rio Grande de amanhã, somente, colherá a messe que agora semeamos, quando tiver filhos mais instruidos, saudáveis e áptos que os de hoje. Estradas de ferro e de rodagem produzem imediatamente, ativando a circulação da riqueza e propiciando seu incremento. Mas produzem também mediatamente, porque se perpetuam e com elas os resultados econômicos e o surto material da civilização. O mesmo se há de dizer do fomento e da assistência, quer agrícola como pastoril, assim como das demais iniciativas de utilidade pública: obras de portos, dragagem de canais interiores, estudos hidrográficos, saneamento e urbanismo.

Em todas estas hipóteses o recurso ao crédito não só é legítimo, como se impõe como mandamento de lógica, de sabedoria e de ciência administrativa e financeira. Absurdo seria proceder d'outra forma, atirando exclusivamente sôbre os ombros do contribuinte atual os ônus que irão aproveitar exercícios e gerações vindouras, na proporção das vantagens que desfrutam. Tal foi a orientação que norteou a política de meu govêrno e que se espelha na exposição financeira acima traçada.

4) No total de 225 mil milhares de cruzeiros de empréstimo, 72 milhões — ou sejam 30% tiveram causa nos prejuizos das cheias do ano de 1941. Também aqui me amparo nos ensinamentos da lógica e da ciência que, em semelhantes eventualidades, justificam o recurso ao crédito, afim de que a soma dos prejuizos se dilua através de múltiplos exercícios, ao invés de esmagar o contribuinte atual, já flagelado pela calamidade ocorrida. E, do mesmo passo, demonstro que a têrça parte da dívida contraida teve origem em circunstância funesta, acima de previsão e de vontade governamentais ou humanas.

5) Pouco tenho aludido à guerra e seus reflexos sôbre a situação econômica e financeira do Estado. Assim o faço porque talvez ainda seja prematuro, e motivo de controvérsia, avaliar o saldo positivo ou negativo que dela adveiu à nossa economia, e, por via de consequência, às finanças públicas. Não será cedo, porém, nem passível de qualquer dúvida, afirmar a alta vertiginosa dos preços de que sofremos, particularmente por fôrça da situação bélica internacional. Padeceu também o Estado com êste desfavor, pela imensa majoração verificada nos preços dos bens e dos serviços. E isto adquire relêvo especial a respeito de artigos como aço, ferragens, aparelhos e instrumentos, cimento e, em geral de todos os produtos manufaturados, quer nacionais, quer estrangeiros, com sobradas razões. E bem é de ver a contribuição dêste elemento para o aumento

das despesas e dos créditos públicos, pois que enormes setores da administração, como a Viação Férrea, a Secretaria da Agricultura, das Obras Públicas, e o Departamento de Estradas, carecem absolutamente de tais artigos para se manterem em atividade.

6) Por fim, devo lembrar que a observância das boas normas contábeis e financeiras, agora praticadas, pode levar à confusão o leitor desatento que deseje traçar confronto entre os resultados dos exercícios analisados com os de períodos anteriores.

Obedecendo desde 1940 às prescrições do "regime de competência" da despesa, posteriormente pôsto em vigor pelo decreto-lei federal 2.416, de 17-7-40, passaram à competência de cada exercício todas as despesas nele ocorridas, tanto pagas, como a pagar, orientação nova entre nós e altamente moralizadora, que faz aparecer a cargo de cada exercício todos os dispendios realizados.

Também póde constituir aparência desfavorável o exame dos resultados financeiros de diversos exercícios, porque, ainda em respeito dos melhores preceitos técnicos, enquanto as importâncias gastas em obras e empreendimentos extraordinários (construção de estradas, edifícios escolares, etc.) são incluidas na despesa pública do ano, embora atendidas com empréstimos, deixam de ser insertas nas parcelas correspondentes da receita os montantes dêstes recursos extraordinários. Manda a técnica contábil e a ciência das finanças que assim se cumpra, para que a verdade financeira não possa jamais ser empanada. Mas, não sendo êste o costume uniformemente praticado na contabilidade pública brasileira e riograndense, fôrça é advertir a respeito a quem seja dado a estudos comparativos.

Seja-me lícito declarar, ainda, que as disponibilidades em caixa e em bancos, ao deixar o govêrno, elevam-se a Cr$ 34.363.031,10.

SECRETARIA DA FAZENDA

RECEITA GERAL DO ESTADO — 1933/1942

ANOS	RECEITA TRIBUTÁRIA Cr$	Números Índices	RECEITA PATRIMONIAL Cr$	Números Índices
1933	69.752.929	100	433.516	100
1934	75.626.154	108	253.126	58
1935	86.114.193	123	1.305.386	301
1936	113.826.900	163	1.330.643	307
1937	124.481.424	178	1.959.023	451
1938	136.903.996	196	567.560	131
1939	158.580.094	227	241.073	56
1940	174.058.929	250	1.073.986	247
1941	179.092.527	257	1.333.976	307
1942	204.738.451	294	2.847.938	656

ANOS	RECEITA INDUSTRIAL Cr$	Números Índices	RECEITA EXTRAORDINÁRIA Cr$	Números Índices
1933	77.739.675	100	21.621.716	100
1934	80.826.696	104	21.304.079	99
1935	89.121.770	115	16.712.836	77
1936	96.555.472	124	19.043.918	88
1937	111.495.635	143	24.944.079	115
1938	117.989.387	152	31.616.370	146
1939	126.238.582	162	43.005.913	199
1940	127.931.328	165	37.536.844	174
1941	120.515.881	155	48.793.693	226
1942	172.216.791	222	46.097.440	213

SECRETARIA DA FAZENDA

PERCENTAGEM DAS CATEGORIAS DA RECEITA GERAL DO ESTADO — 1933/1942

ANOS	RECEITA ORDINÁRIA					RECEITA EXTRA-ORDINÁRIA	TOTAL GERAL
	TRIBUTÁRIA	PATRIMONIAL	INDUSTRIAL	DIVERSAS	TOTAL		
	%	%	%	%	%	%	%
1933	41,14	0,26	45,85	—	87,25	12,75	100
1934	42,48	0,14	45,41	—	88,03	11,97	100
1935	44,56	0,67	46,12	—	91,35	8,65	100
1936	49,33	0,58	41,84	—	91,75	8,25	100
1937	47,35	0,75	42,41	—	90,51	9,49	100
1938	47,69	0,20	41,10	—	88,99	11,01	100
1939	48,34	0,07	38,48	—	86,89	13,11	100
1940	51,10	0,32	37,56	—	88,98	11,02	100
1941	51,21	0,38	34,46	—	86,05	13,95	100
1942	47,25	0,66	39,75	1,70	89,36	10,64	100

SECRETARIA DA FAZENDA

RECEITA GERAL DO ESTADO, POR INCIDÊNCIAS — 1937/1942

ANOS	SEM CLASSIFICAÇÃO	PROPRIEDADE	CIRCULAÇÃO DA RIQUEZA
	Cr$	Cr$	Cr$
1937	138.398.737,11	29.424.692,70	55.673.261,40
1938	150.173.263,19	31.802.317,50	67.457.617,60
1939	169.485.568,14	30.070.209,60	85.051.847,50
1940	166.542.158,46	30.752.435,70	96.511.492,80
1941	170.643.550,00	34.621.621,20	100.059.649,90
1942	228.529.526,70	40.261.932,40	128.392.106,30

ANOS	ATIVIDADES DOS CONTRIBUINTES	RESULTANTE DA ATIVIDADE DO ESTADO	VÁRIAS INCIDÊNCIAS
	Cr$	Cr$	Cr$
1937	16.122.509,00	18.751.971,55	4.508.989,14
1938	17.472.883,20	11.651.457,27	8.519.720,30
1939	19.302.002,20	7.240.661,80	16.915.372,48
1940	21.386.560,60	7.083.084,10	18.325.355,70
1941	20.121.175,60	6.034.511,50	18.255.568,40
1942	10.390.811,70	6.734.357,70	18.959.242,70

PERCENTAGEM DOS IMPOSTOS E TAXAS NA RECEITA TRIBUTARIA DO ESTADO — 1933/1942

ANOS	TERRITORIAL	TRANSMISSÃO "CAUSA-MORTIS"	TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS"	VENDAS E CONSIGNAÇÕES	TRIBUTOS S/EXPORTAÇÃO	INDÚSTRIAS E PROFISSÕES
	%	%	%	%	%	%
1933	13,53	3,05	9,03	—	11,68	12.23
1934	12,61	4,39	7,59	—	11,82	11,18
1935	11,17	5,19	8,64	—	17,55	9,54
1936	9,89	4,05	9,79	28,83	13,29	13.94
1937	9,06	3,49	11,09	28,78	8,60	12.95
1938	8,51	3.31	11,41	37,38	5,21	12,76
1939	7,55	2,86	8,56	39,77	5,94	12,17
1940	7,46	1,84	8,37	43,24	6,41	12,29
1941	7,66	3,20	8,21	47,58	7,06	11,24
1942	7,47	2,88	9,32	53,47	7,83	5,08

ANOS	NO SÊLO	EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL	ADICIONAL	OUTROS IMPOSTOS	TAXAS	TOTAL
	%	%	%	%	%	%
1933	5.75	1,36	—	20,04	23,33	100
1934	5,66	1,33	—	21,97	23.45	100
1935	5,04	0,99	—	19,43	22,45	100
1936	5,34	0,94	—	—	13,93	100
1937	3,62	1,05	—	—	21,36	100
1938	4,94	2,17	1,29	—	13,02	100
1939	7,74	1,85	2,92	—	10.64	100
1940	7,09	1,20	3,43	—	8,67	100
1941	6,95	1,23	3,24	—	3,63	100
1942	6,24	1,41	3,02	—	3,28	100

SECRETARIA DA FAZENDA

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E ARRECADADA EM 1938

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA NA ARRECADADA	
			Para mais	Para menos
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
I — Renda de Impostos e Taxas	145.070.000,00	120.416.202,57	1.161.359,57	25.815.157,33
II — Renda Industrial	109.154.331,00	117.989.386,52	9.530.395,12	695.339,60
III — Renda Patrimonial	200.000,00	326.922,70	168.057,00	41.134,30
IV — Renda Extraordinária	17.600.000,00	23.280.740,88	5.885.573,13	204.832,25
V — Rendas Diversas	12.787.495,00	3.092.035,69	488.908,99	10.184.368,30
VI — Rendas c/ Aplicações Especiais	20.930.000,00	21.971.970,70	7.239.076,60	6.197.105,90
TOTAL GERAL	305.741.826,00	287.077.259,60	24.473.370,74	43.137.937,68

SECRETARIA DA FAZENDA

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E ARRECADADA EM 1939

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA NA ARRECADADA	
			Para mais	Para menos
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
I — Renda de Impostos e Taxas	154.275.000,00	142.895.434,48	5.638.438,50	17.018.004,02
II — Renda Industrial	124.578.087,00	126.238.582,02	1.725.601,50	65.106,48
III — Renda Patrimonial	680.000,00	118.407,80	—	561.592,20
IV — Renda Extraordinária	38.500.000,00	33.115.176,32	10.000,00	5.394.823,68
V — Rendas Diversas	8.984.200,00	4.752.205,50	341.593,30	4.573.587,80
VI — Renda com Aplicação Especial...	22.150.000,00	13.645.544,40	97.977,50	8.602.433,10
Fundo rodoviário —Dec. 7773, de 8-4-39	—	7.300.311,20	7.300.311,00	—
TOTAL GERAL	349.167.287,00	328.065.661,72	15.113.922,00	36.215.547,28

SECRETARIA DA FAZENDA

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E ARRECADADA EM 1940

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA NA ARRECADADA	
			Para mais	Para menos
RECEITA ORDINÁRIA	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
I — Renda de Impostos e Taxas	166.586.900,00	173.558.928,90	17.398.783,80	9.926.755,00
II — Renda Patrimonial	860.000,00	1.073.986,40	475.188,50	261.202,10
III — Renda Industrial	132.290.000,00	128.431.328,25	1.729.812,65	6.088.484,40
TOTAL	299.736.900,00	303.064.243,55	19.603.784,95	16.276.441,50
IV — Renda Extraordinária	47.008.100,00	37.536.843,81	6.333.512,68	15.804.768,87
TOTAL GERAL	346.745.000,00	340.601.087,36	25.937.297,63	32.081.210,37

SECRETARIA DA FAZENDA

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E ARRECADADA EM 1941

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA NA ARRECADADA	
			Para mais	Para menos
RECEITA ORDINÁRIA	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
I — Renda de Impostos e Taxas	183.494.900,00	179.092.526,60	14.400.744,50	18.803.117,90
II — Renda Patrimonial	1.300.000,00	1.333.976,00	215.620,00	181.644,00
III — Renda Industrial	128.415.782,00	120.515.880,70	468.003,90	8.367.905,20
TOTAL	313.210.682,00	300.942.383,30	15.084.368,40	27.352.667,10
IV — Renda Extraordinária	47.145.100,00	48.793.693,30	5.082.301,90	3.433.708,60
TOTAL GERAL	360.355.782,00	349.736.076,60	20.166.670,30	30.786.375,70

SECRETARIA DA FAZENDA

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E ARRECADADA EM 1942

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA NA ARRECADADA	
			Para mais	Para menos
RECEITA ORDINÁRIA	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
I — Renda de Impostos e Taxas	176.085.000,00	204.738.450,80	36.850.463,90	8.197.013,10
II — Renda Patrimonial	1.689.613,80	2.847.938,40	1.216.882,20	58.557,60
III — Renda Industrial	129.773.900,00	172.216.791,50	43.608.486,70	1.165.595,20
IV — Rendas Diversas	10.000.000,00	7.367.357,20	—	2.632.642,80
TOTAL	317.548.513,80	387.170.537,90	81.675.832,80	12.053.808,70
V — Renda Extraordinária	39.706.420,00	46.097.439,60	8.529.463,20	2.138.443,60
TOTAL GERAL	357.254.933,80	433.267.977,50	90.205.296,00	14.192.252,30

SECRETARIA DA FAZENDA

DESPESA GERAL DO ESTADO POR SERVIÇOS — 1937/1942

ANOS	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA	SEGURANÇA PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	EDUCAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE PÚBLICA
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1937	9.501.247,64	6.976.218,02	33.444.928,12	18.851.149,80	5.885.180,05
1938	8.668.056,40	7.334.388,73	41.994.644,86	20.328.339,68	10.060.922,17
1939	11.142.058,16	8.449.435,28	41.549.961,18	29.027.822,61	15.356.810,44
1940	10.694.723,10	9.247.465,70	42.207.783,08	39.767.865,90	15.759.394,80
1941	11.742.421,50	10.573.299,30	47.361.851,20	33.365.410,30	17.874.662,80
1942	13.893.099,60	13.094.798,60	52.137.998,30	36.280.601,80	17.429.869,40

ANOS	FOMENTO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS	DÍVIDA PÚBLICA	SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA	ENCARGOS DIVERSOS
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1937	10.851.720,50	95.311.296,69	29.035.768,40	17.386.174,79	38.370.016,45
1938	8.367.317,70	118.396.877,41	19.346.635,20	29.843.416,26	52.763.002,90
1939	11.315.558,17	119.113.363,95	16.029.294,20	34.113.501,06	37.267.510,15
1940	12.369.898,60	121.199.733,90	32.318.931,40	34.535.745,20	47.561.979,57
1941	14.372.617,70	118.024.956,80	35.344.726,00	56.456.863,60	39.619.193,70
1942	18.194.144,90	164.923.838,90	40.002.533,40	79.784.688,50	29.464.466,00

SECRETARIA DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL — 1933/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1933	9.434.899	100
1934	9.537.786	101
1935	9.614.785	102
1936	11.256.120	119
1937	11.274.706	120
1938	11.650.577	123
1939	11.968.218	127
1940	12.980.487	138
1941	13.720.608	145
1942	15.300.133	162

SECRETARIA DA FAZENDA

TAXAS DO IMPOSTO TERRITORIAL COBRADA EM DIVERSOS ESTADOS

DISCRIMINAÇÃO		IMPOSTO SÔBRE O VALOR VENAL
		%
RIO GRANDE DO SUL	Terras exploradas pelo proprietário..	0,45
	Terras arrendadas para criação	0,50
	Terras arrendadas para agricultura..	0,60
	Terras inexploradas	0,80
SÃO PAULO	Terras em geral	1,25
MINAS GERAIS	Terras em geral	1,00
	Terras devolutas	4,00
PARAÍBA	Terras em geral	1,00

SECRETARIA DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SÔBRE EXPORTAÇÃO — 1933/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1933	7.794.855	100
1934	8.562.786	110
1935	14.683.910	188
1936	14.659.006	188
1937	10.220.806	131
1938	6.654.697	85
1939	8.816.800	113
1940	10.646.086	137
1941	12.262.133	157
1942	15.573.485	200

SECRETARIA DA FAZENDA

ARRECADAÇAO DO IMPOSTO DE UM CENTAVO POR DEZ QUILOS DE MERCADORIA EXPORTADA PELOS PORTOS DE PÔRTO ALEGRE, RIO GRANDE E PELOTAS — 1933/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1933	355.268	100
1934	375.325	106
1935	424.967	120
1936	470.422	132
1937	484.588	137
1938	483.510	136
1939	597.977	168
1940	515.594	145
1941	381.534	108
1942	453.549	128

SECRETARIA DA FAZENDA

PERCENTAGEM MÉDIA DO ONUS TRIBUTARIO SÔBRE O VALOR OFICIAL DA EXPORTAÇÃO — 1933/1942

ANOS	IMPOSTO SÔBRE EXPORTAÇÃO	IMPOSTO DE UM CENTAVO POR DEZ QUILOS DE MERCADORIA EXPORTADA	TRIBUTOS SÔBRE EXPORTAÇÃO
	%	%	%
1933	1,83	0,08	1,91
1934	2,09	0,09	2,18
1935	2,71	0,08	2,79
1936	2,15	0,07	2,22
1937	1,16	0,06	1,22
1938	0,80	0,06	0,86
1939	0,94	0,06	1,00
1940	1,03	0,05	1,08
1941	1,02	0,03	1,05
1942	0,96	0,03	0,99

SECRETARIA DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SÔBRE EXPORTAÇÃO, NO ANO DE 1940

ESTADOS	IMP. SÔBRE EXPORTAÇÃO (Milhares de Cr$)	% SÔBRE A RECEITA TRIBUTÁRIA
Ceará	12.449	43,1
Piauí	7.385	41,8
Mato Grosso	4.550	35,1
Alagôas	6.162	33,7
Rio Grande do Norte	4.763	32,9
Paraíba	6.793	32,6
Baía	20.695	32,0
Goiaz	3.387	26,8
Maranhão	4.507	22,4
Rio de Janeiro	10.651	20,4
Pernambuco	16.244	19,8
Paraná	11.158	18,7
Pará	2.895	18,1
Amazonas	2.338	17,6
Espírito Santo	4.018	17,6
Sergipe	2.539	14,8
Santa Catarina	4.457	12,7
Minas Gerais	17.049	9,8
Rio Grande do Sul	11.128	5,1
São Paulo	—	—

SECRETARIA DA FAZENDA

IMPOSTO SÔBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — 1936/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1936	32.821.171	100
1937	35.819.718	109
1938	51.180.721	156
1939	63.069.246	192
1940	75.260.963	229
1941	85.209.736	260
1942	109.482.406	334

SECRETARIA DA FAZENDA

IMPOSTO SÔBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — 1936/1942

MESES	MILHARES DE CRUZEIROS						
	ANOS						
	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942
Janeiro	2.984	3.047	3.631	4.438	5.647	5.932	7.547
Fevereiro	2.394	2.631	3.419	4.207	5.766	5.474	7.273
Março	2.802	3.042	4.630	5.267	6.298	7.316	8.848
Abril	2.801	3.351	4.085	4.640	6.673	6.844	9.300
Maio	2.706	3.098	4.567	5.543	7.042	5.155	9.456
Junho	2.778	3.181	4.645	5.615	7.534	7.906	11.043
Julho	2.842	2.851	4.836	6.880	8.299	9.819	12.161
Agôsto	2.817	3.057	4.642	5.307	5.655	7.361	8.842
Setembro	2.773	2.863	4.267	5.390	5.628	7.293	8.733
Outubro	2.395	2.838	4.033	5.236	5.641	7.036	8.591
Novembro	2.605	2.859	4.027	4.784	5.164	6.756	8.129
Dezembro	2.924	3.002	4.399	5.762	5.914	8.318	9.559
1.° SEMESTRE	16.465	18.350	24.977	29.710	38.960	38.627	53.467
2.° SEMESTRE	16.356	17.470	26.204	33.359	36.301	46.583	56.015
TOTAL	32.821	35.820	51.181	63.069	75.261	85.210	109.482

SECRETARIA DA FAZENDA

IMPOSTO SÔBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — 1936/1942

MESES	NÚMEROS ÍNDICES						
	ANOS						
	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942
Janeiro	100	100	100	100	100	100	100
Fevereiro	83	86	94	95	102	92	96
Março	97	100	128	119	112	123	117
Abril	97	110	113	105	118	115	123
Maio	94	102	126	125	125	87	125
Junho	96	104	128	127	133	133	146
Julho	98	94	133	155	147	166	161
Agôsto	97	100	128	120	100	124	117
Setembro	96	94	118	121	100	123	116
Outubro	83	93	111	118	100	119	114
Novembro	90	94	111	108	91	114	108
Dezembro	101	99	121	130	105	140	127
1.º SEMESTRE	50,17	51,23	48,80	47,11	51,77	45,33	48,84
2.º SEMESTRE	49,83	48,77	51,20	52,89	48,23	54,67	51,16
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100

SECRETARIA DA FAZENDA

ARRECADAÇAO DO IMPOSTO SÔBRE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES — 1933/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS		NÚMEROS ÍNDICES	
	PARTE DO ESTADO	ARRECADAÇÃO GERAL	PARTE DO ESTADO	ARRECADAÇÃO GERAL
1933	8.529.143	8.529.143	100	100
1934	8.450.592	8.450.592	99	99
1935	8.217.618	8.217.618	96	96
1936	7.932.725	15.865.450	93	186
1937	8.061.254	16.122.509	95	189
1938	8.736.441	17.472.883	102	205
1939	9.651.001	19.302.002	113	226
1940	10.693.280	21.386.561	125	251
1941	10.060.588	20.121.176	118	236
1942	10.390.812	10.390.812	122	122

SECRETARIA DA FAZENDA

IMPOSTO SÔBRE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMÓVEL "INTER-VIVOS" — 1933/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1933	6.295.952	100
1934	5.739.535	91
1935	7.438.712	118
1936	11.141.333	176
1937	13.801.790	219
1938	15.624.848	248
1939	13.568.556	216
1940	14.567.514	231
1941	14.699.951	233
1942	19.075.211	303

SECRETARIA DA FAZENDA

IMPOSTO SÔBRE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE "CAUSA-MORTIS" — 1933/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1933	2.129.338	100
1934	3.323.337	156
1935	4.467.447	210
1936	4.610.999	217
1937	4.348.196	204
1938	4.526.892	213
1939	4.533.435	213
1940	3.204.434	150
1941	5.736.739	269
1942	5.886.588	277

SECRETARIA DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE SÊLO — 1933/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1933	4.009.635	100
1934	4.280.718	107
1935	4.338.833	108
1936	6.084.444	152
1937	4.508.989	112
1938	6.756.091	168
1939	12.277.618	306
1940	12.350.011	308
1941	12.446.087	310
1942	12.781.205	319

SECRETARIA DA FAZENDA

EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DO PÔRTO DE PÔRTO ALEGRE — 1938/1942

ANOS	RECEITA	DESPESA
	Cr$	Cr$
1938	7.393.721,10	4.223.817,81
1939	8.993.195,00	4.983.020,31
1940	9.595.463,70	4.955.943,90
1941	9.040.277,30	5.158.602,70
1942	9.554.689,60	5.948.135,90

SECRETARIA DA FAZENDA

EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DO PÔRTO DE RIO GRANDE — 1938/1942

ANOS	RECEITA	DESPESA
	Cr$	Cr$
1938	4.733.261,80	3.902.653,22
1939	4.934.208,10	4.260.341,45
1940	5.035.959,20	2.960.285,20
1941	5.308.018,80	3.486.517,20
1942	6.123.031,80	4.290.421,50

SECRETARIA DA FAZENDA

EXPLORAÇAO INDUSTRIAL DO PÔRTO DE PELOTAS — 1940/1942

ANOS	RECEITA	DESPESA
	Cr$	Cr$
1940	1.784.192,20	788.714,80
1941	2.008.301,30	949.432,30
1942	2.159.990,50	1.023.179,70

SECRETARIA DA FAZENDA

MOVIMENTO FINANCEIRO DA VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL — 1938/1942

A N O S	RECEITA	DESPESA
	Cr$	Cr$
1938	104.117.900,20	108.744.942,40
1939	110.324.698,70	107.945.475,70
1940	109.534.070,30	109.783.041,00
1941	101.568.876,10	105.283.748,30
1942	151.352.475,80	139.533.209,10

SECRETARIA DA FAZENDA

MOVIMENTO FINANCEIRO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — 1938/1942

ANOS	RECEITA	DESPESA
	Cr$	Cr$
1938	401.975,80	800.358,80
1939	771.586,70	1.207.671,20
1940	899.492,20	1.328.798,50
1941	1.045.588,10	2.222.751,30
1942	1.112.610,80	2.577.937,60

SECRETARIA DA FAZENDA

COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA — 1937/1942

ANOS	VALOR EM CRUZEIROS
1937	4.337.472,25
1938	5.795.167,75
1939	6.410.200,70
1940	7.890.055,90
1941	9.123.607,40
1942	9.249.199,00

SECRETARIA DA FAZENDA

POSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA — 1937/1942

ANOS	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	DÍVIDA FLUTUANTE
	Cr$	Cr$
1937	236.171.600,00	101.079.042,70
1938	250.973.884,80	101.139.130,90
1939	267.225.522,70	96.254.012,20
1940	290.315.150,90	108.476.946,00
1941	312.428.178,80	131.550.310,90
1942	390.623.354,20	143.092.192,60

SECRETARIA DA FAZENDA

DÍVIDA EXTERNA EM DOLARES DO ESTADO — 1942

MONTANTE, DATA E JUROS DOS EMPRÉSTIMOS			AQUISIÇÃO DE TÍTULOS PELO ESTADO		INCINERAÇÃO		SITUAÇÃO EM
Anos	Valor	Juros	Data	Valor	Data	Valor	31/12/1942
1921	5.900.500,00	8					4.733.000,00
1926	9.713.000,00	7	até 30/10/37	11.646.000,00			5.693.000,00
1927	3.913.000,00	7					2.125.000,00
1928	23.000.000,00	6	até 31/12/42	7.845.000,00	30/4/42	12.748.500,00	10.484.500,00
Total	42.526.500,00			19.491.000,00		12.748.500,00	23.035.500,00

SECRETARIA DA FAZENDA

RESULTADO DA LIQUIDAÇÃO DO BANCO PELOTENSE — 1938/1942

ANOS	RECEITA		PAGAMENTOS FEITOS PARA LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO
	LÍQUIDA	BRUTA	
	Cr$	Cr$	Cr$
1938	4.913.033,10	6.410.772,40	8.010.675,00
1939	4.805.477,20	6.554.880,30	8.588.742,50
1940	9.289.616,80	9.653.409,80	7.229.149,30
1941	6.017.375,60	6.976.070,40	6.864.350,00
1942	6.773.035,70	7.665.736,90	7.137.771,80
TOTAL	31.798.538,40	37.260.869,80	37.830.688,60

DATA	ARRECADAÇÃO TOTAL	PAGAMENTOS EFETUADOS ATE' 31/12/1942 PARA ATENDER OS ENCARGOS DO PASSIVO	
		DISCRIMINAÇÃO	CRUZEIROS
	Cr$	Juros	69.377.466,17
		Frações	6.135.101,33
Até 31/12/1942	81.987.944,90	Valor aquisitivo de cré-ditos e títulos	8.174.839,14
		Comissões	155.247,49
		Créditos previlegiados...	7.166.270,05
		Sorteios de apólices	3.367.000,00
TOTAL	81.987.944,90	TOTAL	94.375.924,18

APÓLICES EMITIDAS PELO ESTADO ATE' 31/12/42

264.556 com o valor nominal de Cr$ 500,00 cada uma 132.278.000,00

cimento natural de nosso potencial humano é de 18,1%. Assim, ao passo que o 1/3 do território nos fornece menos da vigésima parte do crescimento, a duodécima parte, ocupada pela agricultura, concorre com pouco menos do quinto de nosso aumento demográfico.

Os dados referentes à zona noroeste são, geralmente, intermediários entre os expostos, ou muito aproximados aos da economia colonial. Essa região integra mais da quarta parte do Rio Grande, com população que se concentra e contribue proporcionalmente para o desenvolvimento geral.

E' altamente interessante observar, como decorrência e comprovação dos elementos arrolados, que enquanto os 18 municípios existentes em 1889, na zona pastoril, persistiam os mesmos, decorridos 54 anos, os 8 que então havia na região colonial desdobraram-se e triplicaram, demonstração de seu desenvolvimento econômico e demográfico, impondo a necessidade de novas células administrativas. No noroeste o número de municípios já duplica, passando de 8 a 16 e tende a sub-dividir-se mais intensamente pois que progridem de maneira extraordinária a colonização e a pequena propriedade agrícola na região.

As cifras relativas à divisão da propriedade e à produção agrícola demonstram fenômenos conhecidos: o fracionamento sem par da zona colonial, paralelo ao grande aproveitamento da terra, em face da extensão da propriedade requerida pela pecuária e do pequeno valor com que a agricultura contribue ali, por quilômetro quadrado do território. Na "colônia" apura-se o valor médio de 15.640 cruzeiros em cada um de seus 1.000 metros em quadra, ao passo que correspondente área da fronteira fornece apenas 983 cruzeiros de produtos agrícolas. E isto não obstante o maior valor das espécies cultivadas nesta zona, especialmente arroz e linho. Em cada hectare plantado obteve-se alí, em média, no ano de 1941, 868 cruzeiros, contra 651 dos produtos colhidos na zona colonial.

O resultado dessa situação é que, não obstante a maior riqueza da região fronteirista, expressa principalmente em sua maior contribuição para o fisco federal, estadual e municipal, a vida de suas populações não pode apresentar o mesmo grau de abundância e satisfação de necessidades que oferece a zona agrícola. A riqueza alí está concentrada e mal dividida, e como se não produzem os bens de consumo indispensável, devem êstes provir de outras partes. Não os pode adquirir, porém, a maior parte da população, a dos trabalhadores assalariados, sabido que a média da remuneração diária para o operário rural é de 3 a 4 cruzeiros. Esta gente vive, portanto, em péssimas condições econômicas: dispõe de ínfimo po-

der aquisitivo em meio à escassez de artigos essenciais à alimentação, ao vestuário e à habitação. Nas zonas de agricultura, embora os produtos desta tenham baixa densidade econômica e se não possam comparar aos da pecuária, a êste respeito, a riqueza está melhor distribuida e a abundância permite ao proletário padrão de vida muitíssimo superior, pois ele percebe salário médio de 6 a 7 cruzeiros e encontra larga oferta das utilidades essenciais à vida.

Penetrado dessas verdades, que minhas viagens ao interior corroboraram ,tenho cogitado de acorrer em socorro de nossas populações pastorís, procurando atendê-las com elementos capazes de modificar as condições presentes.

Creio imperioso incrementar a agricultura na zona fronteiriça, afim de que, a par da riqueza e dos benefícios que a pecuária garante, o proletariado rural possa usufruir de vida mais abundante e barata. Parece-me forçoso fomentar alí a produção dos principais alimentos, para que êstes não procedam de longas distâncias e sejam acessíveis à maior parte da população. Especialmente nas zonas suburbanas dos principais centros e cidades, é confrangedor o aspecto das camadas pobres, habitando casas miseráveis, fora de todos os elementos de higiene, conforto e alimentação. E o problema apresenta, liminarmente, o aspecto educacional, pois antes de tudo impõe-se incutir àquela gente o hábito do labor agrícola que lhes é estranho por tradição.

Cuidei, em consequência, de iniciar, naquela parte de nosso território, ensaios de uma nova colonização em princípios totalmente diversos dos aplicados em outras zonas. Isto é: estabelecer pequenos tractos agrícolas, distribuidos entre elementos locais e sob a direção e instrução técnicas de funcionários do Estado. Ao contrário do que se passa com a colonização por imigrantes ou por seus filhos, afeitos ao trabalho agrícola, alí é mister ensinar êste trabalho, fazê-lo desejado e habitual, fixar o homem e orientá-lo, ministrando-lhe, d'outra parte, os recursos convenientes. Sob tais normas e critério foi instituida a primeira colônia agrícola da fronteira em Passo Novo, próximo de Alegrete, e seus resultados iniciais me enchem de esperança e desvanecimento. A poucas iniciativas de meu govêrno dediquei maior carinho, persuadido de que é preciso envidar todos os esforços no sentido de amparar o homem do campo e desenvolver a agricultura nas zonas pastorís. Penso, por isto, que deva ser ampliada aquela tentativa, reforçada ainda, e disseminada em outros pontos. Se o molde adotado não vingar, outras formas devem ser ensaiadas, como a

do estabelecimento de colônias modêlos, colônias escolas, ou as que a experiência aconselhar. O primeiro passo será o estudo edafológico e a observação climatérica de diversos locais, afim de escolher os de maiores possibilidades, procurando, também, os que forem mais próximos dos aglomerados urbanos.

Estou convencido da viabilidade de tal empreendimento e da grandeza dos resultados que ele permitirá ao Rio Grande e seus filhos.

FÔRÇAS ELÉTRICAS — Problema que se me afigura primordial, no estado presente de nosso desenvolvimento econômico, é o das fôrças elétricas.

Admirável, sem favor, se apresenta o grau de progresso de nossas indústrias. Já o demonstrei, indicando o elevado valor de sua produção, superior a 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros em 1941, que lhe assegura o honroso lugar que ocupa no Brasil e na América do Sul. Comprovado ficou, porém, que ainda é mínima a contribuição da atividade maquinofatureira para as cifras de nossas exportações. Afora as carnes, gorduras, tecidos e artigos de couro são poucos os que fabricamos para vendas externas e em pequenas proporções. A esmagadora maioria de nossa produção fabril é destinada a consumo e uso locais. O adiantamento que se observa em inúmeras emprêsas, como as metalúrgicas e de artigos metálicos, apenas para exemplificar, denota, entretanto, a extraordinária capacidade de nossa gente e as imensas possibilidades que se nos deparam.

Constitue preceito de rudimentar bom senso econômico a necessidade de desenvolver a produção fabril, paralelamente à agro-pecuária, evitando, dentro das condições e circunstâncias propiciadoras, a remessa de matérias primas que possam ser beneficiadas ou industrializadas internamente. Sua densidade econômica é sempre mínima, posta em confronto com a dos artigos em que se transformam. Não industrializar, quando possivel, significa vender barato para comprar caro, dando o proveito a terceiros.

Ora, das condições fundamentais reclamadas pela economia rio-grandense, após os transportes fáceis, rápidos e pouco custosos, nenhuma outra é mais premente e instante do que a da fôrça elétrica.

A de que dispomos, mesmo abstraídas as condições excepcionais do momento, é escassa e de alto preço. Ainda quando procede de quedas dágua e é barata, como a que abastece o magnífico parque de São Leo-

poldo, está sujeita às paralizações das estiagens, com todos os danosos corolários da irregularidade e da insuficiência.

Ninguem desconhece, entretanto, o farto potencial hidráulico que opulenta o Estado, vulgarizadas como já estão as possibilidades de aproveitamento do Jacuí, do Santa Cruz, do Camaquã, do Ivaí, etc. Imperativo se faz atacar de frente o problema e realizá-lo gradativamente, dentro de nossas posses.

Imenso o programa de ação, tais e tão vastos os projetos e realizações a considerar. Temos a felicidade de dispor de manancias de fôrça distribuidos de forma a atender as necessidades das diversas zonas do Rio Grande.

Podemos, portanto, alimentar as indústrias de maneira segura, permanente e por preço ínfimo.

Urge, em consequência, incentivar o estudo de todas as possibilidades, promover os levantamentos e investigações técnicos preliminares, projetos e orçamentos, afim de dar início, o quanto antes, aos empreendimentos mais vantajosos.

Tive oportunidade de expor o quanto se fez a respeito do Jacuí, apenas com os recursos da Diretoria de Eletricidade e Fôrças Hidráulicas, da Secretaria de Obras Públicas. Revelei, então, os múltiplos encargos que pesam sôbre êste pequeno órgão, impossibilitando-o de apressar esta face do programa. Afim de obviar tal dificuldade, assentamos criar novo aparelhamento de ação e, após os estudos necessários, o projeto respectivo foi transformado em decreto, em janeiro do corrente ano, instituindo a Comissão de Energia Elétrica, subordinada à mesma Secretaria. Cuidamos dar-lhe estrutura maleável e dotá-la de grande liberdade de movimentos, além dos recursos iniciais indispensáveis. Visa-se atacar desde logo o aumento e reforço da usina da Toca, estando o Govêrno Federal vivamente interessado no assunto e disposto a arcar com grande parte da tarefa. Será êste o primeiro passo, a que, certamente outros sucederão, no magno problema de nossa abundante hulha branca.

Largo tempo há de consumir tão grandiosa solução e sem dúvida somente após a guerra se tornará acessível o vasto material de que carecemos.

Mas o importante e imprescindível era começar a fase de estudos e de preparação.

Com tais providências e finalmente com as centrais elétricas convenientes, rasgadas as vias internas de transporte, e restabelecido o trá-

CONCLUSÃO

Antes de encerrar esta exposição, desejo focar três grandes problemas que o futuro do Rio Grande exige sejam resolvidos com urgência: o das pesquizas tecnicológicas, o da colonização da fronteira e o da fôrça elétrica. De há muito os discerní e avaliei sua magnitude e fundamental importância para o próximo desenvolvimento de nosso progresso econômico. Se não logrei solucioná-los foi porque me escassearam tempo e recursos, vendo-me forçado a apenas lançar os primeiros marcos e delineamentos de um vasto programa governamental.

PESQUIZAS TECNICOLÓGICAS. — Ocioso seria realçar a missão das investigações tecnicológicas nos dias que correm. Banidas estão a rotina e o empirismo da indústria e da produção modernas. O exemplo alemão e, particularmente, o norte-americano e o russo demonstram ao mundo que somente a ciência e a técnica podem dirigir os grandes surtos da produção e do progresso. E a guerra atual revelou o destino dos povos que não adotaram tal princípio e se mostraram incapazes, por consequência, de criar os recursos necessários à sua defesa.

Também no Brasil, podemos colher exemplo decisivo na orientação do Estado e da indústria paulistas. Os primeiros a compreender, entre nós, a importância primordial das investigações científicas, criaram um Instituto de Pesquizas que hoje honra o continente e tem sido o melhor alicerce do extraordinário desenvolvimento de São Paulo. Seu patrimônio orça por doze milhões de cruzeiros e anualmente consome cêrca de seis milhões, entre dotações governamentais e renda da própria atividade.

No Rio Grande, há muito que a Sociedade e a Escola de Engenharia clamam por uma organização congênere. Em verdade, de muito pouco dispomos. Excetuados os laboratórios de ensaios da Escola de Engenharia, mais alguns dispersos na Secretaria de Obras Públicas, na da Agricultura e na Viação Férrea, nada mais possuimos para obra que tantos e tão preciosos recursos reclama.

Atendendo êste estado de cousas foi nomeada uma comissão para estudar o assunto e, em meiados do ano de 1942, de acôrdo com suas conclusões, elaborado o decreto-lei criando o Instituto Rio Grandense de Pesquizas Tecnicológicas. Aprovou-o o Conselho Administrativo e foi promulgado em 11 de Dezembro.

Já no corrente exercício a novel instituição entrará em atividade, reunindo os elementos e instalações técnicas esparsos, os melhores profissionais de que podemos dispor e começando a adquirir os indispensáveis instrumentos de que carece. Deverá lançar-se às pesquizas e investigações de nossos produtos minerais e agrícolas, assim como das demais matérias primas que tanto nos enriquecem. Terá nossa indústria, já tão progressista, a orientação e o ensinamento científicos de que tanto se ressentia e, por certo, com a admirável capacidade e dedicação dos riograndenses, recuperaremos em breve o tempo passado.

COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA DA FRONTEIRA. — Poucos problemas e situações mais atribularam meu espírito de governante do que o das condições econômicas e sociais de nossa zona pastoril. Sem dúvida que à pecuária deveu o Rio Grande o surto inicial de seu progresso. Certo que, ainda hoje, é nela que haurimos, como já o mostrei, os maiores recursos de nossa exportação e que, em qualquer hipótese, constitue e constituirá sempre um dos melhores fundamentos de nossa riqueza. As condições naturais que usufruimos são das melhores dádivas com que fomos dotados: o clima e as pastagens riograndenses nos asseguram a posse de um rebanho bovino e ovino que dia a dia será mais precioso.

Mas, de outra parte, é inegável que o regime do pastoreio exclusivo está votando nosso homem do campo a um padrão de vida incompatível com nosso progresso e civilização. Toda a vida daquela enorme região se processa sob o regime de uma ou duas safras anuais: a do boi e a da lã. Vive-se do resultado delas, sem outra fonte de riqueza que mantenha um ritmo regular de atividade econômica. E como para a produção pecuária contribue predominantemente o fator natureza, passam as populações a maior parte do ano em períodos de inação a que se sucedem breves fases de febril agitação. Definha grande número de aglomerados urbanos e a indústria não encontra, senão acidental e esporadicamente, condições de desenvolvimento.

Também a demografia padece sob as condições da exploração exclusi-

vamente pastoril. Estão estacionárias as populações dessas regiões, enquanto se multiplicam as das agrícolas e industriais.

Todos os índices e coeficientes o comprovam e seu confronto com os destas últimas zonas é de molde a preocupar o sentimento de um governante que tenha os olhos postos no futuro.

O quadro abaixo o revela, com a eloquência sempre decisiva dos algarismos, e dispensa comentários.

ÍNDICES DEMOGRAFICOS E ECONOMICOS COMPARADOS DE TRES REGIÕES DO ESTADO — 1941

DISCRIMINAÇÃO	ESTADO	ZONAS		
		Noroeste	Fronteira	Colonias
I — Indices Demográficos:				
1. Número de municipios — Em 1889	58	8	18	8
1. Número de municipios — Em 1943	88	16	18	24
2. Área em Km2	272.179	72.334	87.855	23.203
a) % em relação ao Estado	—	26,6	32,3	8,5
3. População	3.395.000	704.380	467.460	759.390
a) % em relação ao Estado	—	26,6	13,8	22,4
4. Densidade	12,4	12,5	5,3	32,7
5. Crescimento natural — Absoluto	40.796	15.325	2.199	13.739
5. Crescimento natural — P/1.000 hab.	12,0	16,9	4,7	18,1
II — Indices Econômicos:				
1. PROPRIEDADES TERRITORIAIS — N.º total de propriedades	329.966	76.526	48.976	87.543
% em relação ao Estado	—	23,2	14,8	26,5
N.º de propried. até 100 Ha.	296.558	69.115	37.709	85.787
% em relação ao Estado	—	23,3	12,7	28,9
N.º de propried. de 101 a 500 Ha.	25.308	5.766	7.701	1.602
% em relação ao Estado	—	22,8	30,4	6,3
N.º de propried. de + de 500 Ha.	8.100	1.645	3.566	154
% em relação ao Estado	—	20,3	44,0	1,9
2. REBANHO PASTORIL — Valor total do rebanho Cr$	2.793.000.000	657.327.848	1.175.379.100	274.849.030
% em relação ao Estado	—	23,5	42,1	9,8
Valor do rebanho p. Km2 Cr$	10.262	9.087	13.379	11.845
% em relação ao Estado	—	88,5	130,4	115,4
3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA — Área cultivada em Ha.	1.509.262	540.295	99.513	557.742
% em relação ao Estado	—	35,8	6,6	36,9
Valor total da produção Cr$	1.063.521.725	296.419.000	86.370.000	362.904.000
% em relação ao Estado	—	27,9	8,1	34,1
Valor da produção por Ha. Cr$	705	549	868	651
% em relação ao Estado	—	77,9	123,1	92,3
Valor da produção p. Km2 Cr$ (*)	3.907	4.098	983	15.640
% em relação ao Estado (**)	—	104.9	25,1	400,3

(*) "Por hectare" da área cultivada do Estado e de cada zona.
(**) "Por quilômetro quadrado" da extensão territorial do Estado e de cada zona.

Para êste cotejo tomamos os municípios de São Luiz, Santa Rosa, Santo Ângelo, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Ijuí, Palmeira, Iraí, Sarandí, Carasinho, Passo Fundo, Getúlio Vargas, José Bonifácio, Santiago e Soledade como integrantes da zona noroeste; os municípios de Santa Vitória, Jaguarão, Arroio Grande, Herval, Piratiní, Pinheiro Machado, Bagé, Lavras, Dom Pedrito, São Gabriel, Livramento, Rosário, Quaraí, Uruguaiana, Alegrete, São Francisco de Assis, Itaquí e São Borja na da fronteira; e na região colonial os de Prata, Guaporé, Encantado, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Flores da Cunha, Caxias, Bento Gonçalves, Arroio do Meio, Garibaldi, Farroupilha, Caí, Montenegro, Estrêla, Lajeado, Venâncio Aires, Taquarí, Novo Hamburgo, Taquara, São Leopoldo, Santo Antônio, Santa Cruz, Candelária e Sobradinho.

Como é bem sabido, nas comunas arroladas na primeira daquelas regiões processa-se atualmente o maior desenvolvimento agrícola do Rio Grande. Trata-se de uma zona que se acha em pleno desenvolvimento, mediante a colonização de grandes extensões, e em que prevalece a exploração agrícola e extrativa; coexistem a grande e a pequena propriedade, a pecuária está bastante disseminada, mas é a suinocultura que predomina. Nos municípios agrupados sob a denominação geral de "fronteira", abrangendo, como se vê, não apenas os que fazem limite com o Uruguai e a Argentina, mas também os que lhes são contíguos, a atividade pastoril tem indiscutível império, tal a forma pela qual sobreleva a qualquer outra exploração econômica: é a zona de nossa grande propriedade, com agricultura esparsa e de pouca consistência. Ao contrário, na região tipicamente colonial, antiga, a atividade pastoril é mínima, exceção feita de animais para leite e do rebanho porcino, a pequena propriedade domina de forma absoluta e a agricultura e a transformação de seus produtos constituem a regra.

Evidenciam os índices os efeitos do regime pastoril extensivo sôbre a demografia. Enquanto os municípios da zona de pecuária abrangem nada menos da têrça parte da área estadual, a população que nêles vive representa somente 13,8% do total e sua contribuição para o crescimento natural do Rio Grande vai apenas a 4,7% do conjunto; a densidade por quilômetro quadrado é de 5,3 habitantes. Nas comunas agrícolas e de pequena propriedade, prevalecem os índices opostos. São 24 a 88 em que se divide o Estado e, entretanto, incluem somente 8,5% da sua superfície. Mas aí se adensa a população que representa 22,4% da geral, com 32,7 pessoas por quilômetro quadrado. A contribuição desta pequena área para o cres-

fego marítimo, terá o Rio Grande o desdobramento e o progresso de sua produção industrial, destinada a ser esteio capital de sua economia e forte contingente da grandeza pátria.

Eis, exmo. sr. Presidente, o essencial do que me cumpria relatar a V. Excia. e a meus nobres governados, ao têrmo de minha gestão.

Como já disse, tudo poderia resumir em poucas frases e palavras: — ambiente de ordem, tranquilidade e trabalho, harmonia entre os poderes públicos e o povo, intensa e efetiva colaboração com as fôrças sociais e econômicas, máximo desenvolvimento da instrução pública, da higiene, das rodovias, do fomento e da assistência agrícola e pastoril, mineração, colonização, estímulo e amparo a todas as iniciativas e empreendimentos, moralidade e regularidade administrativas — tais os objetivos colimados ou perseguidos por meu govêrno.

Que foi sereno, justo, impessoal e constantemente votado à causa dos interêsses públicos, ufano-me em proclamar.

Que colheu frutos abundantes e deixa fartas messes semeadas, dizem a eloquência de dados e cifras concretas e atestam os testemunhos das classes trabalhadoras.

Enfrentou circunstâncias adversas e soube estar à altura delas, minorando-lhes os efeitos funestos à economia coletiva.

Elevou imensamente as arrecadações, sem majoração correspondente de tarifas impositivas, realizou despesas avultadas para o bem público e deixa uma situação financeira desafogada.

Rendo graças à cooperação dos riograndenses e ao favor de Deus, como ao irrestrito amparo do govêrno de V. Excia., por poder afirmar que não desserví o Estado, nem traí a confiança de que fui alvo.

E posso entregar de conciência limpa e espírito sereno o honroso e pesado fardo governamental.

De V. Excia. e da opinião honesta e justa de meus concidadãos aguardo o julgamento de minha atuação.

Palácio do Govêrno, em Pôrto Alegre, 6 de Setembro de 1943.

OSVALDO CORDEIRO DE FARIAS

ÍNDICE